

Coleção
Encontros
em Psicologia
Social
Volume 2

Coordenadores:

Maristela de Souza Pereira
Dolores Galindo
Emerson F. Raserá

DEMOCRACIA, POLÍTICA E PSICOLOGIA SOCIAL

rupturas e consolidações

ABRAPSO

Organizadores:

Marcos Vieira-Silva
Marcelo Dalla Vecchia
Fernando Santana de Paiva
Luis Felipe Viana Cardoso
Julia Cabral Mazini
Marília Novais da Mata Machado



ABRAPSO EDITORA

Coleção
Encontros em Psicologia Social

Coordenadores

Maristela de Souza Pereira
Dolores Galindo
Emerson F. Raserá

Volume II

**Democracia, política e psicologia social:
rupturas e consolidações**

Organizadores

Marcos Vieira-Silva
Marcelo Dalla Vecchia
Fernando Santana de Paiva
Luiz Felipe Viana Cardoso
Júlia Cabral Mazini
Marília Novais da Mata Machado



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre
2017



Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o periódico de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2016-2017

Presidente: Emerson Fernando Rasera - UFU

Primeira Secretária: Maristela de Souza Pereira - UFU

Segunda Secretária: Dolores Galindo - UFMT

Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio Torres - UFOP

Segundo Tesoureiro: Marcos Ribeiro Mesquita - UFAL

Primeira Suplente: Marília dos Santos Amaral - CESUSC

Segunda Suplente: Flavia Cristina Silveira Lemos - UFPA

Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)



Editoras

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

Editora executiva: Ana Lúcia Campos Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina

Benedito Medrado - Universidade Federal de Pernambuco

Conceição Nogueira - Universidade do Minho, Portugal

Francisco Portugal - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lupicinio Íñiguez-Rueda - Universidad Autonoma de Barcelona, España

Maria Lúvia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Pedrinho Guareschi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Peter Spink - Fundação Getúlio Vargas

Revisão: Carin Weber

Editoração: Spartaco Edições

Capa: Tamara Pereira de Souza



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

D383

Democracia, política e psicologia social [recurso eletrônico]: rupturas e consolidações / Organização de Marcos Vieira-Silva, Marcelo Dalla Vecchia, Fernando Santana de Paiva, Luiz Felipe Viana Cardoso, Júlia Cabral Mazini e Marília Novais da Mata Machado – Florianópolis: ABRAPSO, 2017. – (Coleção Encontros em Psicologia Social / Coordenação de Maristela de Souza Pereira, Dolores Galindo e Emerson Fernando Raser, Vol. 2).

215 p.

ISBN: 978-85-86472-36-7

1. Psicologia social. 2. Democracia. 3. Política. I. Vieira-Silva, Marcos. II. Vecchia, Marcelo Dalla. III Paiva, Fernando Santana de. IV. Cardoso, Luiz Felipe Viana. V. Mazini, Júlia Cabral. VI. Machado, Marília Novais da Mata VII. Pereira, Maristela de Souza. VIII. Galindo, Dolores. IX. Raser, Emerson Fernando. X. Título.

CDU – 302

Coleção

Encontros em Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade científica fundada em 1980, composta por profissionais, pesquisadores, docentes, militantes, estudantes de graduação e pós-graduação, constituindo-se como um importante espaço de análises, intercâmbios e ações sobre o mundo acadêmico e social, em uma perspectiva crítica às teorias e práticas que naturalizam e que banalizam as desigualdades sociais, e à produção de conhecimentos e formas de intervenção que não consideram os determinantes históricos e que se pretendem neutros. A ABRAPSO surgiu no momento de lutas pela democratização do país, e desde então tem empunhado essa bandeira, com vistas a contribuir para as discussões e intervenções pautadas no horizonte de uma sociedade mais justa, equânime, igualitária e comprometida com o acolhimento à diferença e com a construção de relações mais horizontais entre sujeitos e instituições.

Essa associação possui grande inserção nacional e evidencia sua capilaridade através da existência de nove Regionais, espalhadas pelas cinco regiões do país, as quais aglutinam 64 Núcleos, enquanto unidades estabelecidas em localidades em diversos pontos do território nacional, contabilizando em 2017 mais de três mil associadas/os. A cada dois anos, as Regionais realizam encontros científico-acadêmico-culturais, tradicionalmente sediados na localidade em que se encontra a gestão atual. Tais encontros possibilitam o fortalecimento da Psicologia Social no Brasil, marcadamente em seus contornos sociológicos, críticos e libertários, e propiciam a difusão das

produções locais para outros territórios, configurando assim uma forma de democratização também do conhecimento.

A coleção “Encontros em Psicologia Social” tem por objetivo dar organicidade aos trabalhos apresentados nos diferentes Encontros Regionais, respeitando a singularidade das produções locais. Sua publicação é fruto do esforço conjunto dos organizadores dos encontros, da Diretoria Nacional da ABRAPSO e da editora da entidade, que trabalharam de forma articulada para viabilizar aos leitores as obras que ora são apresentadas. Trata-se de material inédito e inovador, de interesse especial para psicólogos, profissionais das áreas de ciências humanas e sociais, estudantes, especialistas, pesquisadores e para o público em geral. Esperamos que a coleção possa contribuir para a efetivação de leituras mais críticas sobre a realidade social e para a promoção de práticas de resistência a todas as formas de opressão vigentes, e empoderadoras dos sujeitos e das coletividades.

Boa leitura!

Maristela de Souza Pereira

Dolores Galindo

Emerson F. Rasera

Coordenadores

Sobre os autores e autoras deste volume

Aline Aparecida Rabelo - psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES. Contato: alinerabelo79@yahoo.com.br

Ana Flávia de Sales Costa - formada em Psicologia pela UFMG, doutoranda e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas. Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia. Atua na Política Pública de Assistência Social. Contato: anaflaviaalescosta@gmail.com

Berenice de Freitas Diniz- trabalhadora do SUS Betim. Doutoranda em Saúde Coletiva do IRR/Fiocruz Minas, mestre em Ciências da Saúde pelo ICICT/Fiocruz e especialista em: Saúde Pública, Gestão em Saúde e Comunicação e Saúde. Graduada em Ciência da Informação pela PUC Minas. Contato: berenicedfd@yahoo.com.br

Bruno Logan Azevedo - psicólogo com pós-graduação em Psicopatologia e Dependência Química. Atuou como redutor de danos no Centro de Convivência “É de Lei” e no projeto “Respire Redução de Danos”. Mantém o canal do YouTube “RD com Logan”. Contato: psicologan@yahoo.com.br

Carolyne Reis Barros - doutora em Psicologia Social pela USP. Professora da Universidade Estadual de Minas Gerais e coordenadora

geral da Especialização em Direitos Humanos – Instituto DH/ISTA. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos. Contato: carolynereis@gmail.com

Cynthia Maria Jorge Viana - doutora em Educação (PPGE/FE/UFG) e mestre em Psicologia (PPGPSI/UFSJ). Graduada e Licenciada em Psicologia (UFSJ). Atualmente, coordena o curso de Psicologia da Faculdade Atenas/MG. Contato: cynthiaviana@gmail.com

Claudia Mayorga - doutora em Psicologia Social (Universidade Complutense de Madrid); professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes. Contato: claudiamayorga@ufmg.br

Claudia Natividade - psicóloga, mestre e doutora em Linguística do Texto e do Discurso (Universidade Federal de Minas Gerais). Conselheira-presidenta do Conselho Regional de Psicologia CRP-MG. Contato: claudianati@hotmail.com

Cristiane Valéria Silva - doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), mestre em Artes (IA/UNICAMP) e graduada em Psicologia (UFSJ). Contato: cris.valeria.silva@gmail.com

Dalcira Ferrão - psicóloga (PUCMinas), especialista em Gestão Pública (Fundação João Pinheiro). Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais CRP-MG. Contato: dalcira_psicologa@yahoo.com.br

Daviane Rodrigues Ribeiro - Graduada em Psicologia (UFG) e mestre em Psicologia (PPGPSI/UFSJ). Contato: ribeiro_daviane@hotmail.com

Ederglenn Nobre Vieira Júnior - psicólogo pela Universidade Federal de Uberlândia com mestrado em andamento pela mesma instituição. Contato: nobrevieira@hotmail.com

Emerson Fernando Rasera - psicólogo, doutor em Psicologia, professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Atua principalmente nos temas: construcionismo social, processo grupal, saúde coletiva e sexualidade. Contato: emersonrasera@gmail.com

Fernando Santana de Paiva - psicólogo e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de graduação e pós-graduação (mestrado) do Departamento de Psicologia da UFJF. Contato: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

Jacqueline do Carmo Reis - mestre em Educação em Diabetes, especialista em Fisioterapia Neurológica pela UFMG. Graduação em Fisioterapia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Professora da PUC Minas/Betim. Coordenadora do projeto de Extensão Observatório do Controle Social do SUS. Contato: jacreisfisio@hotmail.com

Júlia Cabral Mazini - mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei e especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia pela Universidade Cândido Mendes. Atua como psicóloga em Instituições de Longa Permanência para Idosos. Contato: juliacmpsi@yahoo.com.br

Juliana Perucchi - doutora em psicologia pela UFSC. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde (PPS/UFJF). Contato: jperucchi@gmail.com

Kety Valéria Simões Franciscatti - graduada em Psicologia (UNIMEP), mestre e doutora em Psicologia Social (PUCSP). Profes-

sora Associada (DPSIC/PPGPSI/LAPIP/UFSJ).

Contato: kety.franciscatti@gmail.com

Luiz Carlos Castello Branco Rena - pedagogo e mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professor Assistente III do Curso de Psicologia, da PUC Minas/Betim. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Processos Sociais – NEPPSO.

Contato: luiz.rena@pucminas.br

Luiz Felipe Viana Cardoso - psicólogo e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Psicodrama pelo Instituto Mineiro de Psicodrama (IMPSI). Membro da diretoria da ABRAPSO Minas (2016-2017).

Contato: luizfelipevcardoso@gmail.com

Mara Salgado - doutoranda em Educação (PPGE/UFSC). Mestre em Educação (PPGE/UFSC) e graduada em Psicologia (UFSJ).

Contato: marasalgado.ms@gmail.com

Marcelo Dalla Vecchia - psicólogo, mestre e doutor em Saúde Coletiva. Professor do Departamento de Psicologia da UFSJ. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Intervenção nas Políticas sobre Drogas (NU-PID). É 1º Secretário da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) - Regional Minas. Contato: mdvecchia@ufsj.edu.br

Márcia Mansur Saadallah - Psicóloga, mestre em Ciências Sociais (PUCMinas). Professora da Faculdade de Psicologia da PUCMinas, Vice presidenta do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais CRP-MG. Contato:marciamansurbh@gmail.com

Marco Aurélio Maximo Prado - doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG) e bolsista pesquisador do CNPq. Contato: mamprado@gmail.com

Marcos Vieira Silva - psicólogo pela UFMG, doutor em Psicologia Social pela PUC-SP com estágio pós-doutoral na UFMG em Educação e Inclusão Social, docente do PPGPSI - UFSJ e pesquisador do LAPIP-UFSJ. Sócio fundador e atual vice-presidente da Regional Minas da ABRAPSO. Contato: mvsilva@ufsj.edu.br

Maria de Fatima Quintal de Freitas - psicóloga pela Universidade Paulista, mestre e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Estágio pós-doutoral em Psicologia Comunitária pela Universidade do Porto e pelo Instituto de Psicologia Aplicada (ISPA/Lisboa) em Portugal, e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sócia-fundadora e presidenta da Abrapso na gestão 1989/92. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFPR e Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES/CNPq). Pesquisadora produtividade CNPq. Contato: fquintal@terra.com.br

Maria Ignez Costa Moreira - psicóloga e mestre em Psicologia pela UFMG e doutora em Psicologia Social pela PUC SP. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG). Membro do GT Psicologia Sociohistórica e o contexto de desigualdade social/ANPEPP. Contato: maigcomo@uol.com.br

Maria Nivalda de Carvalho-Freitas - psicóloga. Doutora em Administração pela UFMG. Professora do Departamento de Psicologia da UFSJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho (NACE). Pesquisadora de Produtividade do CNPq. Contato: nivalda@ufsj.edu.br

Marília Novais da Mata Machado - doutora pela Universidade de Paris XIII (Paris Norte) com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de São João del-Rei. Foi professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora visitante e professora visitante nacional sênior (PVNS/Capes) na UFSJ. Contato: marilianmm@gmail.com

Maristela de Souza Pereira - doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Atuação nas áreas de Psicologia Social do Trabalho, Saúde do Trabalhador e pesquisa-intervenção no campo do trabalho.
Contato: maristela.ufu@gmail.com

Michel de Rezende Costa - graduado em Filosofia (FAM). Graduado em Psicologia (UFSJ). Mestrando em Psicologia (PPGPSI/UFSJ). Psicólogo em Conselheiro Lafaiete/MG (CAPS-III) e Professor na Rede Pública Estadual/MG.
Contato: michelfilosofia@yahoo.com.br

Michele Castro Caldeira - psicóloga, doutoranda pela PUC Minas, mestre em psicanálise pela FAFICH - UFMG. Especializou-se em Psicanálise nas Instituições de Saúde na PUC-MG, obtendo o título de Psicóloga Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia.
Contato: michelecastrocaldeira@gmail.com

Paula Ângela de Figueiredo e Paula - psicóloga. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Treinamento Esportivo pela UFMG e doutorado em Psicologia Social pela PUCSP no Núcleo de pesquisa: Psicanálise e Sociedade.
Contato: pauladepaula@uol.com.br

Paula Sandrine Machado - psicóloga, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Integra a coordenação do NUPSEX/UFRGS e do CRDH/UFRGS. Contato: machadops@gmail.com

Pedro Pablo Sampaio Martins - doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo e psicólogo pela Universidade Federal de Uberlândia. Sua pesquisa e prática estão voltadas para o trabalho

com famílias em contextos clínicos e de saúde mental.

Contato: pedropablomartins@gmail.com

Rodrigo Siqueira Câmara - graduado em Psicologia (UFSJ). Mestre em Psicologia (PPGPSI/UFSJ). Professor Designado (UEMG/Campus Carangola). Contato: rodrigoasd@bol.com.br

Telmo Mota Ronzani - psicólogo, mestre em Psicologia Social pela UFMG, doutor em Ciências da Saúde pela UNIFESP. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordena o Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Drogas (CREPEIA) da UFJF. Contato: tm.ronzani@gmail.com

Vanessa de Andrade Barros - doutora em Sociologia pela Universidade Paris 7. Professora associada IV do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos. Contato: vanessa.abarros@gmail.com

Vera Lucia Mendes Trabbold - psicóloga, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e do Adolescente da UFMG. Docente e Pesquisadora do Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva do Curso Médico da UNIMONTES, MG. Contato: veratrab@gmail.com

Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social	01
<i>Maristela de Souza Pereira, Dolores Galindo e Emerson Fernando Raserá</i>	
Sobre os autores e autoras deste volume	03
Apresentação	13
<i>Marcos Vieira-Silva, Marcelo Dalla Vecchia, Fernando Santana de Paiva, Luiz Felipe Viana Cardoso, Júlia Cabral Mazini e Marília Novais da Mata Machado</i>	
Prefácio	20
<i>Emerson Fernando Raserá</i>	

Seção I

Epistemologia, teorias e categorias da Psicologia Social

Conhecimento e emancipação: apontamentos para uma psicologia crítica	24
<i>Kety Valéria Simões Franciscatti, Rodrigo Siqueira Câmara, Daviane Rodrigues Ribeiro e Michel de Rezende Costa.</i>	
A construção do construcionismo social: teorias, modos de fazer ciência e práticas profissionais	40
<i>Emerson Fernando Raserá, Pedro Pablo Sampaio Martins e Ederglenn Nobre Vieira Júnior.</i>	

Crítica e conhecimento: considerações sobre a fantasia no pensamento, no ensaio e no cinema	55
--	-----------

Cynthia Maria Jorge Viana, Mara Salgado e Cristiane Valéria Silva

Repensando os processos de inclusão e reintegração à luz da Psicologia Social	70
--	-----------

Luiz Felipe Viana Cardoso, Júlia Cabral Mazini, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas e Vanessa de Andrade Barros

Seção II

Práticas psicossociais e políticas públicas

Psicologia (social) comunitária: rupturas, avanços, diálogos e consolidações	87
---	-----------

Marcos Vieira-Silva e Maria de Fátima Quintal de Freitas

Políticas públicas para adolescentes: avanços, retrocessos e desafios	107
--	------------

Maria Ignez Costa Moreira, Ana Flávia de Sales Costa e Michele Castro Caldeira

Processos políticos e educacionais na construção das políticas públicas: três experiências no SUS Betim	123
--	------------

Luiz Carlos Castello Branco Rena, Berenice de Freitas Diniz, Jacqueline do Carmo Reis e Paula Ângela de Figueiredo e Paula

Intervenção psicossociológica no campo do trabalho: pesquisar e intervir	139
---	------------

Carolyne Reis Barros, Maristela de Souza Pereira e Vanessa Andrade de Barros

Seção III

Psicologia e direitos humanos

Confabulações sobre psicologia social e direitos humanos	156
--	------------

Claudia Mayorga, Claudia Natividade, Dalcira Ferrão e Márcia Mansur Saadallah

Os cuidados à saúde dos usuários de drogas em perspectiva psicossocial: conquistas e desafios dez anos após a nova lei de drogas 168

Marcelo Dalla Vecchia, Telmo Mota Ronzani e Bruno Logan Azevedo

Poder, saber e sexualidade: reflexões a partir de pesquisas sobre homofobia e violência sexual contra crianças e adolescentes 182

Vera Lucia Mendes Trabbold e Aline Aparecida Rabelo

Do legítimo das experiências, da precariedade dos saberes: corpos, gênero e sexualidades em disputa 197

Juliana Perucchi, Marco Aurélio Máximo Prado e Paula Sandrine Machado

Apresentação

Há alguns meses temos passado por mudanças substanciais nas maneiras de se viver a política e a democracia em nosso país. É corriqueiro nos questionarmos a respeito do que se passa, buscando encontrar forças para impedir a barbárie que avança a passos largos em nossos dias e noites.

O ataque às políticas públicas, o amordaçamento da educação, a precarização dos direitos trabalhistas e previdenciários são alguns elementos que nos assombram e expressam os interesses de grupos muito bem articulados e que almejam impor um projeto político que assegure a exploração e a segregação social entre os brasileiros. Não por acaso, a luta em prol da edificação do Estado Democrático de Direito nunca foi tão atual na realidade brasileira.

O tsunami neoliberal em marcha acena com o desmonte do Estado nacional, bem como visa a negar direitos políticos e sociais historicamente conquistados, com o intuito de manter intacta a estrutura econômica e social que legitima padrões de desigualdade vexatórios. Indubitavelmente, o projeto encampado e arditosamente orquestrado nos salões reservados da Casa Grande não está comprometido com a edificação de uma sociedade mais justa e que almeje um horizonte ético-político e com real possibilidade de emancipação de homens e mulheres, de hoje e do amanhã.

No bojo da efervescente situação em que estamos imersos, nada mais oportuno do que nos questionarmos: o que podemos e devemos fazer? Como enfrentar os desafios que se avolumam em nosso cotidiano?

Neste cenário, o campo da política é certamente um espaço aberto a disputas de projetos que visem à superação ou manutenção da ordem. Em uma sociedade marcada pelo autoritarismo político, acompanhamos um momento histórico caracterizado por incertezas quanto aos rumos da democracia em nosso país, de constrangimentos em relação à manutenção de direitos historicamente conquistados, além de ameaças aos parcos avanços observados no campo dos direitos humanos, com impactos diretos na vida de um elevado contingente de sujeitos e grupos sociais.

Imbuídos dessas e outras inquietações, aproximadamente 500 pessoas (profissionais, professores, alunos, pesquisadores e representantes dos movimentos sociais) reuniram-se entre os dias 10 e 12 de novembro de 2016, na cidade de São João del-Rei, para a realização do XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas, que teve como tema “*Democracia, política e Psicologia Social: rupturas e consolidações*”. Foram realizadas 12 mesas-redondas, seis Conversando Sobre, além de 13 minicursos. O evento propiciou a apresentação de 151 relatos de pesquisas e intervenções profissionais em Rodas de Conversa, 40 trabalhos na modalidade Pôster e 38 em Conversando Sobre. Ademais, foram lançados cinco livros na área de Psicologia Social.

Como resultado do trabalho empreendido durante o evento, organizamos a presente coletânea, que congrega a síntese das grandes discussões realizadas pelos convidados para as mesas-redondas. Portanto, essa obra visa a apresentar ao nosso leitor uma atualizada discussão sobre os desafios e possibilidades encontradas no âmbito da Psicologia Social para a realização de intervenções que almejem fortalecer patamares democráticos no bojo da sociedade brasileira.

O livro está organizado em três seções, a saber: (a) Epistemologia, teorias e categorias da Psicologia Social; (b) Práticas psicossociais e políticas públicas; (c) Psicologia e Direitos Humanos. Congrega 12 capítulos inéditos, escritos coletivamente por pesquisadoras/es mineiras/os e de outros estados brasileiros.

A seção I se inicia com o capítulo intitulado “Conhecimento e emancipação: apontamentos para uma Psicologia Crítica”, no qual Kety Valéria Simões Franciscatti, Rodrigo Siqueira Câmara, Daviane R. Ribeiro e Michel de Rezende Costa produzem uma reflexão acerca da constituição da ciência psicológica na tensão entre conhecimento e emancipação. Para isso, discorrem acerca das condições de possibilidade para que a Psicologia se faça superação da própria Psicologia, das contradições diante do seu objeto (o indivíduo) em face do progresso técnico e suas consequências e dos desafios da Psicologia Crítica na atualidade brasileira.

No capítulo “A construção do construcionismo social: teorias, modos de fazer ciência e práticas profissionais”, Emerson Fernando Rasera, Pedro Pablo Sampaio Martins e Ederglenn Nobre Vieira Júnior, da Universidade Federal de Uberlândia, fazem um raro exercício simultaneamente histórico, epistemológico e metodológico, percorrendo os caminhos do construcionismo social, desde as formulações pioneiras nos Estados Unidos de K. J. Gergen, nos anos 1960, sua chegada ao Brasil no final dos anos 1990, num trajeto bifurcado em que assume formas próprias, até sua expansão em práticas profissionais entendidas como construções sociais.

O capítulo “Crítica e conhecimento: considerações sobre a fantasia no pensamento, no cinema e no ensaio” tem como autores Cynthia Maria Jorge Viana, Mara Salgado e Cristiane Valéria da Silva. As autoras nos apresentam o desafio de compreender, do ponto de vista da Teoria Crítica da Sociedade, o contexto social e suas contradições a partir da realidade do cinema, do ensaio e do próprio pensamento, considerando a fantasia e suas implicações com a realidade, como ponto de partida para suas reflexões.

No último capítulo desta seção, nomeado “Repensando os processos de inclusão e reintegração à luz da Psicologia Social”, Luiz Felipe Viana Cardoso, Júlia Cabral Mazini, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas e Vanessa de Andrade Barros apresentam como processos de inclusão e reintegração social são pensados a partir de experiências de pesquisas com pessoas com deficiência, com idosos em instituições de longa permanência e no meio prisional. Os autores apontam que incluir ou reintegrar socialmente implica uma perspectiva de cidadania por meio do acesso aos bens sociais, aos espaços de decisão e aos serviços providos pelo Estado.

A seção II do presente livro, Práticas psicossociais e políticas públicas, inicia-se com o manuscrito “Psicologia Social Comunitária: rupturas e consolidações, retrocessos e avanços”, de Marcos Vieira-Silva e Maria de Fátima Quintal de Freitas, que trazem ao leitor a construção histórica do conhecimento em Psicologia Social Comunitária, partindo inicialmente do contexto mineiro para tocar os acontecimentos nacionais e internacionais. Suas experiências práticas aliadas aos conhecimentos de importantes autores da área nos inserem no contexto da produção, cultura e formação profissional e deixam importantes questionamentos sobre as práticas que vêm sendo produzidas por pesquisadores, estudiosos e extensionistas da atualidade.

Em “Políticas públicas para adolescentes: avanços, retrocessos e desafios”, de Maria Ignez Costa Moreira, Ana Flávia de Sales Costa e Michele Castro Caldeira, as autoras trazem um debate sobre as conquistas advindas da compreensão do adolescente como sujeito de direitos estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Elas tomam o ECA para refletir sobre os avanços, os retrocessos e os desafios das políticas públicas voltadas para os adolescentes. Segundo as autoras, a Psicologia Social oferece ferramentas teórico-metodológicas importantes para a intervenção psicossocial nas políticas públicas, com o seu compromisso ético de resgatar e defender os direitos dos adolescentes e afirmá-los como

sujeitos potentes e capazes de enunciar as próprias demandas e produzir mudanças.

No capítulo “Processos políticos e educacionais na construção das políticas públicas: três experiências no SUS Betim”, os autores, Luiz Carlos Castello Branco Rena, Jacqueline do Carmo Reis, Paula Ângela de Figueiredo de Paula, professores da PUC, bem como Berenice de Freitas Diniz, trabalhadora do SUS, nos apresentam reflexões sobre políticas públicas, a partir da análise de três experiências de intervenção desenvolvidas através de projetos de extensão e pesquisa da PUC Minas – Betim, produzidas através do desenvolvimento de atividades processuais que envolveram professores, estudantes, comunidades e trabalhadores do SUS e resultaram em um acúmulo de novos saberes e novas práticas na interação ensino-serviço-comunidade.

Encerramos esta seção com o capítulo “Intervenção psicossociológica no campo do trabalho: pesquisar e intervir”, de Carlyne Reis Barros, Maristela de Souza Pereira e Vanessa Andrade de Barros, que tratam do tema Intervenção em Psicossociologia do Trabalho. Inicialmente apresentam a perspectiva teórica orientadora desta abordagem, detalhando alguns conceitos importantes como demanda, encomenda, implicação, não replicação; em seguida, as autoras apresentam dois exemplos práticos: em um hospital público e junto aos agentes penitenciários em um curso de formação.

A seção III da presente coletânea, que trata da interface entre Psicologia e Direitos Humanos, inicia-se com o capítulo nomeado “Confabulações sobre psicologia social e direitos humanos”, que apresenta a interlocução operada pelas quatro autoras: Cláudia Mayorga, Cláudia Natividade, Dalcira Ferrão e Márcia Mansur. O texto versa sobre os desafios e potencialidades da Psicologia Social em se conformar como uma área interdisciplinar, comprometida com a transformação social e ancorada em uma perspectiva crítica acerca das análises e práticas realizadas nos diferentes espaços públicos, tendo como horizonte a concretização dos direitos humanos no âmbito da sociedade atual.

Em “Poder, saber e sexualidade: reflexões a partir de pesquisas sobre homofobia e violência sexual contra crianças e adolescentes”, Vera Lucia Mendes Trabbold e Aline Aparecida Rabelo apresentam uma discussão sobre a relação entre poder, saber e sexualidade nos dias atuais, sedimentada em duas pesquisas que abordaram a violação de direitos humanos. Na primeira parte do texto é exposto o embasamento teórico utilizado pelas autoras e, em seguida, elas discorrem sobre duas pesquisas que exemplificam a condição de controle sobre a sexualidade nos dias atuais e seu impacto no cotidiano. Ao final, é traçada uma correlação entre as pesquisas apresentadas e as possibilidades de luta em prol dos Direitos Humanos.

No capítulo intitulado “Os cuidados à saúde dos usuários de drogas em perspectiva psicossocial: conquistas e desafios dez anos após a nova lei de drogas”, Marcelo Dalla Vecchia, Telmo Ronzani e Bruno Logan apresentam o panorama atual sobre as políticas de atenção aos usuários de drogas no Brasil. Ademais, salientam como o paradigma proibicionista opera na manutenção das opressões e legitimação de desigualdades sociais, ressaltando a importância em considerarmos os recortes de classe social, raça e gênero nas ações adotadas na área. Procuram romper com uma noção de liberdade abstrata ou a consequente culpabilização individual, costumeiramente observadas na área, valendo-se da perspectiva da redução de danos e o horizonte dos direitos humanos.

Para finalizar a seção III, Juliana Perucchi, Marco Aurélio Máximo Prado e Paula Sandrine Machado, em “Do legítimo das experiências, da precariedade dos saberes: corpos, gênero e sexualidades em disputa”, trazem a importante e atual reflexão sobre as narrativas transexuais, travestis e intersexuais. Nas discussões propostas, embasadas política e eticamente nas experiências legitimadas dos autores, encontramos o paradoxo dos processos diagnósticos, seu caráter de dispositivo de poder, patologização das pessoas e o acesso à saúde integral e a tênue relação entre a patologização e o poder dos laudos no serviço de saúde.

Esperamos com a presente obra contribuir para potencializar as análises e debates sobre os rumos da pesquisa e intervenção em Psicologia Social, com vistas a se configurar como um instrumento mais efetivo de transformação da realidade social. Trata-se, portanto, de um afetuoso convite endereçado aos eventuais leitores e leitoras desta obra para que possam ser estimulados(as) a um constante exercício de reflexão sobre sua prática como sujeito social inscrito em um dado momento da história.

Desejamos que o livro ora em mãos propicie ótimas leituras e acalorados debates, em prol de um projeto societário substancialmente democrático, ético e com a clareza de que o livre desenvolvimento de um só é possível na efetiva potencialização de todos.

São João del-Rei, junho de 2017.

Marcos Vieira-Silva

Marcelo Dalla Vecchia

Fernando Santana de Paiva

Luiz Felipe Viana Cardoso

Júlia Cabral Mazini

Marília Novais da Mata Machado

Organizadores

Prefácio

A produção de resistências no presente: reflexões e práticas em Psicologia Social

Sensibilidade a seu tempo e lugar. Essa é uma marca histórica da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) que se atualiza nos textos produzidos nessa coletânea. Superando os riscos de dispersão e fragmentação de uma produção coletiva, o livro traz como fio condutor a reflexão sobre conhecimentos e práticas necessários para a transformação da realidade brasileira atual. Trata-se, assim, de um esforço de pesquisadores e profissionais da Psicologia Social na produção de resistências no presente.

A articulação dos capítulos está dada pelo tema do livro, “Democracia, política e Psicologia Social: rupturas e consolidações”, o qual nos lembra que estamos vivendo várias rupturas do processo democrático e uma série de ataques aos direitos sociais. Acompanhamos o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a aprovação da PEC do Fim do Mundo e da Reforma do Ensino Médio, a extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia, e ainda enfrentaremos as Reformas Trabalhista e Previdenciária, o risco de eleições indiretas, e outras que se anunciam no cenário nacional. Essas rupturas e ataques têm também produzido resistências de diferentes tipos como a ocupação

de escolas, institutos e universidades pelos estudantes, greves de vários setores da sociedade brasileira, manifestações de movimentos e instituições sociais. As associações científicas são participantes desse processo, seja se envolvendo diretamente no debate público, seja se silenciando.

Conforme seu estatuto, a ABRAPSO possui finalidades semelhantes a outras associações científicas, como congregar pessoas interessadas pela área, facilitando o intercâmbio e promovendo o desenvolvimento científico. Contudo, entre seus objetivos destaca-se o de “incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário”. É esse objetivo que marca o caráter estatutário do necessário posicionamento e da atuação política da Associação visando à transformação do campo social.

Nos últimos anos, os posicionamentos da ABRAPSO têm se produzido por meio da produção de manifestos e notas públicas, realização de eventos e ações locais, e articulação em rede. A atuação integrada por meio dessas diversas ações tem impacto em diferentes debates e atinge públicos distintos, sendo realizada por membros com variadas inserções na estrutura da Associação.

Da mesma forma, por meio da Editora da ABRAPSO, publicam-se livros que aliam conhecimento psicológico e sensibilidade política, explicitando o compromisso da Associação. De maneira particular, esse livro é, ao mesmo tempo, o meio de expressão de um posicionamento político e o seu resultado.

Ele é um meio de expressão política pois dá materialidade e visibilidade às discussões promovidas pelos autores em seus Núcleos, mostrando a relevância de determinados temas e as formas de abordá-los, colocando-se abertos ao diálogo sobre seus posicionamentos. Trata-se, portanto, de uma forma de se colocar na comunidade da Psicologia Social, convidando a tomar a vida cotidiana como objeto de reflexão e ação e a reconhecer os desafios políticos atuais de nossa sociedade.

É também o resultado de um posicionamento político à medida que os textos produzidos são, em sua maioria, de autores inseridos nos diferentes Núcleos da ABRAPSO Minas, que ao longo do ano articulam, de forma responsável e comprometida, a produção do conhecimento com atividades voltadas à comunidade local para o debate de temas significativos. Resultado dessa reflexão em ação, os autores do livro mostram como são possíveis e necessárias a análise crítica sobre as políticas públicas (para a adolescência, para o Sistema Único de Saúde, de Direitos Humanos), sobre as populações em situação de maior vulnerabilidade social (como pessoas com deficiência, idosos, pessoas no sistema prisional, usuários de drogas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), bem como, a produção de formas de conhecimento (inspiradas pela Teoria Crítica e pelo Construcionismo Social, entre outros) voltadas à transformação desse contexto.

De forma significativa, os organizadores e autores dos capítulos do presente livro nos estimulam a pensar: qual Psicologia Social o Brasil necessita nesse momento? Longe de uma resposta única e final, acreditamos que é nas discussões promovidas por essa pergunta, por meio da ação coletiva de todas(os) nós, que poderemos produzir enfrentamentos frente à situação política que vivemos no Brasil. Que o livro seja fonte de estímulo e inspiração de resistências no presente!

Emerson F. Raserá

Presidente da ABRAPSO

Seção I

Epistemologia, teorias e categorias da Psicologia Social

CONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO: APONTAMENTOS PARA UMA PSICOLOGIA CRÍTICA

Kety Valéria Simões Franciscatti

Rodrigo Siqueira Câmara

Daviane Rodrigues Ribeiro

Michel de Rezende Costa

Esse texto parte de elaborações que tiveram vinculação e contribuíram com a pesquisa “Conhecimento e emancipação: impasses ético-políticos da Psicologia contemporânea” (DPSIC/PPGPSI/LA-PIP/UFSJ), que tem o objetivo de investigar a constituição histórica da Psicologia como ciência a partir da proposição de Horkheimer e Adorno (1947/1985) de que o projeto de esclarecimento tensiona o processo histórico de conhecimento e de emancipação humana, mas que também arrasta aspectos progressivos e regressivos como não realização da história. Na investigação dos impasses ético-políticos que estão presentes na constituição da Psicologia Social, particularmente

na denominação de uma Psicologia Social Crítica, como também das apropriações que desse âmbito se faz do pensamento do filósofo Theodor W. Adorno, como modelos de crítica cultural e da sociedade – em diálogo com os demais pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt –, pretendemos contribuir para uma Psicologia Crítica, pensada a partir do contexto brasileiro, como práxis comprometida com a formação do indivíduo e, nisto, com a superação da necessidade histórica da Psicologia enquanto uma ciência parcelar aplicada.

É possível uma psicologia que supere a Psicologia?

O entrelaçamento do conhecimento e da emancipação na construção da ciência psicológica exige um movimento que pode metaforicamente ser denominado como um nó. Em uma ponta está a compreensão de que a Psicologia, desde sua afirmação como ciência parcelar, se atrela a interesses sociais específicos que contribuíram e demarcam a manutenção de uma organização social que é desigual e excludente. Na outra ponta desse nó temos a tentativa de realizar uma crítica ao fazer ideológico da Psicologia como meio imprescindível para a constituição de uma ciência psicológica que se pretende crítica. Todas as reflexões presentes neste texto materializam-se como um convite à desconfortável autocrítica tanto em relação às nossas práticas profissionais (e acadêmicas) quanto em relação à atuação da (o) psicóloga (o), profissão que, em alguma medida, nos identifica.

Em um movimento tateante da história – não de forma linear e de causa e efeito – podemos pontuar dois momentos fundamentais da constituição da Psicologia como ciência parcelar. O primeiro com as ideias psicológicas sendo usadas a favor dos interesses revolucionários da burguesia. Aqui, frente a toda centralidade teológica e o domínio de concepções sacras sobre o homem e a vida em sociedade, as ideias psicológicas ofereciam a compreensão da atividade humana autônoma e de sua capacidade racional, solidificando os ensinamentos pela

liberdade humana frente a qualquer domínio religioso. E o segundo momento no qual, após a ruína da sociedade feudal e o estabelecimento da burguesia como classe dominante, o que se efetiva é a produção de conhecimento científico que colabora com a manutenção da sociedade burguesa. Esse período caracterizado pela decadência ideológica da burguesia, marca a passagem das concepções em defesa da autonomia da atividade humana e da liberdade de todos, para a naturalização de um tipo de homem individualista e da liberdade de concorrência de todos contra todos (Lacerda, 2010).

Concomitante a essa mudança de perspectiva da burguesia – de revolucionária para conservadora – que repercute em todos os âmbitos sociais, também ocorre a fragmentação do saber levando à constituição das ciências parcelares. Desses fragmentos, a Psicologia ficou com o indivíduo e veremos que o fortalecimento desse saber como científico esteve atrelado à intensificação do isolamento do indivíduo como exigência social na reprodução dos interesses dominantes para a reprodução do capitalismo. Continuamos, então, a linha de nosso nó seguindo uma de suas pontas: que desde sua constituição a Psicologia tem contribuído com uma sociedade desigual, que naturaliza aquilo que foi historicamente constituído, a saber: o homem em sua forma individual burguesa. Um dos meios pelos quais realiza tal feito é justamente a retirada dessa parte, o indivíduo, dos múltiplos processos sociais que o constituem e são também por ele constituídos (Adorno, 1955/2015).

Um esclarecimento fundamental é que aquilo que estamos nomeando como ideologia, é considerada como um substituto coercitivo da força bruta, que contribui para os processos históricos de poder e de desigualdades, favorecendo a adaptação do indivíduo na sociedade estabelecida e justificando todo tipo de sacrifício (Adorno & Horkheimer, 1956/1978). É evidente que se pode situar múltiplos movimentos ideológicos presentes na sociedade, para esse momento nos basta aquele produzido e/ou reforçado pela Psicologia. Assim, tanto a independência da Psicologia enquanto ciência quanto a for-

ma como essa passa a compreender o indivíduo, são condições e produtos de processos sociais e históricos. Podemos dizer, então, que quando a Psicologia compreende o indivíduo de forma isolada, ela omite que indivíduo e sociedade constituem um ao outro e são mutuamente determinados. Nesse isolamento, o indivíduo se converte em uma tautologia, passa a ser explicado por ele mesmo, sem estar referido à sociedade, à realidade e ao tempo em que vive.

Contudo, ao se ater às mediações que constituem a realidade, revela-se que a vida humana se efetiva necessariamente via convivência entre os homens. Apenas na relação com os outros é que o homem se constitui como ser social. Ao se reconhecer como semelhante e afirmar-se enquanto parte do gênero humano, o homem se singulariza; nega e afirma a existência genérica em sua forma individual. Logo, o indivíduo apartado das determinações sociais é tão abstrato e falso quanto uma sociedade que supostamente existe independente dele (Horkheimer & Adorno, 1956/1978). Ainda que a separação entre indivíduo e sociedade expresse falsidade, podemos dizer que essa separação também contém sua verdade na medida em que a sociedade não orienta sua finalidade para a realização do indivíduo e que este se considere isolado e independente da vida em sociedade (Adorno 1955/2015).

Assim, se o indivíduo tem se percebido e vivido como uma unidade isolada em si mesmo e se a sociedade tem reafirmado esse isolamento, não é por meio da teoria que isso pode ser transformado. Nesse sentido, dois pontos devem ser destacados. O primeiro é que a dialética constitutiva entre indivíduo e sociedade não é imposição teórica, mas sim o movimento próprio dessa realidade. Em outras palavras, a dialética é própria do objeto e não propriedade exclusiva de uma determinada teoria. O segundo é que a relação entre conhecimento e transformação da realidade “é de se esperar que a insistência em um particular, cindido do todo, rompa seu caráter monadológico e perceba em seu núcleo o universal, e não que a síntese conceitual do que se desintegrou interrompa a desintegração”

(Adorno, 1955/2015, p. 83). Trata-se, nestes termos, do próprio indivíduo se reconhecer como sujeito e objeto de sua história.

Refletindo sobre as contradições e ideologias no campo da Psicologia, Adorno (1955/2015) afirma que ao insistir cegamente nas idiossincrasias como se fossem inteiramente apartadas das dinâmicas sociais, tem oferecido mais conteúdo de verdade sobre a realidade do que aqueles ramos que fazem acordos com uma unidade metodológica entre sociedade e psique que é inexistente. Ambas as posturas são falsas, mas a primeira em sua falsidade – na reafirmação monológica do indivíduo – expressa a verdade da fragmentação entre todo e parte que implica no suposto isolamento do indivíduo e por isso indica, mesmo que à revelia, a ideologia que pretende reproduzir. A segunda, também é falsa porque resolve por decreto metodológico a cisão socialmente constituída, contudo ainda obnubila a consciência da fragmentação e, assim, impede a constatação de como a realidade se organiza.

Na perspectiva de Adorno (1955/2015), não se trata de sustentar uma sociologia psicológica ou uma psicologia sociológica, como se isso solucionasse os impasses na compreensão dos objetos. A necessidade de posicionar diferentes ciências parcelares frente ao objeto é reposta à exigência multívoca de sua existência, não uma simples escolha metodológica. Com isso, antes de almejar uma síntese entre as diferentes ciências parcelares, que só pode ser falsa enquanto a realidade mesma for um sistema de fragmentos, trata-se de determinar a diferença entre essas áreas, pois é na cisão existente entre elas que reside a denúncia da realidade a ser superada.

Essa constatação indica que a ciência em geral e a Psicologia em específico, em uma sociedade pautada pela desigualdade e nas artimanhas ideológicas para obscurecer as injustiças, deve enfrentar a tarefa de ser política e ética para o estabelecimento de uma sociedade justa e humana. Isso porque quando se vive em uma realidade em que o desenvolvimento técnico e racional oferece as condições para a superação da miséria, e mesmo assim existem interesses políticos que

barram essa realização, à ciência não resta alternativa além de ter que assumir uma posição nesse quadro (Marcuse, 1973).

Parte dessa tomada de postura efetiva-se com uma Psicologia Crítica que defenda a formação do indivíduo e a emancipação humana. Assim, uma Psicologia Crítica é crítica à própria Psicologia enquanto movimento que almeja a transformação da realidade. Contudo, tal processo só pode ser realizado se o profissional e o estudante em formação forem capazes de se reconhecerem potencialmente como sujeitos históricos que podem orientar suas ações, com base na tomada de consciência de suas determinações, na superação do que obsta a emancipação, de serem capazes de assumirem e compartilharem a responsabilidade de que suas pequenas ações e/ou omissões podem atuar a favor ou contra interesses políticos, econômicos e sociais – a favor ou contra o estabelecimento de um estado ético.

O posicionamento da Psicologia Social frente às contradições de seu objeto

Na política e na ciência há o discurso dominante de manutenção da vida em todas as suas instâncias. Na grande maioria, pregam a possibilidade de um aumento das condições de perpetuação da vida e com o *slogan* de maior qualidade para todos e para todas. Há um aumento de tecnologias empregadas na área de saúde, da educação e no campo do trabalho. Elas entram em nosso lazer e na esfera privada. Nas consultorias, temos diagnósticos variados do que se deve melhorar na gestão e na administração de lugares públicos, das habilidades que devem ser desenvolvidas em cada indivíduo. É notório que nos empenhamos nas ações técnicas e nas metodologias de pesquisa para alcançar resultados em que podemos identificar e eliminar os problemas que colocam em risco a vida. Contudo, em um contraponto desse campo, acompanhamos o aperfeiçoamento de práticas de extermínio em massa que se dão com o aumento da potência destrutiva de armas de guerra, as discussões infundáveis em

níveis interplanetários sobre o aquecimento global (neste ano bateremos o recorde de emissão de gases do efeito estufa), aperfeiçoamos técnicas de matança de animais e demais espécies naturais com a impunidade dos responsáveis pelos crimes ambientais como o ocorrido em Bento Rodrigues na cidade de Mariana/MG pela empresa Samarco que tem como acionistas empresas com capital estrangeiro.

Embora as situações relatadas tenham as suas particularidades, o que nos chama a atenção são os pontos em comum: o progresso das bases materiais da sociedade ocultam um processo de regressão das relações sociais. Por trás da tradição da ciência psicológica, seu posicionamento ideológico se manifesta nas esferas política e ética ao ocultar as origens históricas e sociais do indivíduo, conduzindo-o à “sua autoalienação, dificultando a própria consciência que não pode ser reduzida aos determinantes psíquicos” (Crochík, 1999, p. 48).

Essas são as contradições presentes e que nos apontam para modos de como se deve organizar a reflexão no campo da Psicologia Social. Se o sonho do capitalismo e, conseqüentemente, do avanço das ciências, implementado pelos ideais filosóficos da modernidade, seria salvaguardar uma sociedade livre de preconceitos e com o controle eficiente e pleno das causas naturais que podem eliminar a vida, por que ainda alimentamos um medo que justifica guerras e perpetua conflitos sociais? Os paradoxos fazem parte de um tensionamento histórico entre o sujeito e a sociedade, em que a dimensão da autonomia, que é um dos eixos de orientação da ética, não está dissociada do mundo político e das questões da coletividade. Embora se almeje separar as questões da ética de um lado e da política de outro e, conseqüentemente, do mundo das ciências como campos autônomos de gerenciamento da natureza e da vida, no cotidiano elas acabam se entrelaçando e se desvelam nas suas diferenças, convertidas em desigualdades, que estruturam as relações sociais. É possível observar esse abismo das esferas ética e política diante da atual dificuldade em debater medidas efetivas de combate à corrupção e ao esfacelamen-

to das questões éticas aos problemas parcelares dos diversos grupos sociais, em detrimento de problemas que atingem a humanidade. Lembremos que um problema de difícil solução para a humanidade é a fome.

O esclarecimento de certo modo traduz um progresso com contornos regressivos em que a vida se esvai. A ciência, o mundo da ação ética e da política se cristalizam em um processo de alienação que dificulta ao ser humano reconhecer os grilhões que o deixa preso na busca pela sobrevivência. A condição de senhor da produção científica e de domínio da natureza torna-o escravo de práticas catastróficas de sobrevivência que lhe impõe sacrifícios.

Conforme pode ser interpretado a partir da tese IX de Benjamim (1940/2012), em *Sobre o Conceito de História*, o risco da morte nos faz em determinados momentos pactuar com situações injustas da vida: a guerra, a distribuição de renda e a fome do outro. Ela é ferida intensificadora da atrofia da experiência e de um medo de tentar outras formas de organização social que não seja a exploração do outro. Diante do acionamento desmedido do medo, damos uma guinada política para regimes totalitários e práticas em que vale tudo para se tornar um sobrevivente na **terra dos mortos**. Vale o alerta contido na tese IX como o agouro da expulsão dos indígenas e de ribeirinhos de Belo Monte no Pará, das vítimas de homofobia e de várias outras situações de violência – são as crescentes ruínas da história. Como, então, manter a potencialidade revolucionária das ruínas do que resiste à violência?

De fato, a anestesia diante dessas situações ocorre porque o capitalismo representa um “novo sono, repleto de sonhos” que reativa as “forças míticas” sobre as quais a Psicologia também adormece (Benjamin, 1982/2009, p. 436). A única via de transformação dessa realidade seria implodir o capitalismo, conduzindo o pensamento e a vida além das categorias que estruturam esse modo de produção. Benjamin tinha uma profunda descrença de que o capitalismo seria substituído naturalmente—via mero etapismo – por uma socieda-

de sem classes e por relações que ultrapassem o trabalho. Para ele, acreditar nesse declínio do capitalismo seria apenas mais uma face ideológica do progresso e na qual muitos comunistas foram vítimas. Benjamin (1982/2009, p. 708) afirma nas *Passagens*, “a experiência de nossa geração: o capitalismo não morrerá de morte natural”.

Esses apontamentos podem ser provocadores para uma historiografia da psicologia social e de sua produção científica. Os vários estudos e as formas de atuação com as minorias e com as questões populares não podem ser destituídos desse olhar atento para o movimento que constitui uma práxis sustentada na crítica permanente ao modelo econômico vigente. A história da luta dos grupos minoritários em suas singularidades no tempo e nas particularidades das “bandeiras” levantadas deve ser escrita no confronto com a história universal em que é possível realizar a tarefa de começar a mover os sentidos atrofiados pelo choque das catástrofes e pelos desastres históricos. A realização dessa movimentação permite um alerta diante das violências que podem ser reproduzidas pela psicologia social. Também, podem ser sementes de um processo revolucionário.

Contribuições e desafios de uma Psicologia Crítica no contexto brasileiro

Nos últimos 30 anos, pode-se considerar que se consolidou um novo modelo de Psicologia Social no Brasil que procura destacar a dimensão crítica do conhecimento e o seu compromisso necessário com a interpretação e transformação da realidade social – muito embora seja imprescindível ressaltar que a Psicologia, por si só, é impotente para transformar o mundo. Esta é antes uma tarefa das esferas política e econômica, ainda que a práxis psicológica tenha suas implicações políticas e econômicas. Certamente, este é o horizonte a ser almejado e para o qual o trabalho do conhecimento tem um papel fundamental em um projeto coletivo e individual de emancipação. Tomando como norte o evento que deu origem a este livro,

Democracia, política e Psicologia Social: rupturas e consolidações, podemos nos remeter diretamente a uma importante definição da teoria dialética que afirma que a própria história é síntese de rupturas e de continuidades. O que significa, então, pensar em rupturas e consolidações no que diz respeito à Psicologia Social e à realidade brasileira?

Do ponto de vista estrutural, parte-se do pressuposto, neste trabalho, de que ao longo das últimas décadas se observa mais um acirramento e acentuação dos fenômenos sociais investigados pelos frankfurtianos, do que propriamente alguma transformação. Na base desses fenômenos, que ainda são atuais, está a mudança na esfera da produção de um capitalismo concorrencial um capitalismo dos monopólios, que culmina no que Adorno (1968/1994) caracteriza como capitalismo tardio, enquanto estágio de desenvolvimento do sistema capitalista e que no Brasil assume as características específicas de um capitalismo dependente característico dos países periféricos, notadamente dos países da América Latina.

Um primeiro ponto, que nos parece central, no entendimento da atual situação brasileira, diz respeito à questão da relação entre infraestrutura e superestrutura e, também, para seguir com a tradição dialética, a relação entre aparência e essência. Os frankfurtianos concordam com a tese de Marx (1859/2008) segundo a qual a dimensão cultural da sociedade, a superestrutura, encontra sua base na dimensão material da vida humana, ou seja, é determinada pelas formas da produção material do mundo e das relações, a infraestrutura. Neste sentido, quando tomamos os fatos políticos e sociais que estão emergindo no Brasil e que encontram seu denominador comum no golpe de Estado que está em curso, é necessário que se procure entender a determinação material, econômica, deste contexto. Alguns destes fatos políticos e sociais, que se avolumam a cada dia, incluem: a própria deposição da presidente Dilma Rousseff, incluindo aí toda a retórica de caráter jurídico-parlamentar que procurou conferir um véu ideológico ao processo; a tentativa de criminalização da atividade política de esquerda, principalmen-

te a partir da construção de uma narrativa (midiática, política e jurídica), também ideológica, de sua associação com a corrupção; uma série de ataques aos direitos da população, principalmente da classe trabalhadora mais pobre, incluindo aí toda a reestruturação do Estado, promovida pela ascensão dos grupos nacionais mais conservadores e reacionários ao poder; projetos de lei, reformas, mudanças constitucionais; a crescente tentativa de criminalização dos movimentos populares e dos sindicatos; a crescente militarização do sistema e acirramento da estrutura repressiva do Estado; e, ainda, tantas outras possibilidades de nomeação destas questões reais que estão colocadas, de modo tão imediato e que tendem a se multiplicar.

Contudo, precisamos ir para além desse primeiro nível de análise, mas que não deve ser deixado de lado, pois articula todos estes elementos em torno de um denominador comum, que é a constatação de que se trata de um golpe de Estado. Se partimos do entendimento que a superestrutura é determinada pela infraestrutura, devemos também depreender que toda a dimensão política, jurídica, midiática, parlamentar e a construção de narrativas ideológicas – descritas anteriormente – são superestrutura, elementos de aparência nos termos da dialética. É necessário, portanto, ir além da aparência e buscar pela essência – núcleo real, material e histórico, que determina aquilo que aparece como imediato. Nesse sentido, reconhecer que o que está em disputa é o antagonismo social, é a luta de classes. É a dinâmica destrutiva do capitalismo em movimento na história.

Como discutido anteriormente, para os frankfurtianos, existe um descompasso entre as potencialidades materiais e técnicas do mundo do trabalho e as efetivas formas de relações de trabalho e do conjunto das relações sociais. Esta é certamente uma importante referência para se entender o estágio no qual se encontrava o capitalismo naquela época e o caminho do seu desenvolvimento até os dias atuais, nos quais esta situação se encontra agravada. No entanto, é preciso indicar que tais análises foram feitas tendo como referên-

cia principal o que os autores nomeavam de “sociedades altamente industrializadas”. Neste sentido, é importante reconhecer suas limitações para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no contexto latino-americano. É claro que o sistema capitalista, enquanto modo de produção, é a forma fundamental das relações de trabalho do ponto de vista mundial, mas é preciso entender que dentro deste sistema global existe uma dinâmica que se manifesta de modo diferente, embora complementar e articulado, nos países centrais e periféricos.

Nesse sentido, torna-se pertinente complementar a análise à luz da teoria marxista da dependência. Segundo esta perspectiva, deve-se considerar que no caso dos países periféricos, ou subdesenvolvidos, da América Latina em especial, o entendimento do funcionamento do capitalismo passa pela compreensão fundamental de uma estrutura específica das relações entre capital e trabalho, que encontra a sua explicação na sua relação de exploração e dependência econômica dos países centrais. Segundo Marini (1981), um dos expoentes desta perspectiva, desde o início da expansão do mercado capitalista, os países periféricos, ainda como colônia e posteriormente como países formalmente independentes de um ponto de vista político, subsidiaram as bases para o desenvolvimento material e industrial dos países centrais. No curso da história, esse processo de exploração se intensifica e cria as bases estruturais da dependência econômica, o que implica na transferência de valor dos países periféricos aos centrais e na superexploração da classe trabalhadora dos países subdesenvolvidos. Trata-se, portanto, de uma ruptura com a ideologia dos países “em desenvolvimento”, como se o capitalismo se desenvolvesse em etapas que se sucedem e no sentido de que, em algum momento, os países subdesenvolvidos se tornariam desenvolvidos. Visão essa que mascara a estrutura de funcionamento global do capitalismo que delega papéis distintos aos países centrais e periféricos, em que a possibilidade de desenvol-

vimento maior, no caso dos centrais, implica, necessariamente, na exploração dos periféricos.

Dessa forma, o que ocorre no Brasil atualmente, expresso na superestrutura, é também reflexo destas questões de infraestrutura. No próprio movimento do capitalismo, em suas crises cíclicas e no interesse de garantir o lucro, de tempos em tempos é necessária uma ofensiva sobre a classe trabalhadora, para que continue subsistindo como modo de produção global. Do mesmo modo, é preciso compreender que o que acontece no Brasil está diretamente relacionado com o que ocorre no contexto global, tanto nos países europeus e nos Estados Unidos, centros de concentração do poder econômico e, também, na América Latina, em que pode se observar uma forte ofensiva – sistêmica e articulada – de caráter neoliberal, por parte do capital, que ocasiona instabilidades regionais específicas, mas que encontram sua explicação na sua relação com as questões econômicas globais.

Um segundo ponto, que parece importante para essa discussão, tentando agora pensar no compromisso da Psicologia e, mais especificamente, de uma Psicologia Social ou uma Psicologia Crítica, é o de indicar que estas questões da ordem objetiva se manifestam também na subjetividade, que, para dizer com Adorno (1959/1996), é a apropriação subjetiva da cultura. A substância mesma da subjetividade é a sociedade, não como sua reprodução direta, mas como manifestação das forças psíquicas daquilo que lhe forma, a objetividade social, tanto como adaptação quanto como resistência. Também no contexto global atual e, especificamente no brasileiro, tipos de comportamentos regressivos estão cada vez mais manifestos. Expressões de ódio e indiferença se fazem presentes no cotidiano das pessoas e são reforçados por uma ordem institucional que os fomenta e legitima.

De acordo com Adorno (1967/1995, p. 118), “cada época produz aqueles caracteres – tipos de distribuição de energia psíquica – de que necessita socialmente”. Nesse sentido, deve-se conceber que os

tipos de comportamentos autoritários e preconceituosos – e as manifestações de destruição indiscriminadas, porém mais regressivas – que hoje se mostram tão manifestos, nunca deixaram efetivamente de existir na sociedade burguesa, sendo que a cada momento, de acordo com a correlação de forças na sociedade, se mantêm mais ou menos latentes. Assim, não se deve considerar tais regressões psíquicas como desvios da ordem, mas sim como integrados a esta ordem. Para cada movimento de retrocesso social há um respaldo psicológico que o possibilita efetivar nessa sociedade. Diz Adorno (1967/1995, p. 104): “Fala-se de iminente recaída na barbárie, mas ela não é iminente, uma vez que Auschwitz foi a recaída; a barbárie subsistirá enquanto perdurarem, no essencial, as condições que produziram aquela recaída”. A barbárie persiste enquanto tendência objetiva e subjetiva potencial, seja mais ou menos manifesta.

Por fim, é importante considerar que estas aproximações com o momento atual não se pretendem respostas ou explicações, mas sim desafios que se apresentam à Psicologia Social, no sentido em que esta deve estar atenta ao contexto social em que está inserida, procurando, pelo movimento da produção do conhecimento, interpretar a realidade de um ponto de vista crítico. Pesa sobre a Psicologia Social – que, nos últimos 30 anos, se propôs, em meio às condições sociais opressivas e à sua “crise interna”, tomar como perspectiva o conhecimento científico para a emancipação social – o desafio de se manter crítica às situações de dominação, violência e opressão que ainda caracterizam o nosso contexto social mais amplo e, especificamente no caso do Brasil, o desenvolvimento de um sistema econômico neoliberal, nas características de uma formação capitalista dependente e suas implicações psicossociais. Como não houve uma transformação real nas condições objetivas que engendram os tipos de violência fascista e os traços subjetivos autoritários – tão manifestos em nossa atual conjuntura – estes foram integrados à sociedade, como meio de sua funcionalidade e perpetuação e se mantêm

como uns dos objetos privilegiados de uma Psicologia Social que se pretenda crítica.

Referências

Adorno, T. W. (1994). Capitalismo tardio ou sociedade industrial? (F. R. Kothe, Trad.). In G. Cohn (Org.), *Sociologia: Theodor W. Adorno* (pp. 62-75, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1968)

Adorno, T. W. (1995). Educação após Auschwitz (M. H. Ruschel, Trad.). In *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (pp. 104-123). Petrópolis, RJ: Vozes (Original publicado em 1967)

Adorno, T. W. (1996). Teoria da semicultura (N. Ramos-de-Oliveira, Trad.). *Educação & Sociedade*, 56(10), 388-412. (Original publicado em 1959)

Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre Sociologia e Psicologia (V. Freitas, Trad.). In *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise* (pp. 71-127). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1955)

Benjamin, W. (2009). *Passagens* (I. Aron & C. P. B. Mourão, Trans.). Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo. (Original escrito e publicado entre 1927- 1940)

Benjamin, W. (2012). Sobre o conceito de História (S. P. Rouanet, Trad.). In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8ª ed., rev., pp. 241-252, Obras escolhidas Vol. 1). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1940)

Crochík, J. L. (1999). Notas sobre a formação ética e política do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 11(1), 27-51.

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1978). *Temas básicos da Sociologia* (A. Cabral, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1956)

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1947)

Lacerda, F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade de Campinas, SP.

Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial; o homem unidimensional* (G. Rebuá, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Marini, R. M. (1981). *Dialéctica de la dependencia* (5ª ed.). México: Ediciones Era.

Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política* (F. Fernandes, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular. (Original publicado em 1859)

A CONSTRUÇÃO DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL: TEORIAS, MODOS DE FAZER CIÊNCIA E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Emerson Fernando Rasera

Pedro Pablo Sampaio Martins

Ederglenn Nobre Vieira Júnior

A Psicologia como ciência e prática profissional é atravessada por um conjunto de teorias e modos de fazer que ganham relevância a partir de sua inserção histórica. Nas últimas décadas, o construcionismo social surgiu como uma alternativa significativa para diversas áreas da Psicologia, especialmente para a Psicologia Social.

No Brasil, há um movimento de difusão do construcionismo social que pode ser identificado pelo crescimento das publicações nos últimos anos e sua distribuição em diversos periódicos nacionais; a

dispersão da produção em dezenas de instituições; o surgimento de grupos de pesquisa e institutos de formação profissional; além de eventos específicos para o debate sobre o construcionismo social. Nesse sentido, a expansão não se restringiu ao campo acadêmico, mas contemplou as práticas profissionais, especialmente na clínica e no trabalho com famílias.

Contudo, o crescimento do uso do construcionismo social no Brasil apresenta alguns desafios. Assim, é possível observar que ele nem sempre está associado a uma aprofundada reflexão teórico-metodológica. A despeito de trabalhos consistentes e pesquisadores preocupados com a fundamentação epistemológica, muitas vezes notamos uma utilização pragmática de determinados recursos metodológicos e a ausência de uma clara sustentação teórica.

Da mesma forma, o uso do construcionismo social se dá em uma comunidade profissional cujas relações de colaboração marcam sua difusão e formas de uso, impactando diretamente nas maneiras de pensar e fazer o construcionismo social em nosso contexto. A identificação das diferentes formas de produção, suas temáticas e distribuição nacional mostra como o construcionismo se constrói na academia e fora dela.

Além disso, no campo da prática profissional, as tentativas de tradução de pressupostos epistemológicos em diversos modos de intervenção profissional trazem diferentes reflexões. A própria relação entre teoria e prática ganha novos sentidos, gerando variadas formas de utilização do construcionismo social e exigindo dos profissionais uma revisão dos seus processos de atuação.

Assim, considerando os desafios apresentados, o objetivo geral deste estudo¹ é analisar a construção do construcionismo social em Psicologia a partir de três perspectivas: suas teorias, modos de fazer

1 Agradecimentos ao CNPQ e FAPEMIG pelo apoio financeiro; e a Carla Guanaes-Lorenzi pela colaboração na pesquisa, que permitiu algumas reflexões da seção “O Movimento Construcionista Social no Brasil”.

ciência e práticas profissionais. Dessa forma, buscaremos: (a) refletir sobre a construção do conhecimento construcionista social, especificamente, no interior da obra de Kenneth Gergen; (b) compreender como o discurso construcionista social tem sido produzido entre pesquisadores da área no Brasil; e (c) descrever as implicações práticas da utilização do discurso construcionista social no campo da atuação do psicólogo.

Esperamos que esse olhar a partir de diferentes perspectivas sobre o construcionismo social permita compreendê-lo em seu caráter contextual, construído e em construção, em que diferentes recortes convidem a novos diálogos e permitam refletir “como seguir juntos” a partir de descrições complexas e densas sobre esse movimento em Psicologia.

Os construcionismos sociais de Kenneth Gergen

Apesar de ser comum falar do construcionismo social no singular, um breve olhar sobre essa literatura aponta para a necessidade de reconhecer sua pluralidade. Nesse sentido, Gergen (1999) descreve genericamente o construcionismo social; Shotter (1993) aponta para um construcionismo responsivo retórico; Danziger (1997) divide os trabalhos construcionistas em *dark* e *ligh construcionism*; Hacking (1999) identifica diferentes compromissos assumidos entre os pesquisadores da construção social, indo de um compromisso histórico, passando por um reformador, até chegar a um revolucionário; McNamee e Hosking (2011) discutem a proposta de um construcionismo relacional; além disso, há aqueles que identificam um novo movimento, um pós-construcionismo (Iñiguez, 2003).

Assim, se o reconhecimento dessa pluralidade entre os autores já está presente na literatura da área (Rasera & Guanaes, 2006), a necessidade de compreender a multiplicidade interna à obra de cada autor não é fácil de ser identificada. É nesse intuito que buscamos analisar a obra de Kenneth Gergen, um dos principais propositores de uma

perspectiva construcionista social em Psicologia Social. Entendemos que uma análise de sua obra permite desnaturalizar o que seja o construcionismo social, mostrando sua multiplicidade e construção.

Um breve resgate do percurso de Gergen mostra diferentes momentos e ênfases, aproximações e distanciamentos em relação ao construcionismo social. A compreensão desse movimento teórico permitirá melhor definir como se deu a construção de um “projeto construcionista”. A opção pelo termo “projeto construcionista” busca ressaltar tanto o caráter dinâmico e em aberto de sua obra como reconhecer a particularidade que o construcionismo assume a partir de seus textos, diferenciando-o de várias outras propostas no universo heterogêneo do construcionismo em Psicologia.

A análise de sua obra permite nos aproximarmos das transformações de suas contribuições ao longo dos anos e, a despeito de não haver periodizações sobre sua obra disponíveis na literatura, arriscamos a identificação de momentos significativos de sua trajetória intelectual, considerando os principais debates promovidos na comunidade científica.

No início de sua carreira, no que podemos entender como “os trabalhos iniciais” (até 1973), Gergen atuava como um psicólogo social experimental, investigando temas variados, com especial ênfase na construção do self e nos padrões de relações interpessoais. Nesse período, além de vários artigos, publica *A psicologia do intercâmbio do comportamento* (Gergen, 1969) e *O conceito de self* (Gergen, 1971). Já nesses trabalhos iniciais, Gergen questionava os pressupostos de um self coerente, unificado e estável, analisando as formas de apresentação pessoal e seus determinantes interpessoais. Essas preocupações sobre o self e o relacionamento social estarão sempre presentes na obra do autor, que as retomará em trabalhos posteriores.

Em um segundo momento significativo de sua trajetória, “a crítica ao empiricismo em Psicologia” (de 1973 a 1985), Gergen publica *Psicologia social como história* (1973), no qual discute o impacto da

ciência no comportamento social e a inevitável inserção histórica das teorias psicológicas. Segundo ele, as teorias psicológicas modificam os padrões de comportamento que pretendem explicar. De forma incisiva, ele mostra como os princípios teóricos da Psicologia estão fortemente vinculados a circunstâncias históricas. Nesse mesmo período, publica *Em direção à transformação do conhecimento social* (Gergen, 1982), quando propõe um sociorracionalismo, qual seja, a ideia que o conhecimento não é um produto de mentes individuais, mas de relacionamentos sociais. Há, com essa obra, a transição de um momento fortemente marcado por uma retórica de contraposição em direção a um discurso da construção.

A publicação de *O movimento construcionista social em Psicologia* marca um período de proposição e afirmação do “movimento construcionista social” (1985 até 2000). Ele define o construcionismo social como uma forma de investigação social que “preocupa-se principalmente em explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo elas mesmas) no qual elas vivem” (1985, p. 266). Assim, ele retoma a discussão sobre a perspectiva do sociorracionalismo e a amplia, oferecendo uma nova designação. Afirma, numa proposta abrangente e propositiva, como produzir conhecimento em Psicologia voltado à transformação social. Na segunda parte desse período, parece haver uma preocupação com a expansão do construcionismo social para além dos grupos de pesquisadores, identificada por dois processos: a publicação de livros voltados a estudantes e profissionais (Gergen, 1999) e a criação do Instituto Taos.

Após o ano 2000, o projeto construcionista se posiciona “em direção à ciência como performance e às práticas relacionais”. Esse período se caracteriza, por um lado, pelo fortalecimento da divulgação do construcionismo social entre estudantes e profissionais e pela atenção às práticas profissionais, já iniciados no momento anterior (Gergen, 2006; Gergen & Gergen, 2004). Por outro lado, Gergen propõe uma ciência performática (Gergen & Gergen, 2012). A pre-

ocupação se volta ao que construímos com os modos tradicionais de escrever e falar em ciência. Trata-se de um convite à análise das implicações éticas sobre a construção da ciência e suas relações com a sociedade.

Assim, vemos como, ao longo de sua obra, Gergen parece ampliar suas reflexões sobre o fazer científico para englobar, de forma mais geral, reflexões sobre a natureza humana e diferentes práticas sociais, revendo a própria forma de expressão científica e buscando contribuir para a criação de outras formas de vida comum. Trata-se de um construcionismo social vivo, plural e em contínua transformação.

O movimento construcionista social no Brasil: produção de conhecimento como prática social

A investigação construcionista nos convida a olhar para os processos de produção de conhecimento como práticas sociais, compreendendo a ação do pesquisador como dependente do momento histórico, social e cultural, bem como das regras instituídas na comunidade científica. Nesse sentido, para compreender como o próprio discurso construcionista social tem sido produzido entre os pesquisadores da área, abordaremos alguns aspectos da história desse movimento no país e as características de sua difusão.

A década de 1990 constituiu-se como um período importante para a produção e difusão das ideias construcionistas sociais. Nesse período, as sementes plantadas por Kenneth Gergen nas décadas anteriores, principalmente com a publicação de *A Psicologia social como história* (Gergen, 1973) e *O movimento construcionista social na psicologia moderna* (Gergen, 1985), começaram a germinar com maior intensidade, não só Estados Unidos, como também no Brasil. É nessa década que se identificam aquelas que talvez sejam algumas das principais publicações responsáveis por despertar o interesse dos profissionais e pesquisadores brasileiros pelas ideias construcionistas no país.

Em 1998, foi publicada a tradução de *Terapia como Construção Social*, de Sheila McNamee em coautoria com Kenneth Gergen, sensibilizando terapeutas e profissionais da Psicologia para as influências das ideias construcionistas no contexto clínico. No ano seguinte, Mary Jane Spink (1999) foi responsável por organizar e publicar o livro *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*, que contribuiu para ampliar o interesse dos pesquisadores brasileiros para os pressupostos construcionistas e suas consequências para a investigação científica. Essas publicações, além de apresentarem o construcionismo social ao público brasileiro, favoreceram a ampliação do debate sobre as suas origens, definições, críticas, além das possibilidades que suas ideias traziam para a pesquisa e para a prática profissional em diferentes áreas.

A partir daí, nos anos seguintes, importantes grupos de pesquisa, institutos de formação e eventos foram organizados no território brasileiro com o intuito de ampliar o debate e as investigações sobre as ideias construcionistas. Até o final de 2016, pelo menos seis grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPQ podiam ser identificados possuindo a expressão “construcionismo social” na descrição de suas linhas de pesquisa. Além disso, já haviam sido realizadas cinco edições do “Construcionando”, evento responsável por trazer ao Brasil alguns dos principais autores internacionais envolvidos com o debate construcionista.

Interessados em compreender as principais características da difusão desse movimento intelectual entre os pesquisadores e profissionais brasileiros, realizamos uma investigação exploratória voltada para a publicação de artigos, dissertações e teses no país². A partir dessa investigação, identificamos não só o aumento do interesse dos

2 O levantamento dos artigos científicos foi realizado a partir do banco de dados da Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-PSI), enquanto as dissertações e teses foram acessadas por meio do Banco de Teses da CAPES, compreendendo publicações cadastradas até 2015.

pesquisadores e profissionais brasileiros pelas ideias construcionistas, como também os seus principais núcleos de produção, os autores e pesquisadores mais ativos e as principais temáticas associadas a esse movimento.

A análise mostrou que as publicações sobre o construcionismo social se intensificaram nos últimos anos, sendo identificados 97 artigos e 233 dissertações e teses publicados desde 1997. Enquanto os artigos foram publicados em um total de 49 periódicos científicos de diferentes áreas do conhecimento, identificou-se que as dissertações e teses foram produzidas em 43 instituições espalhadas por todo território nacional. Esses dados apontaram para o fato de que o interesse pelo construcionismo social entre os brasileiros não se difundiu restrito aos veículos de divulgação especializados e que, embora tenha ocorrido com maior força em determinados núcleos, seu alcance geográfico e temático é notável.

Ainda que um pouco mais da metade dessas publicações tenha se concentrado no campo das ciências humanas, sobretudo por acomodar aí as publicações produzidas por profissionais da Psicologia e em núcleos de pesquisa voltados para seu estudo, é interessante notar que um número considerável de pesquisas também tem sido produzido a partir de outros campos do conhecimento, como nas ciências sociais aplicadas, ciências da saúde e, até mesmo, na linguística e engenharias, sugerindo que pesquisadores de diferentes áreas têm se interessado pelas propostas construcionistas e gradativamente as têm introduzido em seus campos teóricos.

Tanto na publicação das dissertações e teses quanto entre os artigos associados ao movimento construcionista foi possível identificar a prevalência de determinadas temáticas. É o caso, por exemplo, dos estudos voltados para a teoria/metodologia e para a área de saúde, incluindo aí a saúde mental. Isso sugere o interesse dos autores em utilizar as ideias construcionistas no questionamento dos modos tradicionais de produção de conhecimento e na tentativa de oferecer novas possibilidades de produzir saúde no contexto brasileiro.

É interessante notar também que a prevalência dessas temáticas parece preservar a dupla origem dos debates construcionistas no Brasil, privilegiando tanto discussões epistemológicas e metodológicas iniciadas por Spink (1999) como aquelas relacionadas às práticas profissionais trazidas por McNamee e Gergen (1998).

O mapeamento dessas informações colabora para o delineamento de algumas das características sobre o modo como o construcionismo social tem se difundido no Brasil, sobretudo no contexto acadêmico. Permite perceber que, desde a primeira publicação sobre o tema no país, o movimento construcionista tem se fortalecido e gradativamente despertado o interesse de novos profissionais em diferentes contextos. Além disso, partindo-se da visão do conhecimento como uma prática social, reforça-se a importância das relações de colaboração e formação entre os pesquisadores e das demais trocas presentes na comunidade científica para a compreensão da produção e difusão do conhecimento de modo geral.

Práticas profissionais como construção social

Uma maneira de refletir sobre as contribuições do construcionismo social para as práticas em diferentes contextos é organizá-las em duas instâncias. A primeira é a reflexão epistemológica sobre a prática. Nela, autores construcionistas oferecem visibilidade aos modos de produção do conhecimento científico e suas implicações para o entendimento das práticas. A segunda trata da elaboração de formas de prática específicas que são sensíveis a um ou mais pressupostos construcionistas. Nesta seção, discutiremos principalmente a primeira dessas perspectivas, buscando argumentar sobre como a compreensão da discussão epistemológica nos posiciona de maneira privilegiada para entender as diferentes práticas associadas à construção social.

A crítica epistemológica construcionista dá visibilidade ao caráter histórico das teorias psicológicas. Questiona, assim, seu status de

representação da realidade, ao mesmo tempo em que favorece uma compreensão das teorias como produtos culturais, frutos de ação coordenada no seio de comunidades científicas (Gergen, 1985). Partindo dessa reflexão geral, refletiremos sobre suas implicações para entender as práticas com base na proposta de Sheila McNamee e Kenneth Gergen. Esses autores propuseram, inicialmente, entender a terapia como construção social (McNamee & Gergen, 1998); mais tarde, o mesmo argumento foi expandido para outros campos de prática (McNamee & Hosking, 2011).

Segundo eles, cada teoria e prática surgem a partir dos modos de coordenar ações de uma dada comunidade, constituindo-se como um mundo social específico. Cada mundo social é coerente em si mesmo; contudo, não necessariamente eles são coerentes entre si. Isso quer dizer que o que conta como problema, self, mudança, eficácia, sucesso e qualquer outro elemento definidor de uma prática é entendido de maneiras particulares dentro da comunidade. Muitas vezes, entretanto, esses entendimentos são contraditórios quando encarados do ponto de vista de outras comunidades (McNamee, 2004; McNamee & Gergen, 1998).

Compreender as práticas como construções sociais significa reconhecê-las como emergindo de diferentes modos de coordenação de ações em comunidade. Isso ajuda a entender as tradicionais disputas nas quais a Psicologia se vê engajada desde o estabelecimento de seu status como ciência. Afinal, para o discurso científico tradicional, há uma busca por uma verdade única e universal, a descrição de mundo mais privilegiada e correspondente com a realidade possível. Nesse contexto, a existência de diferentes práticas que não sejam coerentes entre si só pode tomar um significado: uma prática está correta, enquanto todas as outras estão equivocadas. Ou, de forma um pouco mais otimista, presume-se que deve existir algo em comum entre elas (fatores comuns) que justifique seus benefícios para além das posições teóricas que as sustentam (Davis, Lebow, & Sprenkle, 2012). Como consequência, na pior hipótese, somos confrontados com a

tarefa de identificar e eliminar as formas de prática que não correspondem à verdade. Na melhor, precisamos eliminar as diferenças, buscando consensos e uniformidade.

Ao contrário dessas duas alternativas, ao situar as práticas como produtos coerentes de ação coordenada de comunidades, o construcionismo social nos posiciona para entender seus potenciais situados para a construção de modos de vida e de opções de ação. Compromete-se, assim, com o enriquecimento cultural.

A partir dessas ideias, McNamee (2004) propõe um uso “irreverente” de diferentes teorias psicológicas e de outros recursos da vida cultural. O foco aqui está em entender como uma determinada forma de prática possibilita o engajamento profissional junto a algumas pessoas, famílias e comunidades, bem como os limites também colocados por elas. Diante desses limites, podemos nos perguntar: em que outras comunidades temos opções de recursos que contribuam para nossas ações? Essa postura nos convida à curiosidade pelas diferentes maneiras de se entender o mundo, considerando-as como alternativas possivelmente generativas.

Contudo, ao longo dos anos, algumas práticas específicas foram desenvolvidas já sensíveis aos pressupostos construcionistas. Em sua maioria, elas utilizam as metáforas hermenêuticas para explicar os dilemas das pessoas, famílias e comunidades, apreciando o sentido como construção conjunta em linguagem (Gergen & Ness, 2016; McNamee, 2004). Mais recentemente, tem havido um movimento em direção à noção do “relacional” como a explicação preferida (McNamee & Hosking, 2011). Ainda, preocupações com a justiça e a transformação social são também centrais a muitas dessas práticas (Paré, 2014).

Propostas específicas surgiram, inicialmente, no campo da terapia familiar. Gergen e Ness (2016) resumem assim as transições fomentadas pelo construcionismo: “de um foco na mente para o desenvolvimento de sentidos em relacionamentos”, “de um foco nos

indivíduos para redes relacionais”, “de uma verdade singular para múltiplas perspectivas”, “da exploração de problemas individuais para potenciais promissores” e “do desenvolvimento de insights para a criação de habilidades úteis” (p. 516). Transições desse tipo foram testemunhadas posteriormente no contexto de diferentes práticas, sejam elas terapêuticas, comunitárias, de saúde, organizacionais e em uma diversidade de outros contextos³. Dessa forma, entendemos que levar as implicações da crítica epistemológica ao contexto das práticas permite que os profissionais transitem entre diferentes teorias e métodos de forma coerente, compreendendo-as como construções sociais e, sendo assim, como possíveis recursos para ação.

Recortes e perspectivas: convites a conversar sobre o Construcionismo Social

Um breve olhar sobre aspectos do construcionismo social a partir de suas teorias, modos de fazer ciência e práticas profissionais mostra algumas possibilidades de exploração e aprofundamento dessa forma de entender o mundo social. Afastando-se da tentação de produzir um argumento único sobre o construcionismo social, o exercício analítico realizado convida a diferentes conversações, com questões variadas e perspectivas distintas.

Observar o desenvolvimento da teorização sobre o construcionismo social proposto por Kenneth Gergen permite reconhecer as significativas transformações na obra do autor, de um período empiricista para a crítica desse, do sociorracionalismo a um construcionismo social, e de um construcionismo social para uma busca pelas práticas relacionais e pela performance. Sua reflexão e autocrítica impulsionaram formas cada vez mais radicais de afirmação do relacionamento humano na construção da realidade. Essas mudanças

3 Para conhecer um pouco dessa variedade, o leitor pode direcionar-se para o site do Taos Institute (<http://www.taosinstitute.net/>), onde encontrará uma série de recursos sensíveis a essas compreensões.

em sua obra convidam-nos a refletir sobre o status do social, sobre o lugar da ciência e as implicações ontológicas das descrições sobre o relacional.

Olhar para a história e configuração da difusão do movimento construcionista social no Brasil possibilita compreender os processos de formação e de trocas nas comunidades de pesquisadores a partir de um contexto sócio-histórico situado, assumindo a importância das transformações da comunidade científica para os processos de produção de conhecimento e reafirmando a visão do conhecimento como uma prática social. Nesse sentido, percebemos que o interesse pelas ideias construcionistas tem aumentado no território brasileiro, assim como sua difusão geográfica e temática. Além disso, nota-se também que a utilização dessas ideias pelos autores e pesquisadores no país apontam para um movimento de questionamento dos modos tradicionais de produção de conhecimento e para uma tentativa de se oferecer novas possibilidades de se realizar pesquisas no contexto brasileiro.

Com relação às práticas, argumentamos que a discussão epistemológica oferece um enquadre útil para compreender como determinadas formas de prática se constituem no seio de comunidades e oferecem recursos para os profissionais se engajarem junto a indivíduos, famílias e grupos sociais. Essa linha de argumento nos permite transitar entre uma reflexão mais ampla sobre a produção do conhecimento e o âmbito microssocial das práticas, onde esse conhecimento produz certos modos de interação. Encarar as práticas dessa forma demanda uma postura crítica, questionando-se, a todo o momento, que tipos de vida social privilegiamos ao descrever o mundo de determinadas formas e se seus efeitos são desejáveis.

Coerente com o entendimento das teorias, modos de produção de conhecimento e práticas profissionais como construções em si mesmas, nos abrimos para entender o construcionismo de forma múltipla e sensível às particularidades relacionais, sociais e históricas nas quais ele é produzido. Com isso, ao invés de termos de escolher

por uma única perspectiva, entendemos que seu maior potencial reside justamente em sua variedade.

Referências

- Danziger, K. (1997). The varieties of social construction. *Theory and Psychology*, 7(3), 399-416.
- Davis, S. D., Lebow, J. L., & Sprenkle, D. H. (2012). Common factors of change in couple therapy. *Behavior Therapy*, 43(1), 36-48.
- Gergen, K. J. (1969). *The psychology of behavior exchange*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Gergen, K. J. (1971). *The concept of self*. New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- Gergen, K. J. (1973). Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320.
- Gergen, K. J. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. New York: Springer-Verlag.
- Gergen, K. J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.
- Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. London: Sage
- Gergen, K. J. (2006). *Therapeutic realities, collaboration, oppression and relational flow*. Cleveland: Taos Institute Publications.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. (2004). *Social Construction, Entering the Dialogue*. Cleveland: Taos Institute Publications.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. (2012). *Playing with Purpose: Adventures in performative social science*. Alta Mira Press.
- Gergen, K. J. & Ness, O. (2016). Therapeutic practice as social construction. In M. O'Rilley & J. N. Lester (Eds.), *The Palgrave Handbook of Adult Mental Health* (pp. 502-519). London: Palgrave Macmillan.

Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press.

Iñiguez, L. (2003). La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción [Trabalho completo]. In *XII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Porto Alegre: ABRAPSO. Recuperado de http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=135

McNamee, S. (2004). Promiscuity in the practice of family therapy. *Journal of Family Therapy*, 26(3), 224-244. doi: 10.1111/j.1467-6427.2004.00280.x

McNamee, S. & Gergen, K. J. (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

McNamee, S. & Hosking, D. M. (2011). *Research and social change: A relational constructionist approach*. New York/Oxford: Routledge.

Paré, D. (2014). Social justice and the word: Keeping diversity alive in therapeutic conversations. *Canadian Journal of Counseling and Psychotherapy*, 48(3), 206-217.

Rasera, E. F. & Guanaes, C. (2006). O terapeuta como produtor de conhecimentos: contribuições da perspectiva construccionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26, 76-85.

Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. Londres: Sage.

Spink, M. J. P. (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

CRÍTICA E CONHECIMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FANTASIA NO PENSAMENTO, NO ENSAIO E NO CINEMA

Cynthia Maria Jorge Viana

Mara Salgado

Cristiane Valéria Silva

Teoria Crítica da Sociedade e a reivindicação da fantasia no pensamento¹

As análises empreendidas pelos autores da Teoria Crítica da Sociedade têm origem num contexto específico do século XX da Europa Ocidental, cujas contradições explicitadas pelo desenvolvimento da indústria e pelas mudanças políticas e econômicas passaram a

¹ A discussão proposta neste título compõe a tese desenvolvida por Mara Salgado no PPGE/UFSC, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz.

movimentar teoricamente a intelectualidade, em especial a alemã, a respeito de quais eram as condições objetivas que impossibilitavam às classes trabalhadoras reverter a dominação imposta naquela organização industrial, pois apesar da existência de certa organização e consciência de classe, a revolução proletária esperada por Marx não se anunciava no panorama da história.

Há então, por parte dos pensadores da Escola de Frankfurt, mais especificamente os da primeira geração, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse, um esforço em desenvolver uma teoria que se debruçasse sobre si mesma, colocando em questão suas bases racionais e, nisso, que fosse capaz de contemplar os novos sujeitos em transformação, suas relações sociais e suas instituições de mediação social. Em última instância, tais autores buscaram compreender os impedimentos à capacidade de autorreflexão presentes no progresso do pensamento que permitiram a ascensão da barbárie por meio do fascismo na Alemanha esclarecida.

No texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, Horkheimer (1937/1980) indica que a atividade científica ocorre ao lado de todas as atividades sociais no quadro de divisão de trabalho, não havendo, portanto, autonomia entre as esferas da teoria e da práxis social. Nesse sentido, a primeira oposição entre a Teoria Crítica e a Teoria Tradicional é uma questão de método de exposição do pensamento – ou do entendimento da mediação social entre sujeito e objeto. A Teoria Crítica tem como ancoragem o entendimento da reunificação entre razão e sensibilidade, que nas teorias tradicionais do conhecimento se encontravam em oposição pelo pensamento dualista que separa sujeito e objeto de conhecimento (Matos, 1993).

Em contrapartida à forma operacional da Teoria Tradicional, que organizava as proposições segundo a hierarquia lógica dos fatos e do material do saber tal qual a teoria na ciência natural, a Teoria Crítica ressaltava que uma organização segundo esses critérios metodológicos somente faria sentido se estivesse entrelaçada com os processos sociais reais (Horkheimer, 1937/1980). Significa dizer que a cisão

entre sujeito cognoscente e objeto conhecido é verdadeira e aparente. É verdadeira, pois eles estão cindidos na realidade, uma vez que a totalidade se apresenta por meio de uma sequência pré-dada de facticidades, dispensando o sujeito da interpretação da realidade. O lado aparente da separação entre sujeito e objeto reside no fato de que um depende, indubitavelmente, da mediação do outro para que a separação não se torne ideologia (Adorno, 1969/1995).

Essa relação de mediação social entre sujeito e objeto de conhecimento, em que “nem um nem outro são meramente naturais, mas enformados pela atividade humana”, Horkheimer (1937/1980, p. 125) atribui à dualidade entre sensibilidade e entendimento, ao considerar que, por um lado, é exigido aos indivíduos o seu ajustamento irrefletido à sociedade e, por outro, o enrijecimento autômato da sociedade. Nesse sentido, manter falseada a separação entre sujeito e objeto de conhecimento corrobora o enrijecimento das condições de existência de um pensamento filosófico que abrigue a utopia, pode-se dizer herdeiro de Aristóteles, que considera que o propósito político de uma sociedade não é apenas viver juntos, mas viver **bem** juntos.

Esse é o ponto em que Horkheimer (1937/1980) pensa as condições para a produção de um conhecimento que busque superar a perda que se tem quando a especialização das ciências abre mão da totalidade em nome da realidade que se encontra cindida. O que está em jogo aí é criar as condições para um pensamento dialético, capaz de realizar o que Adorno (1973/1991) chamou de *fantasia exata* ao dizer da possibilidade de expressão do pensamento, via imaginação e especulação filosófica, para interpretar os dados obtidos com os métodos empíricos. Contar com a fantasia/imaginação e a especulação do pensamento, elementos formativos na produção do conhecimento e afastados pela racionalidade positivista, pode contribuir com uma teoria capaz de reconhecer a ambígua relação de identidade entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido. Entretanto, não para se conformar com tal identidade, mas para

identificar as pré-conformações estabelecidas na realidade – os seus condicionamentos – e indicar as brechas possíveis de superação do existente. Nesses termos, significa dizer que todo conhecimento produzido é condicionado.

Tais questões se contrapõem à questão central que embasa as teorias tradicionais: a da neutralidade dos conhecimentos produzidos no campo da ciência no tocante à organização social. A partir do entendimento de que todo conhecimento é produzido num campo de forças condicionantes, que tornam sujeito e objeto condicionados, a questão não está em como alcançar uma ciência neutra, mas em compreender que sujeito e objeto estão mediados reciprocamente e, a partir disso, quais são os interesses que movimentam a produção do conhecimento científico numa determinada realidade histórica (Horkheimer, 1937/1980).

Como é possível compreender, para a Teoria Crítica não se trata apenas de inverter a posição metodológica de análises categóricas de sujeito e objeto, tratando a questão da identidade entre um e outro sem considerar que “o indivíduo não está menos cativo dentro de si que dentro da universalidade, da sociedade” (Adorno, 1969/1995, pp. 191-192). Em outras palavras, em uma sociedade não livre não é possível a produção de uma teoria do conhecimento cuja liberdade e a felicidade consigam lugares seguros de expressão. Contudo, uma teoria crítica, tal qual aquela que autores segundo os quais este texto se pauta – em especial, Horkheimer, Adorno, Marcuse e Kracauer – se empenharam em desenvolver, lança mão da reivindicação de que a utopia seja reposta na teoria com suas forças imaginativas orientadas para o futuro de uma humanidade feliz, já que a liberdade não vem sendo inscrita nas práticas sociais.

Mais especificamente para Adorno, a chave metodológica utilizada para não abrir mão da utopia em suas rigorosas análises dos processos sociais é, antes de tudo, a expressão da forma de operar de seu pensamento e costuma ser atribuída ao recurso composicional da constelação de conceitos. A compreensão desse recurso metodo-

lógico requer mais do que a aproximação com o termo constelação, como um conjunto de conceitos ou teorias que os objetos podem oferecer. Antes, compreende-se constelação como uma categoria modelar sociológica, que faz parte do núcleo do pensamento interpretativo, imaginativo, ensaístico e, sobretudo, dialético de Adorno, por coordenar os elementos da realidade em tensão, num campo de forças em que sujeito e objeto mantêm uma dupla relação entre o conceito e a utopia, ou, se quisermos, entre os limites e as potencialidades de um e de outro (Silva, 2006).

Nesse sentido, é possível dizer, junto com Seligmann-Silva (2010), que Adorno, assim como também é dito sobre Walter Benjamin, construía imagens do pensamento, expressando a capacidade de realizar experiências com o pensamento. Um pensar sensível, que experimenta, tateia, joga com a possibilidade do erro, e, nisso, a fantasia ocupa lugar central por preservar na consciência a genealogia do pensamento, a saber: que ele é filho do desejo (Adorno, 1951/1992).

Em diálogo com a psicanálise freudiana, os autores da Teoria Crítica da Sociedade consideram que a fantasia, como faculdade da imaginação, fica, em parte, de fora do controle racional dos desejos e pode encontrar sua parcela de resistência à renúncia pulsional. Por isso a arte – bem como algo de expressivo no cinema que possa escapar ao imperativo da indústria cultural – e também o ensaio, como exemplos de atividades imaginativas, resguardam com alguma fidelidade algo que não renunciou totalmente aos desejos reprimidos. A fantasia/imaginação contém, assim, como potencialidade, uma específica independência das pressões externas e uma força na estrutura mental que junta imagens e memórias suficientes para reivindicar os desejos reprimidos pelas exigências sociais (Marcuse, 1955/1981), o que a torna testemunha daquilo que permanece conflitante na convivência entre os indivíduos. Nisso é também representante da capacidade humana em persistir em seus desejos e esperanças. Pode-se ler em Marcuse:

A fantasia desempenha uma função das mais decisivas na estrutura mental total: liga as mais profundas camadas do inconsciente aos mais elevados produtos da consciência (arte), o sonho com a realidade; preserva os arquétipos do gênero, as perpétuas, mas reprimidas ideias da memória coletiva e individual, as imagens, tabus da liberdade. (Marcuse, 1955/1981, p. 133, parênteses no original)

Nesse caminho, de um pensamento que investe na preservação de sua base pulsional – e por isso resguarda a possibilidade de ser autorreflexivo –, a fantasia marca com mais força a forma de operar do pensamento na crítica, no ensaio e na arte, da qual o cinema pode trazer parcelas de representação.

O ensaio em Theodor W. Adorno: conhecimento e crítica²

Como procedimento racional e forma de exposição textual de sua filosofia, o ensaio em Adorno (1958/2003) mostra-se como uma contraposição às referidas teorias tradicionais mencionadas anteriormente a partir do texto de Horkheimer (1937/1980), assim como é capaz de trazer a discussão sobre a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Já em *La actualidad de la filosofía*, a discussão sobre o ensaio desponta como algo importante, para culminar como um protesto ao método cartesiano no emblemático *O ensaio como forma*, escrito entre os anos de 1954 e 1958 e publicado neste último ano.

Nesse texto, é possível perceber a consecução feliz da tensão entre forma de exposição e o conteúdo exposto. Adorno (1958/2003) revela, em *O ensaio como forma*, um procedimento racional que se recusa, pela tensão entre forma e conteúdo, a compactuar com a ciência positivada. Estão presentes nesse processo sujeito e objeto, os quais reivindicam a digna possibilidade de realização da experiência

2 A discussão que embasa esse tema fundamenta-se na tese *A tessitura do ensaio em Theodor W. Adorno*, defendida no PPPGE/FE/UFG, em agosto de 2015, sob orientação da Profa. Dra. Anita Resende, e ainda não publicada.

de ambos sem violência. Como uma **intenção tateante**, que se afasta e se aproxima dos objetos na exata medida de sua exposição, o ensaio, elaborado a partir de um suporte técnico quase “banal” (papel e caneta), condensa mediações históricas que expressam as condições de possibilidades da (des)humanidade.

Em *La actualidad de la filosofía*, a indicação dos limites do idealismo, da fenomenologia e das ciências naturais permite a Adorno (1973/1991) recolocar o ensaio como procedimento racional capaz de iluminar, crítica e dialeticamente, a realidade de outra forma. A partir do rechaço às filosofias que têm a pretensão de dizer da totalidade do real, o ensaio em Adorno (1958/2003) é a forma de exposição de sua filosofia **mínima** e real. Ainda que resguarde a estética, o ensaio na filosofia adorniana não é ensaísmo estetizado e vazio de conteúdo: ele diz de objetos da realidade.

Se com a ruína de toda segurança na grande filosofia o ensaio se mudou dali (da estética); se, com isso, ele se vinculou às interpretações limitadas, contornadas e não simbólicas do ensaio estético, isso não me parece condenável, contanto que escolha corretamente os objetos: conquanto que sejam reais. Pois o espírito não é capaz de produzir ou de compreender a totalidade do real; mas ele é capaz de irromper-se no pequeno, de fazer saltar no pequeno as medidas do meramente existente. (Adorno, 1973/1991, p. 102)

O conteúdo do existente aparece no pequeno, no fragmento, no detalhe, no trabalho dos conceitos no ensaio e em sua forma específica de exposição. Para Duarte (1993), “Se o meio do ensaio é indiscutivelmente o conceitual, por outro lado, o seu procedimento é o de tentar explodir com os conceitos aquilo que não cabe neles” (p. 28). Como um campo de forças, a forma do ensaio desenvolve os conceitos considerando tanto o objeto como o sujeito do ensaio como expressões da materialidade histórica. A ensaística adorniana parece ser um intento de, pelo pequeno fragmento, abarcar o fragmentário, o assistemático e o descontínuo; de apostar na possibilidade da abertura para experiência em detrimento da falseada segurança

das ciências positivas. Tal é a contundência e a radicalidade do ensaio em Adorno.

Vale ressaltar que, dos escritos desse autor, a tradição histórica do ensaio como gênero textual e/ou literário encontra raízes na filosofia; mais especificamente, ela alude ao ávido espírito renascentista, expresso nos *Ensaio*s do filósofo francês Michel de Montaigne, autor que inaugura a tradição moderna do gênero. Por meio do ensaio, a essa época, é possível dizer de si, de seus pensamentos, emoções e percepções da vida cotidiana. Também como espírito dessa tradição renascentista, e menos de sessenta anos depois da publicação da obra de Montaigne, a forma que traz a possibilidade de o conteúdo revelar as impressões subjetivas do autor abre espaço ao procedimento racional cartesiano. Com o *Discurso do método*, de René Descartes, cujo caráter autobiográfico o aproxima dos *Ensaio*s de Montaigne, o que era forma e expressão de si se transforma em expressão racionalizada de um método universal de apreensão do conhecimento. A possibilidade do conhecer, com Descartes (1637/1989), evidencia-se mediante um procedimento de apreensão da realidade no qual a teoria do conhecimento vai se convertendo em teoria da ciência. O conhecimento como forma vai se consolidando, na história, com base na ciência transformada em regras de controle e experimentação.

É justamente a essa formalização da razão, e ao conseqüente distanciamento real entre sujeito e objeto, que o ensaio em Adorno (1958/2003) vai exhibir-se como protesto. As quatro regras do método cartesiano de apreensão do conhecimento são rechaçadas pelo **método não metódico** do ensaio. Mais que isso, o modo de proceder do ensaio e sua forma de exposição não aceitam transformar-se em método que postula regras do como fazer e rebaixa o conteúdo e a experiência dos objetos. No ensaio em Adorno, método e procedimento se diferenciam; o movimento dos objetos preservado no ensaio traz uma síntese de mediações que desconfia e interroga a realidade e a aparência do mundo. Nesse movimento, o ensaio se expressa como algo de resistência por sua capacidade, por excelência,

de expor as contradições sociais. A denúncia à formalização da razão e sua conversão em método, no ensaio, é indício de que o conteúdo revelado por ele não pode ser expresso em uma forma de exposição ligeira. Assim, conteúdos que expressam a universalidade humana ganham, na forma do ensaio, a revelação de sua potencialidade: em última instância, a de ser expressão do sofrimento humano, muitas vezes banido da ciência positivada. No ensaio, a crítica é, por excelência, crítica à razão positiva.

Como movimento do negativo, o ensaio faz saltar o estranhamento frente às contradições da realidade e, sem resolvê-las, apresenta a possibilidade do novo por meio de constantes questionamentos sobre a veracidade e a ilusão das condições de possibilidade de realização da experiência, do conhecimento produzido entre universal e singular. Ao captar e expor o movimento dos objetos, o ensaio tem em seus detalhes e fragmentos, aparentemente assistemáticos e inacabados, a análise minuciosa da realidade, o que revela seu caráter epistemológico de crítica à realidade. Esse caráter se estabelece como práxis negativa, como conhecimento possível entre sujeito e objeto. O procedimento racional que sistematiza o movimento dos objetos no ensaio não se reduz a um princípio. Nesse procedimento, experiência e fantasia se apresentam como um “ir além”, como possibilidade do ainda não realizado enquanto experiência humana.

Nesse sentido, a partir do ensaio em Adorno (1958/2003), é possível pensar a fantasia como apresentação do que escapa, do que foge aos fundamentos cerrados do cientificismo positivado. A comunicação da exatidão da fantasia no ensaio se faz na negação do que está posto e na afronta ao que se fecha ao novo. A **fantasia exata** como **intenção tateante** reativa a lei e a atualidade do ensaio, a **lei da heresia** e a **atualidade do anacrônico**. Na consecução da fantasia no ensaio, o rechaço à ciência positiva, à filosofia de verdades primeiras e à arte rebaixada representa a negação à lógica do pensamento discursivo linear. Eis sua heresia e seu anacronismo: sua resistência ao dado como certo.

O ensaio em Adorno (1958/2003) expressa e expõe a tênue relação entre sujeito e objeto por meio da também tênue relação entre forma e conteúdo, a fim de revelar as contradições da materialidade impressas nessas tensões, na qual a possibilidade da fantasia se apresenta como mediação fundamental. Vale, na continuidade dessa argumentação, pensar também sua potencialidade no cinema.

Fantasia e estética *clown* no neorrealismo cinematográfico italiano³

Para pensar a tensão entre forma e conteúdo no cinema, e nisso entender como a fantasia pode atuar na produção e na recepção desse produto cultural, é necessário indagar o quanto o aspecto técnico/industrial incide sobre a estética cinematográfica. Nesse sentido, a partir do que foi exposto anteriormente e a fim de discorrer sobre alguns aspectos da fantasia que guardam algo de crítica à realidade social opressora, lança-se luz sobre um movimento cinematográfico específico, o neorrealismo italiano, no que esse traz da fantasia que sustenta o entendimento da estética *clown*.

De maneira sucinta, a estética *clown* no cinema pode ser entendida como uma forma específica que, na tensão entre forma e conteúdo, se configura como crítica contida na comicidade da figura *clownesca*. Tal crítica se apresenta por meio de algumas características que compõem o *clown*: o exagero, o desvario, a subversão, a transgressão e a contraposição entre o real e o fantástico. Ainda que a figura do *clown* não esteja explícita, quando tais aspectos se evidenciam é possível dizer que está presente uma estética *clown* – que potencializa o movimento da fantasia ao oferecer terreno fértil para que ela se desenvolva para além do próprio filme. Nesses termos, a estética *clown* no cinema passa pela construção dos enredos, dos personagens, além

3 As reflexões aqui propostas estão sistematizadas na tese de doutoramento em andamento de Cristiane Valéria da Silva, desenvolvida no PPICH/UFSC sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz.

de elementos técnicos que indicam escolhas da direção, tais como: enquadramento, linguagem, iluminação, edição, montagem. Especificamente no cinema neorrealista italiano, a estética *clown* emerge tanto naquilo que seus conteúdos denunciam quanto na forma técnica que subjaz à construção dos filmes. Quando tensionados forma e conteúdo, essa estética se consolida. Por esses aspectos, talvez, nesse movimento cinematográfico – que é estético e político – seja possível encontrar brechas que indiquem a fantasia como mediação para um pensamento crítico.

O neorrealismo cinematográfico italiano, segundo Fabris (1996), caracteriza-se pela presença de temáticas políticas que remetem a um momento histórico, a Europa pós-guerras devastada, como também se caracteriza por lançar luz às misérias sociais daquele momento. Destacam-se, nos filmes que participaram desse movimento, temáticas como: desemprego, vulnerabilidade, pobreza, falta de moradia, o papel da mulher, entre outros temas políticos e sociais que, como um nervo exposto, revelavam a Europa daquele momento. A autora ainda chama a atenção para uma orientação estética com raízes no documentário que opta pelo registro, sem recorrer à primazia da técnica, da realidade social daquele momento. Para tanto, os diretores expoentes desse movimento cinematográfico – Rossellini, De Sica, Zavattini, Visconti – se valiam da utilização das ruas como *setting*, da presença de atores circunstancialmente não profissionais, da utilização de uma linguagem simples, bem como de movimentos de câmera e de uma fotografia não alinhada ao cinema *hollywoodiano*. Nesse sentido, o que Adorno (1966/2003) diz do novo cinema alemão, posterior ao movimento neorrealista, também faz sentido para este último: “nesse cinema que, comparativamente é tosco, não tem *savoir-faire*, não está seguro dos seus efeitos, está inscrita a esperança de que os chamados *mass media* possam vir a tornar-se algo de qualitativamente diferente” (p. 181).

O salto qualitativo pode ter como impulso a fantasia tensionada tanto na forma fílmica quanto nos conteúdos presentes no neor-

realismo italiano. Ora, para Marcuse (1955/1981), a faculdade da fantasia pressupõe a capacidade de se opor a uma ordenação social repressiva e de, nesse movimento, reivindicar a liberdade. Tal capacidade caracteriza também a estética *clown* e, aqui, fundamenta a proposição de que os filmes do neorrealismo cinematográfico italiano trazem em suas obras esse movimento. Nesse sentido, a fantasia como movimento da faculdade psíquica que participa da produção do conhecimento e dos bens culturais pode oferecer ao fazer cinematográfico elementos da relação entre sujeito e objeto, que se contrapõe à realidade existente, no entanto sem dela abrir mão. Em seu processo de criar representações da realidade, a fantasia nega, como forma de resistência, o sofrimento estabelecido e, nisso, pode suscitar transformações na realidade.

Kracauer (1960/2001), com quem Adorno manteve próximo diálogo desde sua adolescência e que foi interlocutor também de Benjamin, ao lançar luz à contraposição entre fantasia e realidade tendo como campo a obra cinematográfica, trata a fantasia como material fundamental para o fazer cinematográfico – e nisso componente imanente à forma fílmica – e ressalta o duplo caráter da fantasia: por um lado, mesmo quando a realidade é transposta para as telas, o que temos é uma realidade construída pela câmera e, desse modo, remete à fantasia; por outro lado, a representação de elementos fantásticos no filme leva a outra interpretação da realidade, por meio da fantasia. Para o autor, a análise de como a fantasia é recriada pode ser orientada por dois fatores: o fator técnico e o fator relacional. O primeiro remete a como a fantasia pode ser transposta para a tela e o segundo diz do *status* que a fantasia adquire em relação à realidade. A articulação entre esses dois fatores irá conferir ou não – conforme a inserção ocorra – o caráter cinemático do elemento fantástico no cinema. Nesse sentido, como procedimento analítico, Kracauer (1960/2001) propõe um questionamento sobre o caráter cinemático da fantasia em três etapas. A primeira “gira em torno daqueles filmes que representam o fantástico mediante elementos de cenogra-

fia singulares, mecanismos inventados, maquiagens não usuais, etc.” (p. 117, tradução da autora), ou seja, os aspectos teatrais utilizados para a representação da fantasia. Na segunda alternativa, a fantasia teatralizada pode tanto, na contraposição com a realidade da câmera em filmes realistas, propiciar a sensibilização do espectador como também pode, quando tratada ludicamente, legitimar-se de forma cinemática. Quanto à terceira etapa do questionamento acerca do caráter cinemático da fantasia, o autor discorre sobre uma inserção de elementos fantásticos construídos por meio da própria realidade física, visando a justificá-la. Nesse caso, tendo como material o conteúdo realista, o caráter cinemático independe da intenção da fantasia de se sobrepor ou não à realidade física – não há uma articulação entre fatores técnico e relacional. Diferente dos dois outros aspectos questionados, neste caso a fantasia assume as mesmas propriedades dos filmes com tendência realista.

Este último aspecto questionado não faz menção à presença da fantasia como transcendência da realidade física, o que parece ocorrer nas duas outras formas de interseção entre fantasia e realidade no cinema, mas de uma fantasia que – ao ter como base a realidade e se apresentar como uma tendência realista, ainda assim, não deixa de ser fantasia (seria uma **fantasia exata?**) – consiga como forma fílmica trazer à tona a crítica a essa mesma realidade. Ainda que outros elementos possam ser ressaltados, o neorrealismo se aproxima mais deste último aspecto, em oposição ao realismo e à estetização da realidade.

Assim, na contraposição entre realidade e fantasia, a crítica se dá, nesse produto cultural, por meio de alguns elementos de comicidade ligados à figura do *clown*, tais como: exagero na caracterização e na maneira como a realidade é retratada; presença do desvario na condução de algumas sequências; subversão de valores na exposição dos argumentos dos filmes, bem como a transgressão de normas sociais já estabelecidas. Outros aspectos da construção de filmes que fazem parte desse movimento, como tomadas de cenas lúdicas e exposição

de situações mirabolantes, podem indicar, no cerne da crítica que a estética *clown* condensa, um caminho, ainda que sinuoso e, justamente por isso, para a superação do que causa sofrimento. Assim, no neorealismo italiano podemos encontrar na contraposição, negação com resistência a uma realidade empírica, indícios para outra realidade que se concretiza por meio da estética *clown*: talvez, um contato com a realidade na crítica acolhida pelo fundamento cômico, que se move, na transversalidade entre estar dentro e fora, como exercício da **fantasia exata** na forma fílmica.

Nesse contexto de discussão, os diálogos propostos pelos autores da Teoria Crítica da Sociedade contribuem para o entendimento de que a capacidade do pensamento para fantasiar está condicionada às possibilidades de contato com os objetos na realidade estabelecida. Tal relação crítica entre sujeito e objeto, quando expressa na produção do conhecimento científico, filosófico e político, bem como na produção fílmica do cinema, pode reivindicar o contato com os objetos sensíveis que enriquecem a experiência – movimento imaneente à formação cultural: abertura aos objetos da realidade e sua incidência no aparelho sensorial, seus aspectos sensíveis e racionais.

Referências

- Adorno, T. W. (1991). La actualidad de la filosofía. In *Actualidad de la filosofía* (J. L. A. Tamayo, Trad., pp. 73-102). Barcelona: Ediciones Paidós. (Original de 1931, publicado em 1973)
- Adorno, T. W. (1992). *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada* (L. E. Bicca, Trad., 2ª ed.) São Paulo: Ática. (Original publicado em 1951)
- Adorno, T. W. (1995). Sobre sujeito e objeto. In *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. (M. H. Ruschel, Trad., pp. 181-201). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (2003). O ensaio como forma. In *Notas de Literatura I*. (J. M. B. Almeida, Trad., pp. 15-45). São Paulo: Ed. 34. (Original publicado em 1958)

- Adorno, T. W. (2003). Transparências sobre o cinema. In *Sobre a indústria da cultura* (M. Resende, Trad., pp.181-190). Coimbra: Angelus Novus. (Original publicado em 1966)
- Descartes, R. (1989). *Discurso do método* (E. M. Marcelina, Trad.). Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Ática. (Original publicado em 1637)
- Duarte, R. (1993). A ensaística de Theodor W. Adorno. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 1(1), 18-30.
- Fabris, M. (1996). *O neo-realismo cinematográfico italiano: uma leitura*. São Paulo: Fapesp.
- Horkheimer, M. (1980). Teoria tradicional e teoria crítica. In V. Civita (Coord.), *Textos Escolhidos / Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas* (E. A. Malagodi & R. P. Cunha, Trans., pp. 117-154). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1937)
- Kracauer, S. (2001). *Teoría del cine. La redención de la realidad física* (J. Homero, Trad.). Barcelona: Paidós. (Original publicado em 1960)
- Marcuse, H. (1981). *Eros e civilização; uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (A. Cabral, Trad., 8ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1955)
- Matos, O. C. F. (1993). Descartes e Benjamin: da melancolia Hamletiana ao Spleen Baudelairiano. In *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant* (pp. 23-72). São Paulo: Brasiliense.
- Seligmann-Silva, M. (2010). *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, E. S. N. (2006). *Filosofia e Arte em Theodor W. Adorno: a categoria de constelação*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

REPENSANDO OS PROCESSOS DE INCLUSÃO E REINTEGRAÇÃO À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIAL

Luiz Felipe Viana Cardoso

Júlia Cabral Mazini

Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

Vanessa de Andrade Barros

A inclusão social é uma categoria que tem sido estudada pela psicologia social, sobretudo para compreender tanto as estratégias de inclusão como os desafios decorrentes desse processo. No entanto, como aponta Sawaia (2001), todos nós estamos incluídos na sociedade, mesmo que de forma precária, razão pela qual é mais adequado se pensar em um processo dialético entre inclusão/exclusão. Assim, segundo a autora, ao se propor uma discussão acerca da inclusão, faz-se necessário compreender os processos de exclusão como constitutivos da própria inclusão. Conforme Barros (2015), o termo “excluído” foi atribuído ao longo da história para designar aqueles

que supostamente eram incapazes de conviver com pessoas tidas como normais – aquelas que se comportavam conforme as normas estabelecidas – tais como pobres, idosos, marginais, pessoas com deficiência, entre outros.

Apesar dos avanços nos estudos e intervenções em relação ao tema, há ainda uma dificuldade em apreender a noção da inclusão na prática do psicólogo social. Entender a inclusão é também perceber a relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, olhando não apenas para o sujeito que se busca incluir, mas também para o contexto dessa inclusão/exclusão.

No texto que segue, apresentamos discussão sobre a inclusão/exclusão social de três grupos diferentes: pessoas com deficiência, idosos institucionalizados e presidiários. O objetivo desse capítulo é apresentar alguns fragmentos dessas discussões de forma a estimular o debate e a produção do conhecimento nesse campo e identificar possibilidades de novas contribuições da psicologia social. O presente texto foi produzido a partir do diálogo sobre os processos de inclusão/exclusão social ocorrido na mesa “Instituições, Comunidades e Processos de Inclusão e Reintegração Social” durante o XX Encontro Regional da Abrapso Minas, em São João del-Rei.

Sistema prisional: a falácia da reintegração social

Historicamente, o discurso sobre a função ressocializadora da pena privativa de liberdade tem sido uma das justificativas oficiais para a existência das prisões estruturadas sobre um discurso que visa à positividade de sua existência. Justifica-se assim, pelas supostas múltiplas funções da pena, proteger a sociedade, neutralizar os(as) criminosos(as), dissuadir o cometimento de crimes, punir, ressocializar o(a) preso(a) e prevenir sua recidiva. No entanto, observa-se que, atualmente, com a implantação de políticas de encarceramento em massa, esse discurso já não mais se sustenta e vem escasseando. De fato, a prisão se mostra, na atualidade, despida de suas falsas promes-

sas de oferecer possibilidades de inserir na sociedade aqueles/aquelas que dela haviam sido apartados/as e desvenda-se o que sempre foi: protótipo da marginalidade e da exclusão.

De fato, como toda instituição de segregação, a prisão provoca rupturas identitárias nas relações sociais dos sujeitos, comprometendo seus laços mais significativos, reproduzindo uma violência física e simbólica que perpetua a situação de vulnerabilidade dos que estão intramuros. O ambiente prisional é hostil: violações de direitos de toda ordem e a conseqüente degradação das condições de detenção configuram o cenário de extrema precariedade de infraestrutura física e de assistência material e psicossocial à população encarcerada. O forte estigma social de quem já cumpriu pena privativa de liberdade e a falta de políticas eficazes de atenção a essa população mostram a falácia da reintegração. Como incluir, após a passagem por esse sistema?

Além dessa impossibilidade, é importante analisarmos o que significa incluir, na ideologia vigente: reinserir, reeducar, ressocializar e recuperar fazem parte de uma ideologia da reparação. São as chamadas “políticas à ré” (Mattos, 2008) e a crítica que recebem diz respeito inicialmente ao fato de que responsabilizam exclusivamente as pessoas que devem ser “reparadas”. Em segundo lugar, critica-se o fato de que os sujeitos-alvo de tais políticas nunca estiveram de fato inseridos e, nesse caso, como reinseri-los, ou então estavam inseridos pelo avesso, de forma não convencional, ilícita, mas participando das relações sociais, mesmo que marginalmente, e assim não cabe falar de reinserção. Conforme aponta Alessandro Baratta:

A reintegração na sociedade do sentenciado significa, antes de tudo, corrigir as condições de exclusão social desses setores, para que conduzi-los a uma vida pós-penitenciária não signifique, simplesmente, como quase sempre acontece, o regresso à reincidência criminal, ou à marginalização secundária e, a partir daí, uma vez mais, a volta à prisão. (2004, p. 3)

Reintegrar consistiria, assim, em criar novas condições intelectuais, sociais e culturais que possam facilitar o desenvolvimento individual e aumentar as competências profissionais e pessoais para se chegar à autonomia de subsistência, de movimento, de pensamento e de relações; significa inserir as pessoas nas sociabilidades produzidas pelo mundo do trabalho e do assalariamento, o que poderia construir as novas possibilidades de vida; significa, sobretudo, a promoção de mudanças na sociedade, nas instituições, nas políticas públicas. Não é o que acontece.

Existe, no Brasil, um sistema de encarceramento diferenciado do chamado “sistema convencional”, conforme descrito: a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac). Trata-se de um sistema prisional diferenciado na medida em que propõe algumas inovações: é uma instituição controlada pela sociedade civil que auxilia tanto a execução penal quanto a administração no cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto, favorecendo o envolvimento da família e da comunidade no processo de recuperação do preso (Ottoboni, 2014).

Tal forma de administração é sustentada por um método de valorização humana criado pelo advogado cristão Mario Ottoboni a partir das atividades desenvolvidas em uma pastoral carcerária em São José dos Campos, estado de São Paulo. Fortemente vinculado à evangelização, é baseado em 12 elementos que pretendem oferecer ao condenado condições de se recuperar, tendo o trabalho como um dos pilares dessa recuperação, além de enfatizar a participação da comunidade e da família, o trabalho, a espiritualidade e a assistência jurídica e à saúde. Busca-se “recuperar o preso, proteger a sociedade, socorrer a vítima e promover a justiça. Dessa forma, a recuperação do preso é entendida como prepará-lo para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade” (Ottoboni, 2014, pp. 33-34).

Nesse sistema, diferentemente das condições dos presídios convencionais, o/as preso/as recebem um tratamento digno no cum-

primimento de suas penas por meio da valorização humana. Quanto à efetividade da reintegração social entre o/as detento/as que cumpriram pena em unidades Apac, a taxa de reincidência prisional é estimada em até 15%, bem menor se comparada ao sistema comum, que gira em torno de 70% (Conselho Nacional de Justiça, 2014). Contudo, há ausência de estudos aprofundados que possam apresentar de forma mais sólida essas taxas, tanto para as Apacs quanto para o sistema convencional; por isso se fala em estimativas. Não existem, por exemplo, pesquisas sobre a reincidência de pessoas que passaram pelo método Apac e foram presas posteriormente no sistema convencional.

Ao refletir sobre instituições prisionais diferenciadas como as Apacs, é importante marcar que se trata de uma prisão e, como tal, tende a configurar-se como instrumento de dominação de classe e de controle social, reproduzindo, em seu cotidiano, reflexos da ideologia punitiva que rege o sistema penal. Embora tenham um projeto de “recuperação humana” bem definido, o processo de reintegração/inclusão social ainda é focado na pessoa do preso/presa. Mesmo oferecendo boas condições materiais para o cumprimento de pena e metodologia que busca preparar o preso/presa para ingresso na sociedade, é preciso considerar que a reintegração social, como pontua Baratta (2004), é um processo dinâmico que envolve a instituição penal, o preso e a sociedade. Assim, pensar a reintegração vai além de oferecer um modelo prisional melhor, mas superar sua existência, ou seja, diminuir o encarceramento investindo em políticas públicas de educação, assistência e trabalho (Baratta, 2004), considerando todos os aspectos contraditórios de nossa sociedade e as formas precárias de inclusão, sobretudo no que diz respeito à exclusão dessas pessoas.

Zaffaroni (1991), ao apontar o absurdo e a mentira que é querer ensinar uma pessoa encarcerada a viver em sociedade, faz-nos refletir que a reintegração/inclusão do preso não é possível considerando a pena, mas para além dela. Assim, concordamos que a

execução penal não ressocializa, não reintegra, não reeduca, nem reinsere. É preciso reconhecer que a pena de privação de liberdade despersonaliza o sujeito e torna seu processo de reintegração mais difícil. Para Barros e Lhuilier (2013), a adaptação que o preso/presa busca durante sua passagem pelo sistema prisional traz dificuldades para sua reintegração, atingindo suas disposições emocionais, como a sensibilidade, a capacidade de responsabilização, de criar sua autonomia. Dessa forma, o maior desafio ao se pensar em processos de reintegração/inclusão social no contexto prisional é colaborar para que, ao sair, a pessoa reconquiste seu papel de cidadão e sinta-se de fato parte de sua comunidade, participando dos espaços de decisão e poder e tendo acesso aos bens culturais e sociais.

Terceira idade e o longo caminho da inclusão

Estudar e entender as questões do envelhecimento humano têm-se tornado tema importante frente às mudanças que têm ocorrido na sociedade. Esse processo de mudança populacional é denominado “transição demográfica” e caracteriza-se por um aumento do número de idosos (Melo, Souza, Leandro, Maurício, Silva, & Oliveira, 2009). Para Giacomini (2012), estamos no “século do envelhecimento”, e essa compreensão traz o aspecto multifacetado da questão que abrange as noções jurídicas, biológicas, psicológicas, demográficas, políticas, éticas, sociais e filosóficas de se viver mais. As considerações demográficas e epidemiológicas tornam-se importantes para o entendimento da temática no Brasil. Como apontam os diálogos de Mendes, Gusmão, Faro e Leite (2005), o crescimento da população idosa traz a consciência da velhice como uma questão social. Para os autores, essa questão relaciona-se diretamente com crise de identidade, mudança de papéis, aposentadoria, perdas diversas e diminuição dos contatos sociais.

A sociedade tem passado por transformações sociais com o avanço das tecnologias, a agitação cotidiana, o tempo cada vez menor, os

meios de comunicação que oferecem recursos e informações constantes, as condições econômicas mais complexas e principalmente com o passar dos anos para cada indivíduo (Mendes et al., 2005). A possibilidade de viver mais, contraposta às condições de transformação social e cultural que as sociedades estão vivendo, exige dos indivíduos envelhecidos a capacidade de adaptação e enfrentamento dos problemas sociais com que se deparam. Para os gestores e a sociedade, o novo perfil social é uma conquista e uma responsabilidade, demandando atenção e investimento na promoção da autonomia e vida saudável, assim como adequada atenção às suas necessidades.

Santos, Gico, Reis, Duarte e Marinho (2014) marcam que os idosos sofrem muitos preconceitos e marginalização na sociedade, que lhe oferece um caminho de assistencialismo e infantilização. Em uma sociedade que supervaloriza a imagem, o olhar do outro ou o olhar de fora marca a entrada na etapa em que há mudanças psicológicas, fisiológicas, sociais e, em alguns casos, declínio.

Conhecer as possibilidades e nos apropriarmos delas nas nossas práticas com idosos nos permite entender a diversidade humana e sua utilização na vida cotidiana, construindo espaços de acessibilidade e educação. Intergeracionalidade, centros de apoio e de convivência, instituições de longa permanência, família, políticas públicas, dentre outros conceitos e espaços de práxis que buscam o bem-estar, elevam a autoestima e atendem às necessidades sociais humanas; um trabalho que reconheça o idoso como cidadão de direitos e de potencialidades.

Pautados nessas questões sociais e embasados pelos conceitos de subjetividade, identidade e processo grupal, faz-se a proposta do grupo de pesquisa e extensão nas instituições de longa permanência para idosos. Fomentar a discussão, contribuir para o conhecimento e buscar a apropriação desses conceitos na prática nas instituições são o foco do trabalho dos estagiários e bolsistas. Atividades lúdicas

com os idosos para reelaboração dos processos de envelhecimento e institucionalização associadas à formação de cuidadores e profissionais das instituições possibilitam as discussões sobre os projetos de vida, políticas públicas, gestão e papel social.

O que a experiência nos mostra é a marginalização social dos idosos. A sociedade que aprimora sua tecnologia em saúde e interação social é a mesma que segrega e dificulta a inclusão dos idosos. O cotidiano marca a dualidade entre novo/velho. Como nos indica Mendes et al. (2005), no modo de produção capitalista, não tendo a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perde seu valor simbólico.

Nas inclusões que propomos, precisamos atentar nas particularidades dessa faixa etária, conhecendo o público envelhecido. Só conseguimos entender o processo de inserção em uma nova cultura ou de uma cultura que se refaz, constrói-se cotidianamente, se entendemos que o processo de conhecimento é mutuo e se dá na interação entre os pares e no respeito às potencialidades de cada um. Se falarmos dos idosos em instituições, em que os processos de preconceito e perda social, afetiva e cognitiva tornam-se intensificados, ainda é adotado o posicionamento de pena, infantilização do idoso e abandono, marcado por muros sociais simbólicos enraizados na atuação profissional e nas políticas públicas para idosos. É preciso repensar o lugar social das instituições de residência geriátrica ou em como a comunidade e a sociedade se envolvem (ou não) com ela.

É indiscutível, segundo Torres e Sá (2008), a importância de ações para a população idosa que tornem visíveis as necessidades e o lugar social por eles ocupado, oferecendo oportunidade de ampliação do universo cultural, social e familiar dos indivíduos. Daí a necessidade de os profissionais e de a comunidade investirem em universidades para a terceira idade, informática, conselhos dos idosos, centro de convivência, casas lares, projetos e programas municipais, dentre outros.

A questão da inclusão *versus* exclusão de pessoas com deficiência

A dialética inclusão/exclusão remonta a história da forma como a deficiência foi vista ao longo do tempo (Carvalho-Freitas & Marques, 2007). Do ponto de vista do trabalho, embora a lei de cotas (Lei nº 12.711/2012) já tenha completado 25 anos de sua promulgação, a proporção de pessoas com deficiência trabalhando ainda é pequena (Ministério do Trabalho e Emprego, 2015).

A lei de cotas, como política afirmativa, traz para o cenário social e das pesquisas a questão do direito ao trabalho das pessoas com deficiência (Suzano, Nepomuceno, Ávila, Lara, & Carvalho-Freitas, 2008). As ações afirmativas são vistas de diferentes maneiras: como estratégia para assegurar a igualdade de oportunidades (Araújo & Schmidt, 2006), como forma de “discriminação positiva”, visando a fazer esforços adicionais em favor de pessoas historicamente em situações sociais de desvantagem (Castel, 2008), e como ações paradoxais, pois, na tentativa de eliminar a discriminação, chamam a atenção para a diferença e acentuam as identidades grupais quando buscam torná-las irrelevantes (Scott, 2005). No entanto, a despeito das críticas que esse tipo de política possa ser objeto, é importante lembrar Lacordaire (1848) ao afirmar que “entre os fortes e fracos, entre ricos e pobres, entre senhor e servo é a liberdade que oprime e a lei que liberta” (p. 246).

A questão das pessoas com deficiência e o trabalho traz para o cenário das discussões uma situação de exclusão e opressão social vivenciada pelas mais diversas minorias, mas que, no caso dessas pessoas, têm sempre a prerrogativa das justificativas biológicas. Por isso, os impedimentos atribuídos a essas pessoas são mais passíveis de justificação por meio da individualização – a deficiência é algo relacionado ao corpo e/ou intelecto da pessoa –, não sendo, à primeira vista, um problema social. Reforçando os argumentos associados à dimensão biológica da deficiência, têm-se as questões

relativas às diferenças entre as deficiências. Se por um lado essas diferenças são legítimas e, do ponto de vista da intervenção, precisam ser consideradas, do ponto de vista da psicologia social é importante levar em conta a existência da categorização das pessoas em grupos sociais distintos. Konrad (2003) defende a importância de se distinguirem os conceitos de diferenças individuais e diversidade, exemplificando que apenas quando se passou a considerar as pessoas a partir de sua afiliação a grupos socialmente distintos, questões como ascensão na carreira, *status* ocupacional, por exemplo, começaram a ser mais bem compreendidos. Então, embora se admita que exista até mesmo uma hierarquização entre as pessoas com deficiência que se reflete nas oportunidades desiguais de trabalho (Ministério do Trabalho, 2015; Suzano, Carvalho-Freitas, Tette, Brighenti, & Vieira-Silva, 2014), ser categorizado como pessoa com deficiência, independentemente se física, visual, auditiva ou intelectual, traz consequências diferentes do que ser categorizado como pessoa sem deficiência.

Do ponto de vista de suas capacidades, as pessoas com deficiência são vistas como cidadãos de segunda classe. A deficiência ainda é associada à incapacidade por grande parte da sociedade, apesar de a definição do que seja deficiência ser objeto de debate tanto pelos movimentos sociais quanto pelo meio acadêmico. Tem havido, na atualidade, relativo consenso de que a deficiência é um conceito que precisa ser pensado relacionalmente, trazendo para o foco de atenção a relevância do contexto social na definição do que seja a deficiência. À sociedade é atribuída a responsabilidade pela exclusão e opressão das pessoas com deficiência, quando permite que determinados grupos sociais definam o que seja normalidade. A deficiência passa a ser considerada desvantagem ou restrição da atividade causada pela organização da sociedade que exclui as pessoas com deficiência de suas principais atividades sociais (Barnes, Mercer, & Shakespeare, 2005; Barnes, Oliver, & Barton, 2002; Finkelstein, 1980; Oliver, 1996).

Essas desvantagens são materializadas no espaço. Freund (2001) afirma que a organização social do espaço não é apenas um lugar em que as interações sociais ocorrem. Ela estrutura tais interações. Kitchin (1998) destaca o papel do espaço na reprodução e manutenção do processo de exclusão. Para ele, o espaço é socialmente produzido para excluir as pessoas com deficiência de duas maneiras: mantendo as pessoas com deficiência “no lugar delas” e comunicando às pessoas com deficiência que elas estão “fora do lugar”. Esses processos de exclusão ocorrem nos espaços de trabalho, educação, lazer, dentre outros.

Em contrapartida, a fala cotidiana das pessoas e as investigações explicitam que o contato com pessoas com deficiência mobiliza diversas emoções: receio, nojo, piedade, admiração, dentre outros (Anjos, Andrade, & Pereira, 2009; Glat, 1995; Rodrigues, 2004). Solomon, Greenberg e Pyszczynski (1991) afirmam que, dependendo do contexto cultural, as pessoas com deficiência podem ser vistas como ameaças à sua visão de mundo, principalmente se evocam a consciência da morte e da fragilidade humana. No entanto, as pesquisas têm indicado que essas emoções mobilizadas são fruto de um processo civilizatório em que as pessoas com deficiência são mantidas em espaços segregados ou forçadas a tornar o mais invisível possível suas diferenças, tornando o contato inicial com essas pessoas sempre objeto de estranheza (Allport, 1954; Carvalho-Freitas, Guimarães, Rocha, & Souto, 2015; Hughes, 2012).

Levando em consideração essas discussões gerais sobre os processos de inclusão *versus* exclusão de pessoas com deficiência, conseguimos identificar que inúmeras questões relacionadas às minorias, de forma geral, já foram respondidas. No entanto, algumas questões ainda se colocam para essa área do saber: como explicar a saga da humanidade que, a despeito de todo conhecimento desenvolvido, continua produzindo exclusões? No que a psicologia social pode contribuir para a minimização das exclusões? O que é preciso aprender e fazer para que o homem seja capaz de construir um mundo em que o

outro possa ter, efetivamente, as mesmas oportunidades e direitos? Que justificativas damos a nós mesmos para assegurar a manutenção das exclusões?

Considerações finais

Ao analisarmos as experiências de inclusão social de presidiários, dos idosos e das pessoas com deficiência podemos refletir que, embora tenha tido um avanço significativo nas políticas públicas em torno da inclusão, ainda há lacunas no que diz respeito à garantia de direitos e à promoção de autonomia dessas pessoas. Muitas vezes encontramos modelos que, ao buscarem a inclusão, acabam por reproduzir a mesma lógica histórica de exclusão, na qual tanto as organizações quanto os espaços sociais determinam as formas de interação dos indivíduos. A exclusão ocorre para aqueles que também não satisfazem os requisitos impostos pela lógica da produtividade econômica (Sawaia, 2001).

Incluir, então, corresponde à ação de construir o processo **com** e não **para** os sujeitos, tomando-os protagonistas, e não objetos passivos das intervenções institucionais. Em uma sociedade segregadora, em que os espaços de poder e discussão são de uma minoria, muitos sujeitos já chegam às intervenções a partir outros contextos de desigualdade social. Quais seriam, então, as práticas possíveis em psicologia social para promoção da inclusão/reintegração desses indivíduos?

De modo a produzir conhecimentos que permitam repensar os processos instituídos, seria nosso papel de profissionais e pesquisadores tomar a inclusão como um dos seus objetos de estudos, (re) construindo elementos para superar as condições históricas associadas à exclusão. Entendemos que incluir ou reintegrar socialmente é ver o sujeito como cidadão de direitos para que esse se sinta parte do social que o forma, como consequência tendo acesso aos bens sociais, aos espaços de decisão e aos serviços providos pelo Estado. A

verdadeira inclusão exige de nós a abertura para o outro, pois, como nos indica Crochík (2011), não é possível pensar em incluir se ao mesmo tempo segregamos.

Referências

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Anjos, H. P., Andrade, E. P., & Pereira, M. R. (2009). A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 116-129.
- Araújo, J. P. & Schmidt, A. (2006). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 12(2), 241-254.
- Barnes, C., Mercer, G., & Shakespeare, T. (2005). *Exploring Disability: a sociological introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Barnes, C., Oliver, M., & Barton, L. (Orgs.). (2002). *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press.
- Barros, V. A. & Lhuilier, D. (2013). Marginalidade e reintegração social: o trabalho nas prisões. In L. O. Borges & L. Mourão (Orgs.), *O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia* (pp. 669-694). Porto Alegre: Artmed.
- Barros, V. A. (2015). Exclusão social e integração pelo trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Orgs.), *Dicionário de Psicologia: do Trabalho e das Organizações* (pp. 341-348). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baratta, A. (2004). *Criminologia y Sistema Penal*. Buenos Aires: BdeF Librería.
- Carvalho-Freitas, M. N. & Marques, A. L. (2007). A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *Organizações & Sociedade*, 14(41), 59-78.
- Carvalho-Freitas, M. N., Guimarães, A. C., Rocha, G. B. D., Souto, J. F., & Santos, L. M. M. (2015). Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 211-220.

- Castel, R. (2008). *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Conselho Nacional de Justiça. (2014). *CNJ recomenda expansão das APACS para a redução da reincidência criminal do país*. Recuperado de <http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/noticias/389-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>
- Crochík, J. L. (2011). Preconceito e Inclusão. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, 3(1), 32–42.
- Finkelstein, V. (1980). *Attitudes and Disabled People: Issues For Discussion*. New York: World Rehabilitation Fund.
- Freund, P. (2001). Bodies, disability and spaces: The social model and disabling spatial organisations. *Disability & Society*, 16(5), 689-706.
- Giacomin, K. C. (2012). Envelhecimento populacional e os desafios para as Políticas Públicas. In M. V. Berzins & M. C. Borges (Orgs.), *Políticas Públicas para um país que envelhece* (pp. 17-44). São Paulo: Martinari.
- Glat, R. (1995). Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial. *Temas em Psicologia*, 3(2), 89-94.
- Hughes, B. (2012). Fear, pity and disgust: emotions and the non-disabled imaginary. In N. Watson, A. Roulstone, & C. Thomas (Orgs.), *Routledge Handbook of Disability Studies* (pp. 67-77). New York: Taylor and Francis.
- Kitchin, R. (1998). “Out of Place’, ‘knowing one’s place’: space, power and the exclusion of disabled people”. *Disability & Society*, 13(3), 343-356.
- Konrad, A. M, Prasad, P., & Pringle, J. K. (2006). *Handbook of Workplace Diversity*. Thousand Oaks: Sage.
- Lacordaire, H. (1848). *Conférences de Notre-Dame de Paris*. Paris: Éd. Sagnier et Bray. Recuperado de <https://archive.org/details/confrencesdeno02laco>
- Mattos, V. (2008). *A visibilidade do invisível*. Belo Horizonte: Fundação MDC.
- Melo, M. C., Souza, A. L., Leandro, E. L. Maurício, H. A., Silva, I. D., & Oliveira, J. M. O (2009). A educação em saúde como agente promotor de qualidade de vida para o idoso. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(1), 1579-1586.

Mendes, M. R. S. S. B., Gusmão, J. L., Faro, A. C. M., & Leite, R. C. B. O. (2005). A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 18(4), 422-426.

Ministério do Trabalho e Emprego. (2015). *Características do emprego formal – Relação Anual de Informações Sociais 2015*. Brasília, DF: Autor.

Oliver, M. (1996). *Understanding disability, from theory to practice*. London: Macmillan.

Ottoboni, M. (2014). *Vamos matar o criminoso? Método APAC* (4ª ed.). São Paulo: Paulinas.

Rodrigues, D. (2004). A inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. *Cadernos de Educação Especial*, 23. Recuperado de <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm>

Santos, J., Gico, V. V., Reis, L. A., Duarte, S. F. P., & Marinho, T. T. A. M. (2014). A construção social da velhice. In A. C. C. Campos, E. M. Berlezi, & A. H. M. Correa (Org.), *Direitos dos idosos: os novos desafios das políticas públicas* (pp. 61-76). Ijuí, RS: Unijuí.

Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 7-15). Petrópolis, RJ: Vozes.

Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

Solomon, S., Greenberg, J., & Pyszczynski, T. (1991). A terror management theory of social behavior: the psychological functions of self-esteem and cultural worldviews. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 93-159). San Francisco: Academic Press.

Suzano, J. C. C., Nepomuceno, M. F., Ávila, M. R. C., Lara, G. B., & Carvalho-Freitas, M. N. (2008). Análise da produção acadêmica nacional dos últimos 20 anos sobre a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. In M. N. Carvalho-Freitas & A. Marques (Orgs.), *Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico* (cap. 1, pp. 23-42). Curitiba: Juruá.

Suzano, J. C. C., Carvalho-Freitas, M. N., Tette, R. G., Brighenti, C. R. G., & Vieira-Silva, M. (2014). A percepção dos gestores acerca do desempenho de

trabalhadores com diferentes tipos de deficiência. *Interação em Psicologia*, 18(3), 239-250.

Torres, M. M. & Sá, M. A. A. S. (2008). Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. *Revista Ciências Humanas* (UNITAU), 1(2), 1-10. Recuperado de <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/view/454/419>

Zaffaroni, E. R. (1991). *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan.

Seção II

Práticas psicossociais e políticas públicas

PSICOLOGIA (SOCIAL) COMUNITÁRIA: RUPTURAS, AVANÇOS, DIÁLOGOS E CONSOLIDAÇÕES

Marcos Vieira-Silva

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Alguma história, rupturas e avanços

O presente capítulo, com duas seções, na primeira parte enfoca aspectos relativos à construção histórica da Psicologia Comunitária a partir das experiências mineiras no campo comunitário. Na segunda, são apresentados desafios, diálogos e indicadas algumas preocupações vividas nesse processo de construção da Psicologia Comunitária, interna e externamente ao Brasil. Nosso tema nos remete a questões sobre: história da Psicologia (Social) Comunitária e nossas práticas; o que fizemos e o que estamos fazendo hoje. Para pensar em uma história da Psicologia Comunitária, partiremos do princípio de que o conhecimento histórico é sempre necessário e fundamental para o

desenvolvimento crítico de uma cultura, de uma sociedade específica, de um movimento social, de um conjunto de práticas socioculturais, de uma profissão. Como história é sempre coletiva, deve-se considerar que os apontamentos e provocações colocados aqui são provenientes de coletivos que vivenciaram a construção de práticas *psi* em diversas comunidades ao longo dos últimos 45 anos.

A Psicologia (Social) Comunitária, em Minas Gerais, trata-se de um campo de atuação e investigação que, embora ocupado/exercido principalmente por profissionais da Psicologia, teve e tem sua trajetória marcada pela interdisciplinaridade, contando sempre, em várias situações ou em vários espaços institucionais, com a presença e participação de outros profissionais das ciências humanas e sociais, atuando como educadores populares, como agentes sociais, facilitadores ou provocadores, na perspectiva educativa de Paulo Freire, ou na perspectiva da educação para a saúde, trabalhada pelos agentes de saúde pública. Embora já aparecesse em projetos de pesquisa, práticas comunitárias, práticas de educação popular, programas de ação social, e práticas de intervenção psicossocial desde os anos sessenta no Brasil, a Psicologia Comunitária como campo da atuação da Psicologia Social surge entre nós com mais especificidades nos anos 70, principalmente na segunda metade da década. Tendo surgido como uma subárea ou como um campo de práticas em Psicologia Social, a Psicologia Comunitária no Brasil e na América Latina traz, em suas reflexões e práticas, a marca do compromisso com a transformação social, liberdade de expressão, emancipação da subjetividade e autonomia das comunidades organizadas. Busca, ainda, a construção de estratégias em prol da participação política individual e coletiva, do acesso da população a serviços públicos de qualidade e eficiência em termos de educação, saúde, saneamento básico, preservação do meio ambiente e condições dignas de moradia e trabalho. Se considerarmos a importância de tais temas para a produção da autoestima, da saúde mental, da subjetividade, da cidadania participativa, estaremos compreendendo a pertinência da

Psicologia (Social) Comunitária para a Psicologia como um todo e para a sociedade.

Um marco em Minas Gerais é a criação da disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana no Curso de Psicologia da UFMG, em 1974, a partir da democrática e participativa reforma do currículo do Curso. Ela foi oferecida seguidas vezes até o final da década de 1980, se consolidando como disciplina optativa do Curso, sempre muito demandada pelos alunos. A disciplina foi criada com o sugestivo nome de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, como uma proposta do Setor de Psicologia Social da FAFICH, buscando contemplar as relações entre o homem e os ambientes nos quais vivenciava suas relações sociais. As primeiras edições continham unidades sobre saúde pública e saúde coletiva, movimentos sociais e meio ambiente. Vale lembrar que, falando em Psicologia Comunitária, estamos tratando de práticas que sempre compreenderam ações interdisciplinares, principalmente em metodologia. São práticas que se consolidaram nas ciências humanas e sociais, não se caracterizando como específicas da Psicologia ou da Psicologia Social. Em termos metodológicos, são mais presentes os fundamentos da pesquisa qualitativa. As práticas grupais e a pesquisa intervenção psicossocial continuam sendo estratégias metodológicas importantes, no nosso modo de ver, fundamentais para nossos trabalhos. As parcerias com a extensão universitária cresceram, deixando de ser a quase única possibilidade de atuação para serem, também, campos de práticas para formação e atuação em políticas públicas. Vale lembrar que nos anos 1970 e 1980 havia grandes dificuldades para tais trabalhos em função da ditadura civil/militar, que não primava pelo desenvolvimento de políticas públicas. Vale lembrar que nossas perspectivas de trabalho se constituíram como um primeiro esboço de políticas públicas, principalmente em termos de educação, saúde e desenvolvimento social. Vale lembrar, ainda, o estágio curricular em Psicologia Comunitária, oferecido no final dos anos setenta e início dos anos oitenta pelo Curso de graduação em Psicologia da UFMG e

realizado em Montes Claros, sob a supervisão do Professor Cornelis van Stralen, em uma ampla articulação com a medicina e com o trabalho desenvolvido pelas associações de moradores locais e pela Pastoral da Terra. As práticas da disciplina levaram os alunos da Psicologia aos bairros periféricos de Belo Horizonte e à convivência com as dificuldades clássicas da atuação em comunidades: como lidar com grupos que alternavam movimentos de apatia e desmobilização com movimentos de envolvimento e solidariedade, buscando construir novas relações com os profissionais de saúde e com os educadores de seus filhos; como construir processos de educação em saúde participativos e efetivos na construção de novas formas de lidar com as representações de saúde/doença construídas pela população.

A proposta da participação social crítica e comprometida sempre foi nossa utopia. Lidar com os vínculos entre pares e subgrupos como canais da identidade e da afetividade, com as estratégias políticas autoritárias de muitas lideranças envolvidas com o movimento político populista e conservador das décadas de 1970 e 1980, era um desafio crescente, que continua a ser enfrentado por quem está militando nesta área até hoje. Aliás, por falar em militância, este é outro desafio: como conciliar uma prática de agente social com a militância política e socioeducativa? Como atuar com vistas à transformação social sem se indignar com as condições adversas enfrentadas pelos chamados grupos populares no enfrentamento de suas vivências cotidianas? Como não deixar essa indignação impedir nossa atuação como provocadores de movimentos de construção de uma cidadania crítica e emancipatória, de uma subjetividade cidadã, ancorada em princípios éticos e solidários? Cremos que esses serão desafios sempre presentes nas práticas profissionais dos psicólogos que abraçaram tais perspectivas de trabalho.

O surgimento da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), em 1980, tanto em termos nacionais quanto em termos regionais significou um alento e um avanço, com várias oportunidades de trocas de experiências e contatos com profissionais que desen-

volviam trabalhos em Psicologia Comunitária. Não foi sem motivo que uma das primeiras atividades promovidas pela Regional Minas da ABRAPSO foi um curso de Psicologia Social e Educação Popular realizado durante a reunião da SBPC em Belo Horizonte, em julho de 1985, no Campus da UFMG. Contamos com profissionais da própria PUC/Minas, da UFMG, da PUC/SP, da Paraíba. As práticas em comunidades sempre marcaram forte presença entre as atividades dos Encontros Mineiros de Psicologia Social, nossos fóruns da ABRAPSO Minas. Articulações com os profissionais de saúde e saúde mental, da educação, das delegacias de mulheres, do movimento feminista e dos serviços de assistência judiciária também sempre tiveram forte presença em nossos eventos.

Pensando, ainda, nas primeiras experiências de construção dessa história, merecem registro as atividades dos Salesianos em São João del-Rei, durante as décadas de 1940 e 1950, atendendo à população dos bairros periféricos da cidade, antes ainda da existência do Curso de Psicologia, com o Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco, que congregava profissionais de Psicologia e professores dos cursos de filosofia e pedagogia da Faculdade Dom Bosco. É preciso lembrar, também, da UFMG, nas décadas de 1960 e 1970, com as práticas da disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana e com os trabalhos de pesquisa intervenção desenvolvidos pelo Setor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da FAFICH.

Os anos da década de 1980 significaram, para a PUC/Minas, ainda como UC/MG, um período de construção de estratégias de formação em Psicologia que passaram pela ênfase na prática concreta com as comunidades demandantes de serviços de Psicologia. Uma das características mais marcantes desse período foi a aliança da Psicologia Comunitária com a Extensão Universitária, que ocorreu principalmente no desenvolvimento das experiências de participação da Psicologia nos programas de extensão comunitária desenvolvidos no PRODAC (Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária), principalmente os projetos do Campus Avançado, em Araçuaí,

no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, e do Campus Aproximado, na cidade de Itaguara, no oeste do Estado, a cerca de 100 km de Belo Horizonte. O PRODAC tinha um convênio com o Projeto Rondon, que financiava a estadia de estudantes que permaneciam por um mês na sede do Campus, trabalhando com as comunidades envolvidas. Participavam dos trabalhos grupos de moradores de vários bairros da cidade, organizados em torno de associações de moradores, grupos de artesãos, escolas e postos de saúde. Dona Tô, Seu Bispo, Zefa, Adão, Lira, entre outros artesãos e líderes comunitários de Araçuaí, tiveram participação ativa nessas atividades e contribuíram muito para a formação profissional de alunos de vários cursos da UCMG/PUC e da ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras, hoje UFLA, grande referência na área de ciências agrárias.

Em Itaguara, o trabalho era desenvolvido em duas comunidades, no Bairro dos Dias e na Rua do Alto e em duas escolas públicas da cidade, contando com a parceria do Conselho da Paróquia. Também foi envolvido nos trabalhos o Mini Posto de Saúde que atendia a essas comunidades. Voltando a São João del-Rei nos anos 2000, vamos registrar uma história mais contemporânea, com os trabalhos do LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ –, desenvolvidos com os coletivos dos portadores de diabetes, dos catadores de material reciclável da ASCAS, dos afro-descendentes do Grupo Raízes da Terra, moradores do bairro São Geraldo, dos meninos e jovens moradores das Casas Lares e dos índios Xacriabá, mais distantes geograficamente, mas com demandas psicossociais semelhantes. No Curso de Psicologia da UFSJ, Psicologia Comunitária é uma das disciplinas obrigatórias.

Metodologias

Se considerarmos as estratégias metodológicas mais utilizadas, continuam merecendo destaque a Pesquisa-ação, a Pesquisa Participante, a Intervenção Psicossocial, a Análise Institucional, os

Grupos Operativos e as Oficinas de Grupo. Visitas domiciliares, entrevistas semiestruturadas, recursos de imagem e dispositivos de análise ou analisadores são algumas das técnicas/estratégias utilizadas para produção coletiva de dados. Acreditamos que em termos metodológicos tivemos avanços e consolidações. A pesquisa qualitativa é hoje reconhecida pela Academia e cada vez mais utilizada em nossos campos de atuação. A produção de dados em conjunto com os coletivos das comunidades mostra resultados mais efetivos e é cotidiana e sempre desafiadora. Vale relembrar aqui as conceituações clássicas de Pesquisa-ação e Pesquisa Participante. Pesquisa-ação foi definida por Michel Thiollent como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1985). Continuamos trabalhando dessa maneira. Já para Carlos Rodrigues Brandão, a Pesquisa Participante foi considerada como uma modalidade nova de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares. Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensar, produzir e dirigir os usos de seu saber a respeito de si próprios (Brandão, 1981). Sílvia Lane nos ensinou a trabalhar considerando que

O psicólogo na comunidade trabalha fundamentalmente com a linguagem e representações, com relações grupais – vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade – e com as emoções e afetos próprios da subjetividade, para exercer sua ação a nível de consciência, da atividade e da intensidade dos indivíduos que irão, algum dia, viver em verdadeira comunidade. (Lane, 1996, p. 31)

Acompanhar e problematizar o desenvolvimento do Processo Grupal continua a ser uma estratégia metodológica fundamental

para o trabalho com as comunidades que são objeto da ação de políticas públicas. Nosso amigo e contemporâneo dos trabalhos iniciais da ABRAPSO, Cesar Wagner de Lina Góis, dizia que a Psicologia Comunitária se define como uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários (Góis, 1993). Tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista psicossocial, podemos considerar sua fala adequada para o trabalho do psicólogo nas comunidades, seja via políticas de atenção como SUS e SUAS, seja via políticas de saúde pública como atenção psicossocial aos diabéticos ou hipertensos. No LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ -, já elegemos, no nosso nome, uma estratégia metodológica que nos é fundamental em nossos trabalhos cotidianos. Trata-se de um trabalho de produção de conhecimento sobre grupos, organizações, instituições, comunidades e movimentos sociais fundado nas reflexões teóricas e descobertas da Psicologia Social e da psicossociologia, e, simultaneamente, um conjunto de práticas clínicas de consulta voltadas para o tratamento desses diferentes conjuntos sociais e meios abertos (Machado, 2004). Do nosso ponto de vista, Intervenção Psicossocial, Atenção Psicossocial e Psicologia Comunitária estabelecem relações de colaboração entre pesquisadores e pesquisados. Dados são produzidos coletivamente em atividades cotidianas. Os pesquisadores escutam e provocam questões com os sujeitos participantes dos grupos, das comunidades, das instituições. Pesquisadores e sujeitos comunitários, sociais, culturais, institucionais, analisam, discutem, pensam juntos, interpretam, gravam, filmam, registram; pesquisadores e agentes sociais fazem a devolução do que viram, ouviram, registraram e, “Juntos, pesquisadores-consultores e pesquisados-clientes buscam solucionar problemas de ação e de mudança social. Com os clientes e/ou iso-

ladamente, os pesquisadores procedem à elaboração teórica” (Machado, 2004, p. 15).

Avanços e rupturas

Voltando ao título/tema de nossas considerações, podemos nos perguntar: quais foram os avanços e as rupturas? Onde conseguimos consolidações? Quais são os retrocessos? Podemos apontar avanços em termos de metodologias de intervenção, práticas de consulta e perspectivas educativas em políticas públicas. Vale ressaltar os avanços nas próprias políticas públicas, principalmente em termos de saúde, educação e assistência social. Produzimos rupturas importantes com o assistencialismo e com a educação bancária. Acreditamos que tivemos avanços também em termos de nossas relações com a universidade e com as políticas públicas, já que

Promover o desenvolvimento de práticas de formação e atuação profissional desenvolvidas em articulação com projetos de extensão universitária continuam sendo um espaço privilegiado para a produção de processos psicossociais e socioeducativos que provocam parcerias entre os saberes acadêmicos e populares e proporcionam possibilidades de participação social em políticas públicas. (Vieira-Silva, 2015a, pp. 298-299).

Mesmo considerando todos os revezes pelos quais passamos e estamos passando em nosso país, em termos de retrocessos políticos, presenciamos muitas vitórias de nossas instituições e de nossas práticas democráticas sobre o autoritarismo, o obscurantismo e as práticas ditatoriais. Acreditamos que alguns impasses permanecem e vão permanecer: as parcerias sempre difíceis e contraditórias com órgãos e gestores públicos no trabalho cotidiano com as políticas públicas; as dificuldades de participação social e envolvimento por parte das comunidades no desenrolar cotidiano dessas mesmas políticas públicas; as dificuldades de quantificação dos resultados e perspectivas de mudança a partir das nossas intervenções psicossociais;

a dificuldade de articulações de nossos objetivos e propostas com as políticas públicas. Podemos nos perguntar se a busca da autonomia e da autogestão dos grupos comunitários continua sendo objeto de nosso trabalho. Continuamos acreditando e defendendo que sim. Cremos que um dos nossos desafios atuais compreende a tentativa de trabalhar em parcerias com as políticas públicas de forma crítica e transformadora. Temos que nos perguntar sempre como podemos articular nossas questões e nossos processos educativos com políticas públicas de saúde, assistência social, educação, cultura, meio ambiente e desenvolvimento social, se tivemos avanços em termos de existirem mais possibilidades de participação social dos movimentos sociais e comunitários e, ainda, temos que nos questionar sobre o nosso papel enquanto profissionais que atuam como técnicos e como agentes sociais junto às políticas públicas, buscando sempre a inclusão psicossocial.

Vale sempre lembrar que o nosso tempo é o tempo de *Kairós*, é o tempo da reflexão, é o tempo dos processos educativos participativos e democráticos, e nos cobram o tempo de *Kronos*, o tempo do relógio, o tempo das eleições, no caso dos gestores públicos (Vieira-Silva, 2015b).

Psicologia (Social) Comunitária: diálogos e consolidações

O tema central do XX Encontro Mineiro da Abrapso, em 2016, contribui para algumas reflexões. Os primeiros trabalhos de Psicologia Comunitária acontecem na PUC/SP, com Silvia Lane e seus estudantes, nas décadas de 60 e 70, e nos anos seguintes, na UFMG, docentes como Marília Mata Machado, Cornellis Van Stralen e Beth Bonfim também davam robustez a esse campo. Ao longo desses anos até hoje, houve um fortalecimento das práticas da Psicologia Comunitária no Brasil e América Latina. Vários trabalhos mostram isso, referindo-se às rupturas que ajudaram a fortalecer a área (Freitas, 2011; Montero & Serrano-Garcia, 2011). Tendo esse pano de fun-

do, indicam-se, aqui, alguns desafios e preocupações que ainda existem quanto à prática em comunidade e se expressam em indagações sobre o que aprendemos e quais dificuldades enfrentamos.

Psicologia Social nos anos 1970 e 1980: resistir aos paradigmas dominantes

Quando os primeiros psicólogos se formavam, nos anos de 1960 e 1970, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, o trabalho na área da Psicologia Social não era visto como tendo um estatuto importante e reconhecido. Os paradigmas dominantes eram estrangeiros com predomínio norte-americano, apoiados fortemente na psicologia experimental e psicologia clínica e nos enfoques positivistas, a-históricos e individualizantes. Embora o fazer Psicologia Social e Psicologia Comunitária, nessa época, fosse visto com estranhamento, as bases teóricas para essas práticas em comunidade se opunham aos paradigmas dominantes, apoiando-se em autores como Paulo Freire, Maria Nilde Mascelani, Luis Pereira, Florestan Fernandes, Marx e Engels, Althusser, Gramsci, Orlando Fals Borda, Marcuse, Sartre, Simone de Beauvoir, Alfredo Moffatt, Dussell, teóricos da filosofia e teologia da libertação, entre tantos outros (Freitas, 2009, 2011; Montero & Serrano-Garcia, 2011). Nas universidades públicas e particulares, em vários cursos das ciências humanas e sociais, como nas PUC SP, RS e MG, na UFRJ e UFMG, entre outras, professores e estudantes, mesmo em minoria, discutiam os problemas sociais e buscavam mudanças para essa realidade. Foi nesse clima que nos cursos de psicologia da PUC-SP e UFMG a disciplina Psicologia Comunitária passou a ser ofertada, de modo não obrigatório, mas implicada em compreender a realidade concreta e fazer algo para mudá-la. Reuniu, para isso, aportes teóricos da Psicologia Social europeia, da psicossociologia francesa, da psicanálise de Bleger, da pesquisa participante de Orlando Fals Borda e das perspectivas marxista e hermenêutico-social.

O que fazíamos há algumas décadas... e a Psicologia Comunitária?

Falar brevemente dessa trajetória difícil e pouco reconhecida pode não nos dar ainda uma compreensão sobre a velocidade das mudanças pelas quais passamos em tão pouco tempo. Sugere-se, aqui, um exercício para pensar onde estávamos há dez anos, ou seja, em 2006; ou onde estávamos há 42 anos, quando começou a disciplina de Psicologia Comunitária na FAFICH/UFMG, em 1974, com a intenção de que pensemos em marcos e em marcas, ao recuperar acontecimentos significativos para a construção da área. Retomamos alguns deles nas palavras de Elizabeth Bomfim (2004), quando, em edição comemorativa dos anais da ABRAPSO/Minas, diz:

que vários motivos levaram à publicação da edição comemorativa. E entre eles é inevitável mencionar a precariedade editorial da primeira apresentação. Para os que não tiveram a oportunidade de conhecê-la trata-se de uma edição mimeografada, realizada sem verba e sem as condições adequadas. Só mesmo um grande esforço e a vontade de deixar registradas as produções psicossociais, próprias daquele momento histórico, levaram-nos a enfrentar as inúmeras dificuldades editoriais e gráficas... Foi possível constatar a persistência de algumas temáticas que ainda são relevantes hoje. ... Foram diferentes olhares, diferentes perspectivas, diferentes temas tratados que apontaram para a consolidação de um campo da psicologia social. Vistas hoje, algumas contribuições parecem pequenas. Contudo, desempenharam seus papéis na abertura de um conhecimento, e embora embrionárias essas contribuições possibilitaram amplas perspectivas no desenvolvimento. (Bomfim, 2004, p. 11)

Psicologia Social Comunitária hoje: marcos na sua história

Hoje ainda pode haver uma falsa ideia de que a área da Psicologia (Social) Comunitária sempre existiu, desta maneira, desde o início

da psicologia em nosso país, o que não corresponderia a uma verdade histórica. Cabe lembrar que os trabalhos desenvolvidos nesta área devem-se a uma história social de construção de uma prática específica e comprometida com a vida das populações. Em meados dos anos 60 no Brasil, a Psicologia Comunitária praticamente inexistia nos cursos como disciplina oficial. A sua visibilidade ao longo das décadas de 1970 e 1980 deveu-se, muito mais, aos esforços individuais e de poucos professores que acreditavam ser importante também formar em outros paradigmas, mais críticos e comprometidos com a realidade concreta da vida das pessoas.

O cargo de psicólogo(a) nas unidades de saúde:

Os Conselhos de Psicologia em vários estados encabeçam um importante movimento de reivindicação que, em 1985, culmina com a criação do primeiro concurso público, no âmbito nacional, para o cargo de psicólogo(a) para atuar nas unidades básicas de saúde (Freitas, 2012). Isso fornece as bases para discussões posteriores sobre a atuação do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas, nesse caso, no campo da saúde, ampliando-se a seguir para outras áreas. Deuse, assim, visibilidade para diferentes demandas da sociedade civil que explicitaram a necessidade de um distinto tipo de trabalho: a prática psicossocial em comunidade, começada há pelo menos 20 anos antes, no Brasil. Era uma prática que deveria romper com a tradicional perspectiva clínica e a-histórica, e que já anunciava a estreita proximidade com as políticas públicas.

Psicologia Comunitária como fruto dos esforços de professores

Outro marco foi um movimento iniciado nas décadas de 1980 e 1990 nos cursos de Psicologia em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, para que a disciplina Psicologia Comunitária pudesse existir oficialmente. Para isso, vários docentes, à época, adicionaram “voluntariamente” em sua carga horária de

trabalho a disciplina Psicologia Comunitária, mesmo sendo oferecida como optativa, já que não fazia parte do currículo obrigatório. Nessa época, era oferecida graças aos esforços individuais de alguns professores. Somente em meados dos anos 1990 o debate oficial para mudanças curriculares contribuiu para a inclusão oficial da Psicologia Comunitária como ênfase disciplinar na formação. Independentemente de sua denominação ser reconhecida, ou não, no Brasil, das semelhanças e coincidências epistemológicas, assim como de aproximações de compromisso social, verifica-se que as práticas da Psicologia Comunitária difundiram-se e se incorporaram na formação dos(as) futuros(as) psicólogos(as) para atuarem no campo das políticas públicas, em especial a partir de meados dos anos 90.

No início do século XXI, observaram-se outros esforços para que a disciplina (e cátedra) de Psicologia Social Comunitária (e/ou Práxis Comunitária, Práticas Psicossociais em Comunidade, ou ainda denominada de Intervenção Psicossocial em Comunidade) fosse criada, difundida e reconhecida. Isso aconteceu em vários países, instituições e programas de pós-graduação de países ibero-latino-americanos, como Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela, Porto Rico, Costa Rica, México, Guatemala, Portugal e Espanha (Montero & Serrano-Garcia, 2011).

Primeira obra e coletiva: “da solidariedade à autonomia”

Em 1996 foi lançado o primeiro livro sobre Psicologia Comunitária, *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, organizado por Campos (1996). Como um marco, reuniu à época esforços dos docentes-pesquisadores dos cursos de Psicologia que atuavam no campo comunitário. Essa obra anunciava já no seu subtítulo o desafio para se pensar a respeito do sujeito histórico e seus processos comunitários, buscando a compreensão das bases psicossociais da vida cotidiana comunitária. Além disso, o livro explicitou os valores centrais dessa prática, ligados ao compromisso de serem

construídas, de maneira solidária, redes coletivas e cotidianas para o fortalecimento da autonomia desses sujeitos.

Parceria e visibilidade: Conferências Internacionais de Psicologia Comunitária

Passados dez anos da primeira obra em Psicologia Social Comunitária no Brasil, em 2006, um grupo de profissionais e pesquisadores dessa área, de países da América Latina, reuniu-se para fazer a Primeira Conferência Internacional de Psicologia Comunitária¹. Era o primeiro encontro internacional em que se buscava um espaço para discutir e propor alternativas às dificuldades enfrentadas na implementação das propostas de intervenção comunitária junto às populações. Em alguma medida, assemelhava-se ao movimento que acontecera 26 anos antes, quando a ABRAPSO realizou seu primeiro evento na SBPC de julho de 1980. Nessas duas situações, presenciou-se a reunião de colegas e parceiros(as) comprometidos(as) com a vida concreta das comunidades e que buscavam outras formas de atuar em coerência com paradigmas implicados na transformação social. Por seu caráter histórico e de importância como geração de um novo marco, é importante registrar que o grupo inicial congrega diferentes¹ profissionais da Psicologia Comunitária que atuam nessa área há várias décadas e que, em seus países, tornaram-se (re) conhecidos pela construção dessa área e formação de novos quadros de profissionais para os programas comunitários. Iniciou-se, assim,

1 Participaram desta Primeira Conferência pesquisadores, profissionais e teóricos, reconhecidos por sua produção e luta de várias décadas para a construção e consolidação dessa área, em seu país e na América Latina. Participaram em várias atividades como Conferências, Simpósios, Mesas-redondas, além de discussões em grupos de trabalho. Participaram com trabalhos publicados no livro mencionado a seguir: Maritza Montero (Venezuela), Irma Serrano-Garcia (Porto Rico), David Perez (Porto Rico), Alipio Sanchez (Espanha), Eduardo Almeida (México), Jorge Mario Osorio Flores (México), Jose Ornelas (Portugal), Maria de Fatima Quintal de Freitas (Brasil). Os trabalhos foram reunidos no livro organizado por Carlos Vazquez Rivera (Ed.), que leva o título de *Psicología comunitária internacional: agendas compartidas en la diversidad*.

o ciclo das Conferências Internacionais, com periodicidade bianual, tendo como eixo central a Psicologia Comunitária e suas práticas de intervenção, mantendo o compromisso com a produção de conhecimento socialmente relevante e vinculado à práxis da Psicologia (Social). A seguir, no quadro I, apresentam-se informações sobre as seis conferências, quanto ao tema central e eixos, de 2006 a 2016. A sétima acontecerá no Chile em 2018.

Quadro I. Tema central e eixos temáticos das seis conferências internacionais de psicologia comunitária

Periodo	Tema Central	Eixos temáticos
Maio de 2006 Porto Rico - Universidad Rio Piedras	I Conferencia Internacional: “Agendas compartilhadas na diversidade”	Historia da Psicologia Comunitaria Paradigmas e marcos teóricos Pratica em psicologia comunitaria Contribuicao interdisciplinar Investigacao a partir da PC: contribuições e inovações
Junho de 2008 Lisboa, ISPA e Fundacao Gulbenkian	II Conferencia Internacional: “Construindo comunidades participativas, empoderadas e diversas”	Organizacao comunitária, prevenção e advocacy Mudanca de sistemas, de política e colaboração Criacao de novos settings, redes e treino Fortalecimento de relações e Avaliacao Globalizacao e dialogo norte-sul

<p>Junho de 2010, Puebla, Mexico</p> <p>Universidad Iberoamericana de Puebla</p>	<p>III Conferencia Internacional: “Aproximações comunitárias aos problemas sociais contemporaneos”</p>	<p>Polarizacaoeconomica Virtualizacao, interculturalidade</p>
<p>Junho de 2012</p> <p>Universidad de Barcelona, Espanha</p>	<p>IV Conferencia Internacional: “Comunidade e política em um mundo em crise: repensando a ação comunitaria no novo século”</p>	<p>Desenvolvimento comunitario e em- poderamento. Diversidade teórica, metodológica e valorativa na investigação e ação comunitaria. Ação comunitaria e Políticas Públicas. Interdisciplinarietà profissional e social do trabalho comunitario. Comunidade e sentimento de comu- nidade. Aspectos éticos e valorativos de ação e o papel comunitario. Comunidade e ação comunitaria na encruzilhada do local e do global. Implicações sociocomunitárias das “novas tecnologías” informáticas e educativas. - Violencias visíveis e invisíveis</p>
<p>3-6 setembro/ 2014</p> <p>UFCE e UNIFOR, Fortaleza, CE</p>	<p>V Conferencia Internacional “Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres”</p>	<p>eixo Acadêmico/Formação eixo Políticas Públicas eixo Movimentos Sociais eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida</p>

<p>27-30 Maio/2016</p> <p>Durban, África do Sul</p>	<p>VI Conferencia Internacional:</p> <p>“Diálogos globais sobre conhecimento crítico, libertação e comunidade”:</p>	<p>Produção e Contestação de Conhecimento em Psicologia Comunitária.</p> <p>Descolonização, poder e justiça epistêmica.</p> <p>Psicologia comunitária em contexto.</p> <p>Ensino e aprendizagem em psicologia comunitária.</p>
---	---	--

Algumas marcas e reflexões

Concluindo, pode-se dizer que houve avanços, embora sejam necessárias algumas discussões relativas às práticas e curso realizado.

1. Hoje, após todos esses anos, a marca que nos diferenciou nesta trajetória - a ruptura consciente com paradigmas exógenos à nossa realidade - continua sendo um aspecto que nos dá força, identidade e legitimidade junto a outras áreas. Mesmo diante de momentos de pouco reconhecimento, a Psicologia Comunitária continuou seus trabalhos em aliança clara com os vários setores das comunidades, comprometida epistemologicamente com a justiça e dignidade na vida cotidiana.
2. Uma preocupação ainda se situa nesta dimensão. Na América Latina, a Psicologia Comunitária tem um espaço de maior reconhecimento e visibilidade institucional do que no Brasil. Em países como Chile, Argentina, Costa Rica, Porto Rico, México, Venezuela, Peru, Colômbia, Uruguai, citando alguns, há cargos públicos e programas que requisitam a presença desse profissional - oficialmente denominado de psicólogo comunitário - para a discussão e enfrentamento das problemáticas comunitárias, do ponto de vista psicos-

social. No Brasil, essa (auto)denominação de “psicólogo(a) comunitário(a)” parece enfrentar um certo estranhamento.

É possível, também, assegurar que não houve retrocesso e que as rupturas vêm sendo mantidas, bem como reafirmar a solidez teórico-metodológica em nosso campo, com a construção de ferramentas oriundas da realidade cotidiana concreta. Aprendemos a vincular o fazer psicossocial com o agir e pensar coletivamente, guiado por princípios inegociáveis, como a defesa da construção de um sujeito coletivo comunitário, a explicitação da indignação diante das sutis formas de injustiça cotidiana e as relações e práticas cotidianas orientadas pela cooperação, solidariedade e ética.

Referências

- Bomfim, E. (2004). A edição comemorativa do «Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social” - 20 anos da ABRAPSO em Minas Gerais. In E. Bomfim (Org.), *Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social*. São João del-Rei, MG: LAPIP/UFSJ, ABRAPSO/Minas.
- Brandão, C. R. (1981). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (2009). (Des)Encuentros entre intervención e investigación comunitária? Dilemas éticos en la perspectiva de la psicología social-comunitaria. In C. V. Rivera, D. P. Jimenez, M. F. Rodriguez, & W. P. Bou (Eds.), *Psicología comunitária internacional: agendas compartidas en la diversidad* (pp. 151-179). San Juan, PR: Instituto FILIUS; Universidad de Puerto Rico.
- Freitas, M. F. Q. (2011). Construcción y consolidación de la psicología social comunitária en Brasil: conocimientos, prácticas y perspectivas. In M. Montero & I. Serrano-García (Eds.), *Historia de la psicología comunitária en America Latina*. Participación y transformación (pp. 91-114). Buenos Aires: Paidós.
- Freitas, M. F. Q. (2012). Prácticas de intervención comunitária y políticas públicas: aproximaciones y límites desde La perspectiva de la psicología social comunitária

latinoamericana. In J. Alfaro, A. Sánchez, & A. Zambrano (Comps.), *Psicología comunitaria y políticas sociales: reflexiones y experiencias* (pp.173-197). Buenos Aires: Paidós.

Góis, C. W. L. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.

Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F. (Org.), *Psicologia social comunitária - da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Machado, M. N. M. (2004). A pesquisa intervenção psicossocial. In *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo* (pp. 13-34). Belo Horizonte: Edições Campo Social.

Montero, M. & Serrano-Garcia, I. (Eds.). (2011). *História de la psicología comunitaria en America Latina. Participacion y transformacion*. Buenos Aires: Paidós.

Thiolent, M. (1985). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

Vázquez-Rivera, C. (Ed.). (2009). *Psicología Comunitaria Internacional: Agendas Compartidas en la Diversidad*. San Juan, PR: Instituto FILIUS; Universidad de Puerto Rico.

Vieira-Silva, M. (2015a). Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais* (São João del-Rei), 10(2), 292-300.

Vieira-Silva, M. (2015b). Processos grupais e articulações identitárias: provocações para formação em Psicologia Social e práticas em comunidades. In A. M. B. Bock, L. M. O. Barroso, R. Diehl, & S. P. Mortada (Orgs.), *Práticas e saberes psi: os novos desafios à formação do psicólogo* (1ª ed., pp. 55-64). Florianópolis: ABRAPSO; Editora Edições do Bosque.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS

Maria Ignez Costa Moreira

Ana Flávia de Sales Costa

Michele Castro Caldeira

O presente artigo condensa as reflexões apresentadas pelas autoras no XX Encontro Regional da Abrapso Minas, que teve como temática inspiradora a **Democracia, política e psicologia social: rupturas e consolidações**. Democracia, política e psicologia social são palavras geradoras que remetem ao compromisso ético da psicologia social de que a produção do conhecimento esteja comprometida com a transformação das relações sociais, para que essas sejam justas, sem violência e respeitadas das diferenças de gênero, etnia, de orientação afetivo-sexual e de geração. Um conhecimento que efetivamente contribua para a superação da falsa dicotomia entre a singularidade e o contexto sócio-histórico, uma vez que o sujeito da

psicologia social é um sujeito ativo e encarnado. É um sujeito que se constitui e ao mesmo tempo é constitutivo do próprio contexto.

Esses princípios abrapsonianos da psicologia social são tomados na condução dos trabalhos realizados com adolescentes que vivem em contextos de profunda desigualdade, que os excluem sistematicamente do acesso aos bens materiais e simbólicos. Adolescentes que, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) são considerados como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial, para os quais o Estado brasileiro deve com prioridade absoluta garantir os direitos humanos, políticos, civis e sociais, tendo em vista promover o pleno exercício da sua cidadania.

Tomamos o ECA (1990) como marco regulatório, para a partir dele refletirmos sobre os avanços, os retrocessos e os desafios das políticas públicas voltadas para os adolescentes.

O Estado brasileiro passou a considerar, desde o ECA, que os adolescentes são sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, para as quais as ações da política pública devem ser de prioridade absoluta. O ECA é sem dúvida um grande avanço produzido pelo conjunto dos movimentos sociais, intelectuais, juristas, setores progressistas da Igreja Católica e da sociedade civil.

Rocha (2001) explica que o grande objetivo da política é o de possibilitar que os indivíduos estabeleçam uma vida em comum. Essa evidentemente é repleta de conflitos e a produção de consensos e a administração dos dissensos são atividades políticas. Há uma série de questões na vida coletiva que afetam tanto a totalidade da sociedade, quanto subjetivamente cada uma de suas partes. Entendendo que o todo é mais do que a soma das partes e que as partes se afetam entre si e também afetam e são afetadas pelo todo, a nova concepção da categoria social da adolescência afeta a todos.

As questões públicas, ainda segundo Rocha (2001), são produzidas em contextos sociais e culturais próprios:

As questões públicas são aquelas que têm consequências para a vida das pessoas que compõem uma sociedade. Se o espaço público é aquele em que um grupo de pessoas compartilha a sua existência, e as questões públicas são aquelas que afetam de alguma forma cada um dos que compõem o grupo, um requisito se impõe: as questões públicas devem ter transparência, devem ser vistas e ouvidas por todos. (p. 9)

Na nossa sociedade, há 26 anos, estabelecemos de comum acordo que os adolescentes são sujeitos de direitos, pessoas portadoras de direitos, quaisquer que sejam os seus traços identitários de raça, etnia, de gênero ou de sexualidade, e qualquer que seja a sua origem de classe social. Castro (2011) nos acrescenta que os adolescentes são ao mesmo tempo sujeitos políticos, entendidos como capazes de enunciar a própria voz. Assim, a despeito da defesa e garantia de seus direitos, os adolescentes não podem ser reduzidos a sujeitos tutelados. Nesse sentido, o trabalho com adolescentes deve ser desenvolvido “com” eles e não “para eles”.

Os adolescentes que hoje consideramos como sujeitos de direitos são sujeitos sociais, sujeitos que se constituem e ao mesmo tempo constituem os contextos em que vivem. Os adolescentes se constituem nas relações sociais, nas relações estabelecidas entre os adultos e os adolescentes que devem concorrer para a afirmação desses direitos.

A subjetividade presente nos fenômenos da realidade que são abarcados pelas políticas públicas é aquela que se espalha para além dos indivíduos, de suas experiências privadas e íntimas, e representa a experiência articulada a um espaço coletivo. São, entretanto, experiências de sujeitos que só se constituem em relações concretas, delineadas pela materialidade das relações sociais. (Gonçalves, 2010, p. 125)

Portanto, ao pensarmos os adolescentes como sujeitos de direitos e sujeitos políticos, encontramos desafios. Tais desafios situam-se entre as conquistas e os retrocessos. Um deles é não perder as conquistas: nenhum direito a menos! E o outro é o de não retroceder. É necessário estarmos permanentemente atentos para impedir retrocessos, mas também para percebermos a permanência de práticas conservadoras no bojo das políticas públicas voltadas para os adolescentes.

Um risco permanente de retrocesso está no descompasso entre a proposta do ECA e as práticas cotidianas dos projetos sociais e dos equipamentos públicos voltados para os adolescentes, que em muitos casos reproduzem práticas repressivas e que silenciam os adolescentes, demonizam os pobres e suas famílias, como se ainda fôssemos guiados pelo antigo Código de Menores de 1979, que tratava crianças e adolescentes como “menores” e “menores em situação irregular”. Leia-se: aqueles que, além de pobres, eram membros de famílias cuja configuração não seguia o padrão das classes dominantes: a família conjugal e nuclear, na qual cabia aos homens o papel de provedores e às mulheres os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

Os adolescentes têm direito à convivência familiar, social e comunitária, e o exercício de tais direitos está condicionado ao exercício da liberdade, de ter suas opiniões, suas crenças consideradas e escutadas. Mais do que ocupar corações e mentes, é preciso criar ou favorecer condições objetivas de manifestação e participação dos adolescentes nas escolas, nas instituições de assistência social, nas instituições de saúde, nos espaços públicos de cultura, de arte, de esporte, de lazer.

Os adultos significativos para os adolescentes, pais, mães, educadores e educadoras e seus próprios pares estabelecem com os adolescentes (e também entre eles) a mediação no sentido de construir juntos os sentidos da participação e dos laços sociais.

O ECA propõe medidas protetivas, sempre que os direitos dos adolescentes forem desrespeitados. Essas medidas envolvem diretamente a família, a comunidade, as instituições e os grupos sociais próximos, e praticá-las é um enorme desafio, que exige uma rede de equipamentos públicos fortemente conectada.

Também os equipamentos da assistência social previstos pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS de 2005, tais como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, têm desenvolvido intervenções destinadas aos adolescentes, com o desafio permanente de não fazer para, mas fazer com. Os equipamentos públicos de assistência social têm como público prioritário os adolescentes e jovens, posto que, como já dito, o ECA, marco legal que orienta a política pública, aponta esse grupo populacional como de prioridade absoluta.

O CRAS tem até então demandado o trabalho do psicólogo, para quem os ensinamentos da psicologia social crítica são de grande valia, pois convidam a conhecer os contextos social, comunitário e institucional nos quais os sujeitos estão inseridos. A psicologia social nos instrumentaliza teórico-metodologicamente para trabalhar nos contextos coletivos, ao mostrar que a história singular e a social não são duas realidades dicotômicas, mas articuladas.

Nesse sentido, as nossas práticas na política pública têm destino e endereço: os sujeitos concretos, inseridos em seus contextos cotidianos. Os trabalhos desenvolvidos por meio do CRAS têm a potencialidade de contribuir para a inclusão social dos adolescentes e para o exercício pleno de sua cidadania. O CRAS, ao lado das famílias, das escolas e dos equipamentos de saúde, compõe uma rede social capaz de proteger os adolescentes.

O ECA traz outro desafio: o que se refere às medidas socioeducativas dirigidas aos adolescentes em “conflito com a lei” ou que cometem “atos infracionais”. Nessa temática, o ECA produziu um significativo avanço com relação ao antigo Código de Menores. Nes-

se havia a figura do “delinquent” e a delinquência era tratada como um desvio moral individual ou como uma condição provocada por um distúrbio de ordem psíquica, nomeado de “psicopatia” ou “sociopatia”. Esses “menores” eram compulsoriamente internados em instituições destinadas à “correção”, pautadas por práticas disciplinares coercitivas e violentas. Já o ECA considera o “ato infracional” não como um desvio do indivíduo ou um traço de caráter, mas como um acontecimento na trajetória de desenvolvimento dos adolescentes passível de transformação por meio das medidas socioeducativas. As primeiras quatro medidas são de meio aberto, ou seja, não retiram os adolescentes da convivência familiar e comunitária; as duas últimas são medidas de privação de liberdade, a quinta de privação parcial e a sexta de privação total de liberdade, mas ambas com tempo determinado: diferentemente do Código de Menores, o ECA aboliu a privação de liberdade contínua até os dezoito anos.

A leitura atenta do ECA também nos faz compreender que a responsabilidade pelo destino de nossas crianças e adolescentes é coletiva, pois o Estatuto afirma que é dever do Estado, da sociedade e da família o cuidado e a proteção desses sujeitos nessa etapa da vida. Portanto, a responsabilidade pela inclusão dos adolescentes no tráfico de drogas e nas organizações criminosas é coletiva, e não somente de cada um deles. No entanto, tal responsabilidade tem sido muitas vezes personalizada, de modo que os adolescentes são ainda vistos como individual e naturalmente infratores ou delinquentes. É preciso que estejamos sempre em estado de alerta para os riscos de uma mera individualização e privatização da responsabilidade: é preciso que nos perguntemos sinceramente: o que nós, os bons, oferecemos a esses adolescentes? O que nós, os bons, temos com o fato de que um contingente significativo dos adolescentes brasileiros tenha sido incluído no grupo dos “feios, sujos e malvados”?

Os índices de morte por causas violentas dos adolescentes homens, negros e pobres no Brasil revelam uma estatística de guerra, de genocídio. São dados naturalizados e esfriados em porcentagens, mas, se

buscarmos desnaturalizá-los, fatalmente seremos confrontados com uma pergunta: onde estamos falhando coletivamente na proteção de nossas crianças e de nossos adolescentes?

‘Estamos permanentemente ameaçados pelos retrocessos. Para além do retrocesso óbvio do golpe na democracia brasileira desferido em 2016, vivemos retrocessos na política pública de proteção social, quando a assistência social deixa ser tratada como direito, como prevê o SUAS, e passa a ser tratada como um assistencialismo a responder por algumas necessidades dos pobres. O fantasma do assistencialismo e o das práticas higienistas dos finais do século XIX nunca deixaram de nos atormentar, e mais do que nunca precisamos permanecer muito atentos, pois eles anunciam que sairão dos porões.

Do ponto de vista das medidas socioeducativas, há sempre o desafio de que sejam sócio (pois deveriam fortalecer laços sociais) e educativas (pois deveriam buscar a transformação e o exercício pleno da cidadania). No entanto, as condições materiais e simbólicas dessas práticas muitas vezes fazem delas medidas apenas e principalmente punitivas, e novamente higienistas, pois tentam limpar a sociedade de suas mazelas. No campo das medidas socioeducativas há o risco de um enorme retrocesso posto no projeto de lei de redução da maioridade penal.

Na segunda parte deste artigo são apresentados dois cenários nos quais são realizadas ações de política pública voltadas para os adolescentes. No primeiro cenário discutiremos a prática dos CRAS e no segundo a prática da medida socioeducativa de privação de liberdade.

Intervenções com adolescentes no CRAS: a ocupação de corações e mentes

Um dos grandes avanços das políticas públicas voltadas aos adolescentes é a introdução da lógica do direito, o que implica desde o direito de provisão (direitos sociais, saúde, educação, vida familiar,

cuidados físicos, entre outros), de proteção (contra a discriminação, o abuso físico e sexual, a exploração, a injustiça e o conflito) até o de participação civil e política (direito ao nome e à identidade, de ser ouvido e consultado, do acesso à informação, à liberdade de expressão e de tomar decisões) (Hammarberg, citado por Soares, 2005).

Se, no século XX, houve uma mudança significativa na concepção de adolescentes como sujeitos de direitos, no entanto, permaneceu a ideia de que eles são irresponsáveis, irracionais e inabilitados para fazer escolhas, herança de uma construção histórica da categoria adolescência associada a um período de crise, tormentoso e negativo em si (Coutinho, 2009). Optou-se pela preocupação com a vulnerabilidade e a proteção em detrimento do exercício da autonomia e da participação. O discurso dos direitos de provisão e de proteção tornou-se mais consensual, priorizando necessidades de bem-estar e designando-os como os direitos legais de tal público em detrimento do direito de participação política.

Castro (2011) aponta para a necessidade de se adicionar ao qualitativo “sujeito de direitos”, o qualificativo “sujeito político”, entendido como aquele capaz de enunciar suas próprias demandas e de contribuir para a vida coletiva de forma participativa. Criar condições para que o sujeito de direitos se transforme em sujeito político é o desafio de viabilizar o exercício da cidadania, através de um aprendizado que se realiza no cotidiano e que pode influir nas subjetividades e alterar a dinâmica das relações. Trabalhar a dimensão política da participação nos serviços destinados aos adolescentes é primordial para a formação de cidadãos mais comprometidos com a coletividade.

Tal perspectiva introduz a necessidade de outra maneira de relacionamento com os adolescentes. É preciso romper com a visão estigmatizada de incapacidade, transformando um olhar que seja capaz de enxergar a potência que existe nessa faixa etária, e que perceba formas de expressão inventivas, criativas e sintonizadas com suas necessidades e desejos.

A exclusão da dimensão política nas intervenções destinadas ao público adolescente, seja na educação, na assistência social ou na saúde, fragiliza ainda mais a nossa já tão frágil democracia, já que se torna impossível ter cidadãos adultos politicamente éticos se não formos capazes de auxiliar na sua formação. Trata-se de algo que deve ser objeto de reflexão de todas as políticas públicas. A escola, o CRAS, o Centro de Saúde podem ser espaços para o exercício da participação política dos adolescentes se pensarmos que são serviços voltados para a prevenção e a formação de sujeitos, e que, apesar de atuarem em áreas distintas e com demandas específicas, interconectam-se numa tarefa mais ampla que é a de uma boa vida em comum.

Pesquisa realizada por Costa (2014) nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de um CRAS, num município de pequeno porte no interior de Minas Gerais, mostrou que as intervenções realizadas com os adolescentes, foram formuladas e implementadas numa perspectiva adultocêntrica e numa lógica que oscila entre a produção de autonomia e a higiene social.

A linguagem utilizada, as atividades propostas e o objetivo final da ação eram distantes dos adolescentes e refletiam a visão do adulto sobre o que deveria ser ofertado a eles, o que provocava um esvaziamento dos espaços que poderiam ser de participação ativa deles. Ainda que a presença dos adolescentes acontecesse, a participação política era pouco fomentada. Nos poucos momentos em que os participantes expressavam seus desejos ou realizavam suas críticas sobre o serviço, isso não reverberava em uma atenção ao que era dito e, conseqüentemente, não havia o debate e a implementação das propostas por eles sugeridas. Foi possível perceber que eles elaboravam inúmeras propostas e críticas pertinentes ao que lhes era ofertado. Identificou-se uma crítica ao corte e sucateamento dos serviços (fechamento de um laboratório de informática, por exemplo), ao não cumprimento de propostas feitas, à incoerência nas posturas dos educadores, a desigualdades de gênero presentes nos tipos de atividade oferecida (privilegio de atividades tipicamente masculinas). Tam-

bém foi possível identificar o desejo de contribuir para a construção do serviço, tal como o de colaborar na divulgação feita de uma forma mais próxima da linguagem dos adolescentes.

Percebeu-se um anseio de falar por parte dos adolescentes, que estabeleciam uma relação crítica com o serviço pelo fato de não serem escutados. Havia um convite para que falassem, mas a fala era desqualificada. Com isso, a participação, enquanto capacidade de alterar a realidade através do diálogo, enquanto ato político de negociação, ficava comprometida. O CRAS e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos têm um potencial para possibilitar vivências democráticas e de cidadania, como revelou a pesquisa mencionada. No entanto, essa potencialidade é pouco explorada. Ocupar os adolescentes não significa oferecer-lhes espaços de participação política.

É inegável a complexidade de se construir políticas públicas que de fato sejam eficazes para imprimir uma nova concepção, baseada na garantia de direitos e na valorização da capacidade de participação política das pessoas atendidas, especialmente quando buscam transformar uma estrutura social de desigualdade, arraigada historicamente no país. Ainda assim, o psicólogo, profissional que utiliza a palavra, o diálogo e as relações sociais como ferramentas de trabalho, tem um importante papel na criação de espaços de fala, de construção de propostas criativas e de interlocução. A lógica da ocupação do tempo, de corações e mentes, precisa ser ultrapassada, de modo que os espaços utilizados para o mero preenchimento do tempo livre sejam transformados em lugares de produção criativa, na perspectiva da formação de sujeitos inventivos, críticos e capazes de expressão política.

Medidas socioeducativas: em qual medida socioeducativa?

As medidas socioeducativas nos colocam diante de uma realidade de alta complexidade. Portanto, é um campo de muitos desafios.

De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2013 tinha 23.066 adolescentes e jovens (com idades entre 12 e 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), o que representa 0,08% da população de 12 a 18 anos do país. Os atos infracionais cometidos por adolescentes e que culminaram na aplicação das medidas são, em ordem decrescente: roubo (10.051) 43%; tráfico (5.933) 24,8% e homicídio (1.852) 9,23% (Levantamento Anual dos/as adolescentes em conflito com a Lei – 2013 (Levantamento Anual Sinase 2013, 2015).

O ECA, ao tratar da assistência ao adolescente que comete um ato infracional, pretende acentuar o caráter socioeducativo das medidas. Essas são organizadas em duas categorias, as de meio aberto (I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida) e as de meio fechado (V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional). Como podemos perceber, há uma gradação entre as medidas, e cada uma delas tem o enorme desafio de realizar o caráter educativo.

Na medida socioeducativa de internação, o desafio da prática educativa é bastante complexo. O ECA estabelece princípios que as instituições devem seguir, tais como a eliminação de formas coercitivas de internação; o estabelecimento de uma relação de direito e dever, observada a condição especial de pessoa em desenvolvimento; a participação do governo, sociedade civil por meio do Conselho de Direitos, que deve avaliar o respeito aos direitos do adolescente, mesmo que esse se encontre em privação de liberdade.

As instituições responsáveis pela medida socioeducativa de privação de liberdade têm sido alvo de constantes denúncias e críticas sobre o modelo de atendimento para as meninas e os meninos privados de liberdade. Esse modelo infelizmente ainda remete às ações desenvolvidas no contexto do Código dos Menores de 1979, marcadas pela violência, negligência, falta de atividades de lazer, cultura,

escolarização e profissionalização. Em muitos casos, demonstram a ausência de comprometimento do Estado e da sociedade com a efetivação das propostas trazidas pelo ECA.

A “carreira infratora” do adolescente não se inicia pelo fim, ou seja, antes de atos como o roubo, o homicídio e o latrocínio, houve, em 90% dos casos, a efetivação de infrações consideradas “de grau mais leve”. Não estaríamos negligenciando essa situação e focando no fim da “carreira infratora”? Não seria mais efetivo trabalhar na perspectiva preventiva junto aos adolescentes? Será o modelo proposto no ECA o mais adequado para mudar esse cenário? Ainda há muito que se pensar e compreender no que se refere ao conceito – e às práticas – do que se define como socioeducação (Gonçalves, 2011).

A consideração da “carreira infratora” nos leva a reconhecer a falha na intervenção e no apoio da rede de proteção e promoção dos direitos dos adolescentes. A ausência do Estado, que se omite na garantia desses direitos, em ações efetivas de políticas públicas que promovam a superação das desigualdades é um fator de alta relevância. As famílias em situação de vulnerabilidade encontram ainda poucos equipamentos preparados para o seu atendimento. Esses precisam considerar as potencialidades dessas famílias e suas formas singulares de organização, a fim de que possam encontrar apoio e mediação para a mudança de posição.

É fato inegável que esses adolescentes considerados e rotulados como os principais promotores da violência são também vítimas da violência. Não podemos aceitar a propagação de um discurso de responsabilização individual que coloca o adolescente como sujeito que escolhe livremente, entre todas as alternativas possíveis, seguir o caminho de filiação aos grupos de tráfico de drogas, por exemplo. É uma percepção que ignora esse adolescente sistematicamente excluído da escola, das instituições de lazer, cultura e esporte necessárias e próprias dessa fase do desenvolvimento humano.

O que leva o adolescente a cometer o ato infracional? São diversos os fatores: necessidade de sobrevivência, problemas familiares, inclusão social pela via do consumo, transtornos mentais, dificuldades no processo de socialização, rupturas comunitárias, influência de colegas, traficantes e familiares, envolvimento afetivo com pessoas ligadas ao tráfico, busca pelo poder, uso de drogas, dentre outros. São puramente escolhas? Não. É uma realidade complexa que resulta de elementos de ordem histórica, cultural, política e social.

As propostas para o enfrentamento dessa questão se direcionam a caminhos de eficiência duvidosa. De acordo com Saraiva e Komer (2006), a opinião pública, na maioria das vezes, induz a sociedade a acreditar que o combate à criminalidade passa pela redução da idade penal e demanda mais punição. Esse é um dos embates na implementação das propostas do ECA no sistema socioeducativo. A esse respeito, Gonçalves (2011) afirma:

O Estatuto precisa enfrentar a face mais perversa da falência do Estado de proteção: a emergência do Estado penal e a disseminação midiática de uma demanda por mais e mais punição, as crenças fabricadas de que a adolescência representa a fatia estratégica do combate à criminalidade e à insegurança nacional. (p. 381)

Nessa ótica, Volpi (2001) questiona que a aplicação das medidas socioeducativas parte de tradicionais alternativas de socialização, cujas funções reduzem a integração familiar, escolar e profissional no desenvolvimento de atividades culturais e esportivas. As categorias geralmente usadas explicitam o prefixo “re” como a ideia de retorno a uma situação de normalidade anterior, ou seja, recolocação familiar, reeducação, ressocialização, dentre outras. No entanto, para o autor a tese de retorno a uma situação de normalidade anterior parece falha na medida em que essa situação pode nunca ter existido. A ideia de ressocialização do adolescente nos permite questionar se isso é possível, uma vez que, para reintegrá-lo à sociedade, seria necessário refazer o processo de socialização, ajustando esse adolescente aos valores,

normas e regras da ordem social de um grupo dominante. No âmbito das políticas públicas, o olhar recai sobre os direitos fundamentais dos adolescentes e sobre as formas mais adequadas para lidar com esse sujeito ainda em formação (Koerner, 2014; Saraiva, 2014)...

No quadro da medida socioeducativa de privação da liberdade, a situação das meninas adolescentes apresenta particularidades em relação aos adolescentes do sexo masculino. Há muito desconhecimento acerca da vida de meninas que recebem a medida socioeducativa de privação de liberdade. Além dos poucos estudos sobre essa realidade, há também pouca visibilidade de suas condições de vida, o que as coloca num lugar subalterno no sistema socioeducativo desde a sua criação.

O envolvimento de mulheres no chamado mundo do crime, mesmo quando ainda adolescentes, remete a questões históricas das relações desiguais e assimétricas de gênero sobre as quais se faz necessário lançar olhares mais atentos.

Considerações finais

As políticas públicas de atenção aos adolescentes são reguladas por dispositivos jurídicos que refletem movimentos da sociedade brasileira em defesa dos direitos de cidadania dos adolescentes. No entanto, as práticas cotidianas dos diferentes equipamentos encarregados de executar as políticas públicas e os programas sociais revelam inúmeras contradições e grandes abismos entre as intenções e os gestos.

Os equipamentos de assistência social, tais como o CRAS e os equipamentos do aparato jurídico voltados para os adolescentes em contextos distintos, têm demandado a presença dos psicólogos. A psicologia social oferece ferramentas teórico-metodológicas importantes para a intervenção psicossocial nesses espaços, com o seu compromisso ético de resgatar e defender os direitos dos adolescentes e afirmá-los como sujeitos potentes e capazes de enunciar as próprias demandas e produzir mudanças.

Concluimos nossas reflexões com duas afirmações de Sawaia (1995): a primeira, de que o “psicossocial é eminentemente ético” (p. 48), o que significa que nosso fazer de psicólogos não é neutro e que não podemos desconhecer que nos movemos em um território marcado por desigualdades de classe, de gênero e de etnia, produzidas a partir do modo como organizamos a nossa vida coletiva.

A segunda afirmação de Sawaia (1995) remete à liberdade “não como característica da natureza humana, ou do homem como membro da natureza, mas do homem como cidadão de um reino de fins, reafirmando a concepção da essência humana como um conjunto de possibilidades históricas” (p. 48). A natureza humana é, por certo, natureza histórica, movimento e potência de transformação. No seu contexto de vida, os (as) adolescentes não ocupam um lugar de meros objetos passivos, mas de sujeitos ativos, capazes de participação. São sujeitos de fala, basta que todos os implicados no cotidiano deles tenham ouvidos abertos e escutem!

Referências

Castro, L. R. (2011). Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In J. Dayrell, M. I. C. Moreira, & M. Stengel (Orgs.), *Juventude contemporânea: um mosaico de possibilidades* (pp. 299-324). Belo Horizonte: PUC/Minas.

Costa, A. F. S. (2014). *O adolescente nos serviços de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas): um estudo de caso do Projovem Adolescente (2012-2013) de Prudente de Morais* (MG). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Coutinho, L. G. (2009). *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Faperj; Nau.

Gonçalves, H. S. (2011). Sobre a participação da família no processo socioeducativo. In J. Dayrell, M. I. C. Moreira, & M. Stengel (Orgs.), *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. (pp. 379-397). Belo Horizonte: PUC/Minas.

Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

Koerner, R. (2014). A menoridade é carta de alforria? In M. Volpi, (Org.), *Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade acerca da responsabilidade penal* (6a ed., pp. 163-207). São Paulo: Cortez.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Levantamento Anual Sinase 2013. (2015). Privação e restrição de liberdade. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Rocha, C. V. (2001). Ideias esparsas sobre o significado de políticas sociais. In *Políticas públicas de apoio sociofamiliar* (pp. 7-42). Belo Horizonte: PUC/Minas.

Sawaia, B. B. (1995). Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social* (pp. 45-54). São Paulo: Brasiliense.

Saraiva, J. B. C. (2014). A idade e as razões: não ao rebaixamento da imputabilidade penal. In M. Volpi, (Org.), *Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade acerca da responsabilidade penal* (6a ed., pp. 209-223). São Paulo: Cortez.

Soares, N. F. (2005). Os direitos das crianças: nas encruzilhadas da proteção e da participação. *Zero-a-seis*, 7(12), 8-18.

Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez.

Processos políticos e educacionais na construção das políticas públicas: três experiências no SUS Betim

Luiz Carlos Castello Branco Rena

Berenice de Freitas Diniz

Jacqueline do Carmo Reis

Paula Ângela de Figueiredo e Paula

Neste capítulo, analisam-se três experiências de intervenção em diferentes cenários do Sistema Único de Saúde (SUS) Betim, estado de Minas Gerais, no âmbito da execução de três projetos de extensão e pesquisa conduzidos por grupos multiprofissionais, articulando docentes, estudantes e técnicos do SUS entre 2012 e 2016. Durante esse período, implementaram-se os projetos vinculados aos programas do Ministério da Educação e Ministério da Saúde (MS) – Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde),

em 2012-2014 e 2013-2015, respectivamente – na Pontifícia Universidade Católica em Betim (PUC Minas Betim), permitindo a realização de experiências construídas coletivamente que desencadearam processos políticos e educacionais que possibilitaram o acúmulo de novos saberes e novas práticas na interação ensino-serviço-comunidade. As propostas apresentadas pela PUC Minas Betim, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, em junho de 2012 e junho de 2013, enfatizavam a importância dessa reorientação da formação profissional pelo trabalho a fim de

produzir um novo saber/fazer/pensar entre profissionais de saúde, gestores, estudantes e professores, fundamentado no trabalho em equipe, na participação popular e na integralidade das ações, tendo como eixo estruturante a organização das Redes de Atenção à Saúde no SUS Betim. (PUC/Minas, 2012)

Nesse momento, aprovaram-se, entre outros, dois projetos – O Observatório do Controle Social do SUS Betim e Atenção Psicossocial Articulada à Atenção Primária à Saúde: Matriciamento em Saúde Mental, Priorizando o Enfrentamento do Álcool, *Crack* e Outras Drogas – como resposta às demandas dos serviços e das comunidades identificadas por docentes, estudantes e técnicos do SUS. A intenção do coletivo que elaborou os projetos era criar as condições para um trabalho que permitisse o encontro da vida acadêmica com a comunidade.

Portanto, o que apresentamos neste capítulo é resultado de uma grande construção coletiva que tem precedentes no histórico perfil extensionista da PUC Minas Betim. O Observatório do Controle Social, por exemplo, iniciou suas atividades em 2010 como projeto de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. O princípio da construção dialogada aplicou-se na construção interna dos projetos e na relação com a Secretaria Municipal de Saúde de Betim, o que possibilitou que sua organização fosse adaptando as necessidades de ambas as partes.

Dispostos a construir novos formatos para o ensino em saúde e a fomentar a pesquisa de forma a responder às amplas necessidades da comunidade, professores, estudantes e profissionais da saúde de diversas áreas de atuação experimentaram novas práticas, criativas e inovadoras, a partir da participação no PET-Saúde da PUC Minas Betim.

Neste capítulo, compartilhamos reflexões acerca das três experiências citadas a partir de referenciais teóricos e campos de saber distintos, considerando como se constituíram, seus aspectos políticos mais relevantes, as aprendizagens inerentes ao processo, além de abordar as potencialidades que despontaram e as dificuldades que surgiram.

Observatório do Controle Social do SUS Betim¹

O projeto de extensão Saúde nos Interessa: Instituído um Observatório do Controle Social do SUS das Microrregiões de Saúde de Betim e Contagem (OCS) iniciou sua trajetória na PUC Minas Betim em 2010 e, desde então, vem trabalhando na construção de espaços que viabilizem o processo de educação permanente para o controle social no SUS. Nesse intuito, busca-se qualificar a interlocução e o protagonismo dos conselheiros de saúde, instrumentalizando-os para o exercício de sua função por meio do acesso e da compreensão das informações relacionadas à área da saúde. Entendendo também a importância de difundir as formas de participação popular na saúde entre os movimentos sociais e a comunidade, o OCS tem realizado oficinas em salas de aula, seminários e encontros, contando com a participação de alunos da graduação de todos os cursos ofertados em Betim e com participantes de movimentos sociais organizados. Essas atividades buscam ampliar a participação e a mobilização das pessoas em defesa de uma saúde pública de qualidade, favorecendo a articulação entre ensino e extensão. Durante essa trajetória, partici-

1 Colaboraram com a construção desse texto: Gilberto Antônio Reis, Maria da Consolação Magalhães Cunha e Raimundo Loyola Júnior.

param do projeto professores e alunos dos cursos de administração, enfermagem, fisioterapia, medicina, psicologia, sistema de informação, biomedicina, ciências biológicas e medicina veterinária, além de conselheiros de saúde e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Betim.

Em 2012, a proposta foi aprovada como PET-Saúde², incorporando seis preceptores do SUS Betim, sendo essa parceria encerrada em 2014. Desde o início, o grupo preocupou-se em desenvolver atividades que articulavam a extensão com a pesquisa, tendo participado de diversos congressos regionais e nacionais com produções científicas acerca do tema participação e controle social, conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde.

A Lei Federal nº 8142/90 estabelece as formas de participação da população na gestão do SUS mediante sua atuação nas conferências e nos conselhos de saúde. A comunidade, por intermédio de seus representantes, pode julgar, definir, acompanhar a execução e fiscalizar as ações de saúde desenvolvidas pelo Estado. Como espaço político-institucional de exercício da participação democrática, as conferências e os conselhos de saúde caracterizam-se pela pluralidade dos atores sociais que representam os diversos segmentos da população e as instituições que compõem a sociedade civil organizada. Nesse sentido, a universidade é chamada a cumprir seu papel de universidade cidadã, aportando contribuições específicas que favoreçam a tarefa fundamental de formar sujeitos sociais para atuação nas políticas públicas de saúde e no controle social do SUS, além de contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde na sociedade.

Esse projeto busca construir um espaço de diálogo e de ações multidisciplinares na pesquisa, ensino e extensão, relacionando as diver-

2 O PET-Saúde constitui-se em um instrumento para viabilizar programas de aperfeiçoamento e especialização em serviço dos profissionais da saúde, bem como de iniciação ao trabalho, estágios e vivências, dirigidos aos estudantes da área, de acordo com as necessidades do SUS (Ministério da Saúde, 2008).

nas áreas de conhecimento em saúde, de forma que cada integrante contribua para sua consolidação com seus saberes e práticas, buscando a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento da cidadania. Espera-se, dessa forma, garantir o compromisso firmado pela Política de Extensão Universitária da PUC Minas: “a extensão da PUC Minas, articulada ao ensino e à pesquisa, assume: O compromisso com a construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil e com os direitos humanos” (PUC/Minas, 2006, p. 18).

O objetivo do OCS é fortalecer o SUS nas microrregiões de Betim e Contagem, qualificando os mecanismos de participação e controle social do SUS. Buscamos também promover a articulação da comunidade acadêmica com os trabalhadores e usuários do SUS, conselhos e conferências de saúde, a fim de contribuir para a consolidação da democracia no SUS das microrregiões de saúde de Betim e Contagem. Outra importante ação é contribuir para a consolidação da organização local dos movimentos sociais como instância de participação crítica, para que cumpram seu papel de representação dos interesses da comunidade. Para isso, divulgamos informações em saúde para o controle social do SUS nos municípios das microrregiões de saúde onde o projeto atua.

Cientes da necessidade da construção de novos formatos para o ensino em saúde, fomentamos o debate sobre a reorientação do aprendizado sobre o controle social nos cursos da área da saúde, articulando conhecimentos curriculares com a realidade da atenção à saúde e da gestão no SUS, ação que gerou projetos de pesquisa e de intervenção em parceria alunos-profissionais do serviço de saúde.

A produção do conhecimento possibilitada pela perspectiva social e política em saúde que o projeto apresenta é de reconhecida importância. O trabalho realizado a partir de estudos teóricos sobre o controle social e a participação popular, os relatos sobre as vivências e as sistematizações das experiências vivenciadas por seus atores pontuam os grandes aprendizados que colhemos durante a vivência no projeto. Vale destacar o despertar da urgência de se discutir o tema

Participação e Controle Social junto à comunidade acadêmica. Estudos realizados pelo OCS motivaram a discussão do tema na PUC Minas Betim e culminaram na realização de seis Encontros Acadêmicos de Saúde e Cidadania, pesquisas acadêmicas e oficinas para alunos dos cursos da graduação.

A partir da realização das oficinas de formação para conselheiros, podemos descobrir outros aprendizados trazidos pela troca de experiências com os participantes de saúde e, como via de mão dupla, levar a eles instrumentos que ajudariam no desempenho de suas atribuições legais e políticas para atuar no controle social da execução da política de saúde.

Podemos observar que a atuação do OCS é densa e, pelo rol de atividades apresentadas, a consolidação desse projeto se dará nesse percurso, pois incentiva a formação permanente dos alunos para a cidadania e vai de encontro ao empoderamento da comunidade para o fortalecimento da participação social na fiscalização e acompanhamento das políticas públicas. Nesse sentido, o OCS está percorrendo e construindo um caminho no qual o apoio da universidade é fundamental para a sustentação e a manutenção de suas atividades.

Desafios do controle social na política de saúde no município de Betim

A pesquisa realizada pelo Observatório da Saúde da PUC Minas Betim em 2011 revelou que 90% dos trabalhadores sabiam sobre a existência, importância e função dos Conselhos Municipais de Saúde, contra 15% de usuários. O curioso é que 83% dos trabalhadores disseram não ter interesse em participar dos conselhos, enquanto 89% dos usuários responderam que sim. Esse dado desmente a crença de que as pessoas mudam sua forma de agir e pensar por meio do acesso ao conhecimento, já que o interesse pela participação aparece como inversamente proporcional ao conhecimento da existência, importância e função dos conselhos.

Para investigar esse paradoxo, usamos duas metodologias: (a) uma entrevista semiestruturada segundo os parâmetros da “história oral”; (b) o trabalho com grupos baseado na proposta lacaniana dos “car-téis”. A amostra foi composta por ex-conselheiros representantes de trabalhadores e usuários eleitos por seus pares, para evitar o risco de termos conselheiros presos aos interesses da representação ou sentindo-se pressionados ou ameaçados se expressassem posições contrárias aos interesses do governo e dos prestadores de serviço. As entrevistas e o trabalho de grupo foram gravados e transcritos para procedermos à análise do conteúdo. Para proceder a esse tipo de análise, a equipe tomou, como base teórica, a Lei nº 8142/1990, que regulamenta os conselhos, e as teorias de Lacan (1958/1998), Foucault (1999, 2003) e Althusser (1987), pois cada autor, à sua maneira, nos ajuda a entender os mecanismos inconscientes que produzem e reproduzem continuamente os modos de subjetivação e de socialização.

Temos vários tipos de intervenção com grupos, mas escolhemos testar a política da psicanálise no que se refere à possibilidade de elaboração de um saber verdadeiro, aquele que mude a posição do sujeito frente ao real. Para a psicanálise, não existe um “saber” superior ao outro, principalmente quando se refere ao respeito pelo exercício da cidadania, de maneira que nos interessava provocar um trabalho de elaboração subjetiva acerca da determinada experiência que cada um teve quando foi conselheiro. Lacan usa metaforicamente a guerra, teorizando sobre a função tática, estratégica e política para falar da política do psicanalista no uso que faz de seu poder durante o processo analítico. Ele é definitivo em dizer que a política do analista é a de se colocar na posição de um objeto que cause o outro ao trabalho, “onde faria melhor se situar em sua falta-a-ser do que em seu ser” (Lacan, 1958/1998, p. 596).

Foi, portanto, a função de quem sustenta/coordena/dirige o trabalho no grupo que pusemos em teste nesta pesquisa. Lacan o nomeou como “mais um” e deve funcionar como agente provocador, semelhante ao método maiêutico de Sócrates, embora não funcione

exatamente como. Afinal, Sócrates tinha o saber que esperava que os discípulos encontrassem por meio do trabalho, e o “mais-um” não tem um saber prévio e, como todo sujeito de desejo, trabalha como qualquer um. Ele está advertido de que caso se coloque no lugar de quem tem o saber que falta aos demais, corre assim o risco de fazer repetir a alienação dos participantes ao discurso dominante, o do mestre. A função daquele que se presta a ser “mais-um” é de fazer com que cada membro do cartel tenha seu traço próprio, valorizado como tal, e só assim pode haver um trabalho que produza um saber novo.

Os alunos³ que estiveram conosco conduzindo o grupo vivenciaram essa posição ético-política, colocando em ato uma escuta clínica que testemunhou a desconstrução do valor do saber técnico-científico, por saber que ele não é capaz de subverter crenças, hábitos e costumes. Demos o devido valor ao saber prático que cada participante pôde trazer da experiência que teve como conselheiro, forçando-os a elaborar algo novo na relação com os conselheiros da outra categoria. Isso nos possibilitou escrever sobre o que aprendemos com essa técnica de intervenção em grupos.

Nossa pesquisa mostrou que o tipo de saber valorizado no interior dos conselhos é um saber técnico e burocratizado, longe de ser o saber da política, compreendida como o exercício da representação democrática dos interesses dos cidadãos. Descobrimos que há entre os trabalhadores a descrença de que sua participação seja capaz de fazer os conselhos exercerem o controle social, enquanto para os usuários é o contrário. Descobrimos também que as relações políticas entre as categorias no interior dos conselhos reproduzem posições de submissão dos usuários às outras duas categorias representativas, porque o saber trazido pelo usuário não ter valor. Os conselhos reproduzem

3 Paula Ângela de Figueiredo, professora responsável pela pesquisa (FIP 2013-2014). Contamos com um monitor bolsista, Edgar Márcio de Freitas Paulino, e duas monitoras voluntárias: Rhayane Medeiros Carmo e Marisa Queiroz Nogueira.

as formas de atuação das câmaras legislativas, com representantes que não conseguem dialogar com suas bases sem trabalhar pelo interesse público.

Já sabemos que as capacitações investem na oferta de conhecimentos técnicos e burocráticos. Embora sejam importantes, têm se revelado como “saberes inócuos”, pois não promovem a mudança de posição subjetiva frente à submissão de uma categoria perante a outra. O conhecimento ensinado nessas capacitações não favorece a democratização dessa instância política tomada pelos interesses dominantes, mantendo assim as mesmas desigualdades na sociedade em geral. Estamos com Foucault (1999, 2003) quando admitimos não ser possível mudar a sociedade sem mudar o micropoder exercido nas relações entre as categorias representativas dos conselhos.

Educação permanente para atuação como agente comunitário de saúde em saúde mental

O projeto de pesquisa e intervenção A Inserção do Agente Comunitário de Saúde na Estratégia de Matriciamento em Saúde Mental: Contribuições para uma Política de Educação Permanente em Saúde Mental, que relatamos aqui, realizou-se entre outubro de 2014 e junho de 2016 no âmbito dos programas PET-Saúde e Pró-Saúde, da PUC Minas Betim. A inserção de 12 estudantes dos cursos de psicologia, enfermagem, medicina e fisioterapia nas práticas de matriciamento em quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS)⁴ da Rede SUS de Betim revelou a necessidade de fortalecimento das agentes comunitárias de saúde (ACS) como ator social importante na execução de uma política de atenção à saúde mental. Assim, esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar a atuação do ACS no âmbito da saúde mental, a fim de contribuir para a educação permanente de caráter interdisciplinar desses agentes, oferecendo

4 Teresópolis, Citrolândia, PTB e Imbiruçu.

subsídios para consolidação de uma pedagogia ativa que contemple o estudo de caso como ponto de partida. Para alcançar esse objetivo, desenhou-se um estudo quantiquantitativo alcançando 338 ACS, por meio de questionário autoaplicável na fase quantitativa, e outras 65 ACS distribuídas em quatro grupos nas UBS nas quais ocorreram as oito Oficinas de Educação Permanente, nas quais se deu a coleta de dados qualitativos. Ao longo do processo, integraram a equipe de pesquisa dois docentes⁵, oito técnicos da Rede SUS⁶, 28 estudantes da graduação e uma ex-aluna de Psicologia⁷, assegurando o esforço da coleta de dados que ainda se encontra em fase de análise e publicação dos resultados. Os dados quantitativos foram sistematizados em planilhas utilizando-se o Excel e, para tratamento estatístico com margem de erro de 3,5%, adotou-se o Stata. Para os dados qualitativos na forma de depoimentos, produções gráficas, imagens e iconográficos optou-se pela análise de conteúdo temática. Os registros e as produções dos quatro grupos de ACS foram reunidos em oito relatórios autônomos para cada uma das oficinas realizadas: (a) Quem somos nós? Por que estamos aqui?; (b) O desafio de viver e aprender em grupo; (c) Processos de saúde/doença: refletindo sobre a saúde mental; (d) Cotidiano da ACS e a saúde mental: casos que me tiram o sono; (e) A práxis da ACS: o saber necessário para fazer melhor; (f) As dimensões do cuidado: de si, do outro e da comunidade; (g) A rede de cuidado no território e fora dele: percursos do sujeito; (h) Sistematização e avaliação.

A política enquanto atividade exclusivamente humana privilegia a palavra e o discurso como instrumentos de inserção na vida coti-

5 Professores Luiz Carlos C. B. Rena (psicologia) e Sandra M. de A. Pinheiro (enfermagem).

6 Gabrielle B. Souza, Gilmar S. Figueiredo, Ionice N. Carvalho, Nilvan J. Baeta, Roberta A. Tavares, Zaíra U. Pereira, Dirley Faria, Rosângela Moraes, Tatiana Carvalho e Valmir Silva.

7 Ingrid A. Ramos.

diana, bem como de participação ativa em processos decisórios com repercussão na vida das pessoas e das comunidades:

a política é a expressão da busca, através da fala, do consenso entre homens diferentes ... concebendo a esfera política retratada pela ágora grega, na qual os cidadãos, através de uma ação comunicativa livre de coerção, buscam o entendimento recíproco, e não o próprio sucesso. (Arendt, 1999, p. 12)

Como lugar de construção de respostas às necessidades dos cidadãos e suas comunidades, bem como dispositivos de execução das políticas públicas, as UBS se constituem em arenas de negociação, disputas e embates entre diferentes atores sociais que compõem esse cenário dos serviços de saúde. Ao eleger as ACS, suas práticas e vivências no âmbito da atenção à saúde mental como objeto desse estudo, pretende-se contribuir para o fortalecimento de um dos polos de uma relação essencialmente política. Referimos-nos às relações de poder que se estabelecem no interior dos serviços de saúde, até mesmo nos grupos de matriciamento das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS). Os dados revelaram que, no âmbito das rodas de matriciamento, o poder se concentra no discurso médico e naqueles que manejam com habilidade os recursos de uma linguagem técnica que exclui dos processos de decisão aquelas pessoas que não compartilham do dialeto científico: *“No matriciamento a gente não participa. Fica dois grupos separados: uns que sabem e outro que não sabe.”* *“Temos muitas dificuldades, pois, muitas vezes nos sentimentos impotentes, são casos complicados que muitas vezes não conseguimos ajudar.”* (ACS, Citrolândia).

No círculo em que parte dos presentes é silenciada, a política como lugar do diálogo, da livre circulação da palavra em busca do bem comum desaparece e impõe-se outra política na qual o discurso técnico-científico impõe-se como legítimo, como o único possível para interpretação do problema e construção da sua solução.

A contradição se evidencia, criando condições para o conflito que muitas vezes permanece latente.

A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes ... entre parceiros constituídos. Diz respeito à própria situação de palavra e de seus atores. Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum (Rancière, 1996, p. 35).

É preciso reconhecer também que a definição de um objeto de estudos por si só se constitui num posicionamento político e nessa investigação a escolha foi pela parte mais frágil dessa relação. As oficinas permitiram a socialização das experiências e a construção de narrativas pelas agentes sobre sua própria prática: *“Para mim uma palavra que une as duas árvores é promoção, para evitar a doença precisa haver ações que promovam a saúde.”* *“Fazemos ações que promove a saúde iremos melhorar a saúde.”* *“Existem muitas doenças físicas mas acredito que atualmente as pessoas estão mais acometidas por questões de saúde mental.”* (ACS, Teresópolis); *“ACS não tem rotina, planeja fazer uma coisa e faz outra, sai de casa e já encontra um que faz uma demanda que precisa ser resolvida e isso pode mudar todo o dia”* (ACS, Citrolândia).

As oficinas estabelecem esse campo de interação pelo diálogo no interior da rotina de trabalho das ACS, mobilizando para a reflexão crítica e interrompendo mero cumprimento das tarefas.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (Freire, 1983, p. 16)

Por essa via da reflexão no âmbito do grupo de iguais que a experiência acumulada por anos de serviços na comunidade transforma-se em conhecimento de si, do outro, do conteúdo e da relevância de sua ação na realidade. Constatou-se que a estratégia mais eficaz de resgatar as práticas das ASC como ponto de partida para construção de conhecimento são os casos concretos de adoecimento psíquico que mais preocuparam: “Nesse método a ênfase está na compreensão, fundamentada basicamente no conhecimento tácito que, tem uma forte ligação com a intencionalidade, o que não ocorre quando o objetivo é meramente explanação, baseada no conhecimento proposicional” (PUC/Minas, 2015, p. 18). As primeiras análises dos dados evidenciam que a metodologia das oficinas reúne os instrumentos indispensáveis para a educação permanente compreendida como construção coletiva do conhecimento em sintonia com as necessidades das ACS e do sujeito que demanda cuidado. A vivência do trabalho em grupo como coletivo de iguais, na dinâmica das rodas com baixo grau de hierarquização, favorece o diálogo e a experiência da alteridade em permanente exercício de respeito à opinião dos outros. A inserção em processos de oficinas amplia a capacidade de escuta e de expressão, convocando o sujeito a formular seu próprio discurso e promovendo o resgate da autoestima: empoderamento. Os depoimentos na última oficina, que teve como foco a avaliação do percurso formativo vivenciado pelo grupo, confirmam essa percepção: *“Aprendemos a lidar com a equipe e também com os usuários.”*; *“Com o grupo a gente conheceu o outro lado do colega.”*; *“Uniu muito o grupo.”*; *“Sempre pode aprender mais.”*; *“Aprendemos com a vivência dos outros.”*; *“Conheceu a história da outra. Mudou a forma de enxergar o outro.”*; *“Mas tem que ter uma metodologia mais acessível. Falar como vocês.”*; *“Fechou com um grupo bacana. Tirou a má impressão. Quebrou o pré-julgamento. Somos um grupo melhor.”*; *“A gente sempre se encontra. Temos até um grupo de Whatshap.”*; *“Mas como agora é difícil!”*

Podemos afirmar que a pesquisa, para além de produzir uma massa significativa de dados, produziu consequências nas duas dimensões pautadas neste capítulo: educacional e política. Mesmo que parciais, as análises dos dados indicam relevância política das ACS no cenário das comunidades e dos serviços de saúde como elementos de ligação com a comunidade e sua indispensável contribuição para compreender o contexto da pessoa que se apresenta em sofrimento psíquico. A experiência das oficinas se tornou referência fundamental para avaliar outros processos de formação já vivenciados, permitindo às ACS formular uma demanda por práticas de educação na saúde menos verticalizadas e mais horizontalizadas, menos passivas e mais dinâmicas, deslocadas da ideia de instrutor e mais centradas no sujeito que aprende aprendendo a conhecer.

Considerações finais

As experiências acadêmicas objeto de reflexão neste capítulo revelam o potencial da articulação entre extensão e pesquisa no esforço de colocar a universidade como corresponsável na consolidação de uma cultura democrática que valorize a participação dos atores sociais historicamente excluídos dos processos de decisão nas várias esferas de convivência, como os serviços de saúde e os espaços de gestão da saúde coletiva. As práticas de pesquisa e extensão aqui analisadas estão alinhadas com a política de extensão assumida pela universidade que preconiza o envolvimento da comunidade acadêmica na produção do cuidado das populações mais vulneráveis e discriminadas por sua condição:

expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares ... A extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa. A extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica. (PUC/Minas, 2006, p. 18)

É necessário multiplicar as ações educativas por meio das quais se pode interferir na cultura, no *modus faciende*, no jeito de funcionar dos conselhos e dos programas de atenção à saúde. Não se trata de reproduzir uma postura de quem impõe uma cultura ao outro, mas criar condições para essa parceria como ato criador da cultura que inclui a todos na tarefa permanente de reinventar o mundo, como afirma Paulo Freire:

Observe-se ainda, a partir dessas relações do homem com a realidade e nela criando, recriando, decidindo, que ele vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade externa. Vai acrescentando a ela algo de que é mesmo o fazedor. Vai temporizando espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo dialético de suas relações com que marca o mundo refazendo-o e com que -e marcado - que não permite a “estaticidade” das sociedades nem das culturas. (Freire, 1963, p. 102)

O momento histórico vivido pelo Brasil, que inclui os riscos de retrocessos em vários setores, sobretudo no setor da saúde, com a fragilização ou desmonte efetivo do SUS, exige a ampliação e aprofundamentos de iniciativas que articulem organizações e atores sociais comprometidos com os valores e princípios do SUS. Para além de uma defesa ideológica legítima que reconheça o SUS como conquista dos trabalhadores e da população empobrecida, é preciso fortalecer a ideia que não há outra resposta que daria conta das demandas de atenção à saúde em seus vários níveis de complexidade da população brasileira como um todo.

Referências

- Althusser, L. (1987). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Graal.
- Arendt, H. (1999). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2003). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freire, P. (1963). Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Estudos Universitários* (Recife), 4, 71-80.

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lacan, J. (1998). A direção da cura e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 89-105). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1958)

Lei n 8142, de 28 de dezembro de 1990. (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). (2006). *Política de Extensão Universitária da PUC Minas*. Belo Horizonte: Autor.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). (2012). *Projeto saúde nos interessa: instituindo um observatório do Controle Social no SUS/Betim*. Belo Horizonte: Autor.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). (2015). *A inserção do agente comunitário de saúde na estratégia de matriciamento em saúde mental: contribuições para uma política de educação permanente em saúde mental*. (Pró Reitoria de Extensão). Projeto de Pesquisa. Belo Horizonte: Autor.

Portaria Interministerial n. 1.802, de 26 de agosto de 2008. (2008). Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET – Saúde (Ementa MS). Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.

INTERVENÇÃO PSICOSSOCIOLÓGICA NO CAMPO DO TRABALHO: PESQUISAR E INTERVIR

Carolynne Reis Barros
Maristela de Souza Pereira
Vanessa Andrade de Barros

O presente capítulo visa à caracterização da intervenção psicossociológica no campo do trabalho. Para tanto, apresenta inicialmente os aspectos centrais para o desenvolvimento desse tipo de intervenção, e descreve a seguir dois exemplos que contextualizam aspectos da prática psicossociológica.

Elementos da intervenção psicossociológica

Apenas recentemente o trabalho, como atividade humana, passou a ocupar lugar de destaque nas pesquisas, reflexões e práticas de

intervenção psicossociológicas, interpeladas por questões referentes ao sofrimento e adoecimento dos sujeitos trabalhadores, aos processos de desqualificação e precarização a que vem sendo submetido e às situações de marginalidade nas quais pode se desenvolver (Amado & Lhuilier, 2012; Carreteiro & Barros, 2014).

No entanto, podemos dizer que a psicossociologia do trabalho no Brasil teve sua origem em importante pesquisa/intervenção realizada no restaurante universitário da UFMG, nos anos 1994/1995, demandada a partir do aumento do número de adoecimento dos trabalhadores com elevado índice de aparecimento de LER (distúrbios músculo esqueléticos) (Lima, Araújo, & Lima, 1998). Precursora de um campo que viria a se desenvolver muitos anos depois, a equipe de pesquisadores (psicólogos, engenheiros, médicos e ergonomistas) trouxe como novidade a preocupação em situar, no centro da investigação, a compreensão da atividade concreta dos trabalhadores, por meio da aproximação do trabalho real.

E esse é, de fato, o ponto de partida e o objetivo da pesquisa/intervenção em psicossociologia do trabalho: colocar a atividade concreta dos trabalhadores no centro das preocupações e compreendê-la sob o ponto de vista dos trabalhadores e do sentido que lhe conferem. Assim, o trabalho real e a experiência dos trabalhadores constituem-se como categorias centrais na compreensão da subjetividade, do desenvolvimento do sujeito e dos processos de sua participação social e configuram-se como um importante eixo da intervenção, com o qual dialogam outros campos disciplinares como a Ergologia, a Ergonomia, a Clínica da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho¹.

Metodologicamente dizemos pesquisa/intervenção, pois no campo da psicossociologia em geral e da psicossociologia do trabalho em particular, a pesquisa se constitui igualmente em uma interven-

1 Essas abordagens são detalhadas em Bendassolli e Sobol (2011).

ção. São inseparáveis. De fato, como ressaltam Carreteiro e Barros (2014), a intervenção em psicossociologia do trabalho possui a pesquisa-ação como método preferencial de investigação, na medida em que possuem o mesmo sentido: uma proposta de pesquisa e um método de intervenção articulados e complementares, buscando produzir conhecimento e mudanças individuais e coletivas. Nesta perspectiva, traz para o ‘coração’ das intervenções a centralidade da atividade e o mundo do trabalho real, o que significa dizer que os processos de intervenção psicossociológicos no campo do trabalho (formal, informal, lícito, ilícito, em organizações e instituições, em meios abertos e fechados) devem ser orientados pela centralidade da atividade, a partir e além da tarefa, da prescrição.

Como ferramentas para a pesquisa/intervenção, classicamente podemos utilizar relatos, entrevistas, grupos de discussão sobre situações de trabalho, filmagens, fotografias, questionários, mas sempre com a abertura para novas possibilidades de uso desse ferramental e de criação de novas modalidades. A observação do trabalho constitui-se em instrumento preferencial, mas, em sua impossibilidade, podemos recorrer a outros dispositivos como, por exemplo, a instrução ao sócia (Oddone & Re, 1994; Oddone, Re, & Briante, 1981).

Importante ressaltar que estas ferramentas/dispositivos devem evoluir com o desenvolvimento da intervenção e devem facilitar a construção conjunta, pelos participantes, de análises sobre a situação-problema. Procura-se distinguir os elementos que pertencem ao contexto de trabalho daqueles que dizem respeito ao sujeito individual, distinguindo também as dificuldades referentes à situação de trabalho daquelas relativas aos engajamentos pessoais, provocando o deslocamento analítico do espaço pessoal para um diagnóstico psicossocial. As ferramentas são singulares, não podendo ser fixadas e padronizadas para o uso em outras intervenções, para serem replicadas; o foco não é dirigido exclusivamente para os resultados, mas também para o processo de produção desses resultados (Carreteiro & Barros, 2014).

Em um processo de intervenção psicossociológica, duas noções são de fundamental importância: demanda e implicação. A demanda pode ser explícita ou implícita (Guienne-Bossavit, 1994). No primeiro caso, refere-se à solicitação endereçada a um profissional da psicossociologia e é relativa geralmente a uma situação-problema, um desejo de mudança, podendo se traduzir de várias maneiras: projetos, crises, planejamentos e reestruturações. Pode vir de um grupo, de uma coletividade, de uma instituição. O segundo caso ocorre geralmente em situações de pesquisa, em que a proposta de trabalho feita a um grupo ou coletivo é oriunda do pesquisador que explicita sua própria demanda. Durante o desenvolvimento da pesquisa percebe-se que a questão objeto da investigação é também objeto de preocupação e geradora de sofrimento nos membros do grupo e a demanda passa a ser conjunta. Em ambas as situações, o que se observa é o sentimento de mal-estar, incômodo e/ou sofrimento.

Amado e Lhuilier (2012), por sua vez, fazem uma importante distinção entre demanda e encomenda. Em termos gerais, o que recebemos em um primeiro momento é uma encomenda de prestação de um serviço especializado - concerne ao ato. Cabe aos profissionais de intervenção transformarem essa encomenda em uma demanda, o que só poderá ocorrer com a participação de todas as pessoas envolvidas, que designarão a situação problema de forma mais aproximativa possível do real.

A implicação, por sua vez, não se concebe sem simpatia e distância (Enriquez, 2001)², o que explicita uma das grandes dificuldades do psicossociólogo: conseguir o equilíbrio entre essas duas dimensões. A simpatia significa o interesse pelo objeto da intervenção, por seus sujeitos, pelas questões que os atravessam individual e coletivamente. O distanciamento pressupõe um sair do fazer para refletir sobre esse fazer. Implicação significa igualmente o engajamento, a respon-

2 Enriquez, E. (2001). *Implication et distance – Les cahiers de l'implication*. Paris. Mimeo.

sabilidade, a subjetividade e a intersubjetividade (Amado, 2013) e é o que vai determinar o tipo de escuta que se terá. É objeto privilegiado da intervenção.

Explicitaremos a seguir dois casos de intervenção que possuem a atividade de trabalho como ponto de partida para a análise e reflexão dos princípios apontados anteriormente.

A formação dos agentes penitenciários em direitos humanos e a produção de reflexões no/do trabalho

O primeiro caso trata de uma intervenção realizada durante os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010, em um curso de direitos humanos destinado a agentes penitenciários/as do Estado de Minas Gerais. O curso, com duração de 40 horas, foi composto por módulos que discutiam, em um primeiro momento, conteúdos relacionados à perspectiva estrutural do sistema prisional e, posteriormente, a questão dos sujeitos no sistema. Embora na construção do conteúdo não fosse abordada a discussão sobre o trabalhador do sistema prisional, nosso percurso buscou amparar-se a todo o momento nas discussões sobre trabalho (Silva, Barros, Almeida, & Barros, 2016). Há duas considerações iniciais a respeito da estrutura do curso: (a) foi um curso que, de acordo com a encomenda da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SEDS), consistiria em mais uma formação em direitos humanos destinada aos agentes penitenciários; (b) o curso foi utilizado pelos diretores como forma de castigo imposto aos agentes por não terem acatado alguma eventual ordem na unidade prisional. Assim, muitos agentes em sala, em um primeiro momento, diziam estar ali por obrigação, cumprindo uma punição.

Historicamente, a perspectiva dos direitos humanos vem sendo apresentada de maneira distorcida no debate sobre o sistema prisional, sendo associada exclusivamente à proteção de presos e familiares e ao ataque aos trabalhadores das prisões. Reafirma-se

assim, um discurso maniqueísta de que os direitos humanos situam uma perspectiva de proteção a alguns sujeitos e ofensiva a outros, o que conseqüentemente impõe um primeiro obstáculo ao ministrar um curso de Direitos Humanos para agentes penitenciários/as. A enunciação de expressões como “*vem para xingar a gente*”, “*já vem os direitos humanos dizer o que temos que fazer*” refletem o que os agentes penitenciários entendem e esperam desse tipo de formação.

Entretanto, a partir da estrutura construída coletivamente pelas professoras e professores do curso, alguns resolveram abordar a temática a partir de um caminho didático e metodológico diferente. Para tal, organizamos os conteúdos de maneira que se relacionassem com a temática trabalho, por entendermos que o trabalho é central na construção de sociabilidades, constituindo “um lugar de destaque na condução de processos de intervenção” (Carreteiro & Barros, 2014, p.101), e que os direitos humanos podem ser uma competência para trabalhar na prisão, instituição produtora de um sofrimento estéril (Hulsman & BernartCelis, 1997) aos presos e trabalhadores. Portanto, a atividade de trabalho foi o centro da intervenção no referido curso em Direitos Humanos.

Nesse sentido, a partir de ferramentas e conceitos das Clínicas do Trabalho (Bendassolli & Soboll, 2011; Lhuilier, 2006), o espaço do curso foi um momento propício para falarem de seu trabalho. Nos relatos sobre como trabalhavam, emergiam situações e contextos de sofrimento causados pela atividade no cárcere. A oferta de um espaço para que pudessem falar e refletir sobre sua atividade laboral foi um dos momentos da intervenção, e ao pensarem sobre esta, compartilhavam também as dificuldades comuns a outros agentes e unidades prisionais. Comparavam suas tarefas, falavam sobre as diferentes funções do agente penitenciário e, principalmente, sobre as conseqüências do trabalho no cárcere. André Lévy (2001) ressalta a importância do grupo como espaço de escuta das demandas:

O acesso a essas demandas e às situações problemáticas em relação às quais elas adquirem sentido se dá de forma privilegiada em situações de interação coletiva, nas quais elas podem ser avaliadas, mobilizadas, transformadas em atos, compreendidas e interpretadas. (Lévy, 2001, p. 115)

Uma característica desta intervenção é que ela aconteceu em tempo real, no tempo e espaço do curso, em função de demandas construídas em cada turma, a partir de uma escuta, que não significou uma postura passiva diante do outro que falava, e sim um caminho para o processo de intervenção. A sensibilidade para o que acontece em tempo real é um componente do “instrumento privilegiado da análise da situação” (Carretero & Barros, 2014, p. 107), ou seja, da implicação. Nesse processo de intervenção, nós também somos atravessadas pelas questões que afetam os sujeitos participantes, e que também qualifica nossa implicação e as demandas que surgem durante o curso. Lévy destaca que:

Fazer emergirem demandas não consiste em adotar uma atitude de escuta passiva simples. De um lado, uma demanda só existe quando escutada por seu destinatário e, de outro, ela é endereçada apenas àquele que se pensa esperá-la e que, de uma maneira ou de outra, a solicitou, quis ou “demandou”. (p. 115)

As demandas dos grupos (as diversas turmas) surgiam a partir da reflexão do seu trabalho. A criação de um grupo virtual de *e-mails*, de abaixo-assinados e de requisições de mudança nas/das condições de trabalho representava a tentativa de protagonizar mudanças na organização. Por outro lado, as demandas evidenciavam condições e situações de trabalho comum a todos os trabalhadores/as do cárcere: a diferença na divisão de tarefas e de funções entre contratados e concursados, a ideia de ausência de rebelião como meta a ser alcançada na instituição, e a indicação política dos cargos de direção das unidades prisionais. Essas questões revelam ainda o quão distante do trabalho e do trabalhador tais práticas estão.

Os trabalhadores falarem sobre seu trabalho no cárcere em um curso de Direitos Humanos foi um primeiro desdobramento da intervenção e condição para a continuidade do processo. Se antes o curso era compreendido como um castigo, nesse momento pôde ser transformado em um espaço de acolhimento e aprendizagem, que possibilitou um olhar crítico sobre os efeitos deletérios do sistema prisional nos sujeitos, sejam os que cumprem pena, sejam os que trabalham nesse sistema.

Seguindo a proposta de fazer uma análise psicossociológica dessa intervenção, destacamos que nós, professoras do curso, tínhamos também uma demanda própria, qual seja, proporcionar um espaço para que o agente penitenciário falasse do seu trabalho e produzir intervenções que conferissem ao trabalhador e ao trabalho lugares centrais no processo de formação e de reflexão sobre a prisão. Portanto, a consonância entre a nossa demanda e a demanda dos agentes foi um fator que facilitou a intervenção em um curso cuja encomenda pautou-se em um conceito de direitos humanos distante do mundo do trabalho. Assim, ao construirmos o curso a partir de orientações teórico-metodológicas das Clínicas do Trabalho, aproximamos a temática dos direitos humanos da realidade concreta de trabalho dos agentes penitenciários.

Grupos com trabalhadoras da enfermagem em um Hospital Universitário

Esse segundo caso aborda uma experiência com grupos de escuta e acolhimento, que teve lugar em uma unidade pediátrica de um hospital universitário de Minas Gerais. A solicitação da intervenção partiu da gerência da enfermagem materno-infantil, responsável pelos setores de UTI neonatal, UTI pediátrica e enfermagem pediátrica, que desejava obter algum tipo de ação junto à equipe, pois a quantidade de atestados apresentados e de dias ausentes do trabalho por parte da enfermagem havia aumentado consideravelmente nos últimos meses. Outros pontos percebidos pela gerência eram que

muitos afastamentos estavam ligados a questões de ordem psíquica/emocional, e que as pessoas que permaneciam desempenhando suas funções acabavam sobrecarregadas por ter que suprir a falta dos colegas e acabavam assim por sofrer intenso desgaste, gerando novos afastamentos.

Inicialmente foi realizada uma primeira reunião entre a gerência, uma psicóloga que atua na unidade pediátrica e uma das autoras, que ofereceu a possibilidade de atender à solicitação, através de um projeto de estágio, no qual uma estagiária da psicologia, sob sua supervisão, promoveria grupos de escuta e acolhimento com trabalhadores/as da unidade, que tivessem interesse em participar. A partir desse encontro, ficou evidente que na situação estavam em jogo diversos tipos de demanda. A encomenda explícita era de um trabalho junto à equipe, que ajudasse a reduzir o absenteísmo, o qual certamente prejudicava o andamento do trabalho e a qualidade dos serviços prestados. Entretanto, a demanda da equipe poderia ser outra, no sentido de que as faltas poderiam expressar necessidades não claramente explicitadas no cotidiano de trabalho. Assim, seria necessário compreender primeiro como eram as vivências objetivas e subjetivas dos e das profissionais na relação com o trabalho, para que as ausências laborais pudessem começar a fazer sentido. Havia também a demanda da psicóloga, que desejava que o problema fosse solucionado, mas sem que houvesse seu envolvimento direto, pois seu trabalho no setor era destinado apenas ao atendimento psicológico de pacientes e familiares. Por fim, havia ainda a demanda da docente, de propiciar a formação de sua estagiária para a atuação profissional, com ênfase no manejo de grupos e na atenção à saúde dos trabalhadores, com um enfoque psicossocial.

A questão da compreensão clara da demanda é fundamental, pois se essa não está bem explicitada, ou se a solicitação formal/encomenda não traduz interesses que possam estar ocultos, a intervenção pode se tornar inócua, ou até mesmo causar mais problemas. Por vezes, podem existir desejos ou pressupostos não colocados aberta-

mente pelo solicitante, mas que certamente emergirão após o início dos trabalhos, para os quais o profissional requisitado precisa estar atento. Assim, no caso aqui retratado, já no início dos primeiros encontros com os grupos³, uma questão que chamou a atenção da supervisora foi o fato de que as participantes (todas mulheres) pareciam usar aquele espaço como uma oportunidade de fazer um tipo de “terapia individual”, mesmo estando em presença de outras pessoas. Uma das ações empreendidas com a estagiária foi no sentido de entender por que as participantes haviam se interessado pela proposta do grupo e quais expectativas possuíam para ele. As respostas apontavam para a busca de algum tipo de ajuda para *dificuldades pessoais* que elas possuíam. Buscou-se então que essas contassem um pouco sobre como havia sido feito o convite para participarem dos grupos, e evidenciou-se que as lideranças haviam dito que seria um espaço *para elas*, para buscarem alívio para as *questões emocionais* que as afligiam.

Nota-se aqui que parecia haver uma expectativa de que os encontros funcionassem como uma espécie de momento catártico para os problemas *individuais* dos membros da equipe, que tendo esse espaço *terapêutico* disponível, conseguiriam resolver suas questões internas, de modo que as faltas não seriam necessárias. O que ficou claro nesse momento foi que poderia haver o entendimento, por parte das chefias, de que as pessoas faltavam por motivos pessoais, em outras palavras por não conseguirem manejar individualmente suas questões internas. Compreendeu-se que a encomenda era de que houvesse uma intervenção “nas” pessoas, que possibilitasse um tipo de “vazão” aos seus conteúdos e problemáticas emocionais, de modo que essas trabalhadoras encontrassem um espaço de elaboração e não se ausentassem do trabalho em virtude dessas questões.

Voltemos agora à demanda da psicóloga do setor. Esta se mostrava sensível à problemática trazida pela gerência, e desejava que o proble-

3

Foram realizados três grupos durante o ano de 2015.

ma fosse resolvido, embora não pretendesse se envolver diretamente com a solicitação. No entanto, a supervisora tinha clareza de que de nada adiantaria colocar alguém externo à equipe para fazer algum tipo de trabalho, se esse fosse algo apenas pontual e descolado da realidade cotidiana dos sujeitos, pois, ao final, as coisas simplesmente continuariam do mesmo modo como eram antes. Se não houvesse o envolvimento efetivo dos membros da equipe, e isso significa não só os sujeitos participantes dos grupos, mas também chefias, gestores e demais profissionais que atuam no setor, nenhum resultado satisfatório poderia ser atingido. Assim, uma condição colocada pela supervisora para realizar a prática de estágio foi que houvesse a participação das psicólogas da unidade nas atividades com os grupos. Isso garantiria o envolvimento do setor de psicologia com as questões trazidas pela equipe, possibilitando que as problemáticas relacionadas ao trabalho fossem vistas e pudessem então ser cuidadas, além de abrir a possibilidade para que outras ações tivessem continuidade após o término do estágio. Definiu-se então que cada grupo contaria com a presença de uma das psicólogas da unidade.

Por fim, tomemos a demanda de formação da estagiária. Um ponto que se colocou já de início foi a necessidade de levá-la a uma melhor compreensão sobre quais são os objetivos de uma intervenção grupal com trabalhadores, no âmbito de uma instituição. Embora houvesse sido feita uma preparação prévia da aluna, com discussão de textos teóricos antes do início dos grupos, a formação para atuação profissional realmente se efetiva através da prática. Nas primeiras supervisões ficou evidente que o viés clínico do curso de psicologia oferecido pela instituição de ensino se fazia presente na sua escuta sobre as questões trazidas pelas participantes e também nas suas intervenções junto às mesmas. Cabe destacar que a conduta das psicólogas que acompanhavam o grupo não aparentava ser diferente.

Buscou-se então que a estagiária direcionasse o foco das discussões nos grupos para as situações do trabalho que eram promotoras de sofrimento e que geravam impactos sobre a saúde física e mental

das participantes. Isso também foi abordado com as psicólogas que acompanhavam os encontros dos grupos, em supervisões conjuntas do estágio. Nesses momentos, a supervisora procurou trabalhar a noção de que o grupo visava possibilitar a troca e o compartilhamento de aspectos relacionados ao dia a dia de trabalho, e que as questões ali trazidas, ainda que fossem referidas sob um enfoque individual, necessariamente estavam atravessadas pelas questões institucionais. Isso era evidente não somente pelo fato de que as participantes eram da mesma unidade (ainda que de setores diferentes) e porque os encontros aconteciam em uma sala dentro do próprio hospital, mas fundamentalmente porque as problemáticas trazidas por elas eram todas ligadas às suas vivências laborais.

A partir desse redirecionamento, emergiram relatos que apontavam que a problemática de fato estava na forma como o trabalho era organizado, o que gerava conflitos nas relações entre chefias e equipe e entre as enfermeiras e técnicas. Além disso, não havia espaços de discussão coletiva sobre as questões de trabalho, o que dificultava a busca de soluções. Esses aspectos promoviam intenso sofrimento nas trabalhadoras. Se o trabalho era difícil, pesado, e promovia embates entre as diferentes categorias, sem que houvesse a possibilidade de diálogo e busca compartilhada por soluções, a alternativa individual mais evidente era a falta.

Tais questões foram levadas para discussão com a gerência e também com a direção geral do corpo de enfermagem do hospital. Nas reuniões ocorridas, buscou-se elucidar que eram as condições e formas de organização do trabalho que acabavam promovendo os afastamentos e que, embora as dificuldades aparecessem no absenteísmo das pessoas, elas traduziam problemas estruturais dos setores ligados à pediatria, e do hospital como um todo.

A intervenção caracterizou-se assim não somente pela realização dos grupos, mas efetivou-se realmente pelo direcionamento dos encontros grupais para a discussão dos problemas relacionados ao trabalho, pelo envolvimento das psicólogas do hospital nesse pro-

jeto e pela realização de reuniões com os cargos hierárquicos mais elevados. Essa compreensão é um ponto chave para que o estágio, e a intervenção grupal, não se constituíssem como uma forma de reprodução do viés individualizante, presente não somente dentro de algumas abordagens da psicologia, mas que se constitui como uma distorção característica de diversas leituras sobre fenômenos sociais da atualidade, posto que, como salientam Blanch e Cantera (2008), cada modo de produção produz um modo de subjetivação correspondente, sendo o indivíduo a forma de subjetivação característica dos nossos tempos, marcados pelo modo de produção capitalista.

Como resultado, a intervenção também surtiu efeito em diversos níveis. No que diz respeito às participantes dos grupos, essas decidiram escrever uma carta, direcionada às chefias, em que apontavam aspectos da organização do trabalho que, a seu ver, necessitavam ser revistos. As lideranças do setor pediátrico, direção e gerência, mostraram-se abertas a aprofundar as discussões, tendo promovido dois momentos com as chefias e a supervisora, para tratar de aspectos da hierarquia e da comunicação interna que impactavam os relacionamentos interpessoais com a equipe. Decidiram também criar um comitê com a participação voluntária de subordinados e chefias, para pensar conjuntamente ações para melhoria dos processos de trabalho. Por fim, há que se considerar que houve também uma intervenção com as psicólogas participantes, tanto por terem sido requisitadas a se envolver com a atividade, quanto pela participação dessas em algumas supervisões, o que auxiliou a reverem seu papel dentro da unidade. A título de exemplo, ao final do trabalho, uma delas manifestou claramente que nunca havia pensado na possibilidade de realizar uma escuta também aos membros da equipe, mas que agora pretendia instituir essa atividade dentro de seu plano de trabalho.

Podemos discutir aqui também a implicação como condição para o desenvolvimento de uma intervenção psicossocial. A condição de participação das psicólogas do setor, colocada para a realização do

estágio, bem como o envolvimento dos gestores (gerente e diretor geral), evidenciam a necessidade de que haja um comprometimento efetivo por parte da instituição com o trabalho a ser realizado. De outro modo, o que se teria seria apenas um tipo de atividade *band-aid*, sem chances efetivas de mudanças nas questões estruturais que estão por trás das manifestações de sofrimento e adoecimento pelos membros da equipe. Há que se destacar ainda que a implicação também diz respeito aos profissionais responsáveis pela condução da intervenção (supervisora e estagiária). Estar implicado significa estar comprometido efetivamente com o trabalho e com as pessoas participantes. A estagiária demonstrou abraçar essa exigência, ao se dispor a conduzir os três grupos, embora inicialmente em seu plano de estágio estivesse previsto apenas um. Da parte da supervisora, destacamos que, ainda que estivesse prevista sua participação apenas indireta, com o decorrer do trabalho foram se configurando outras necessidades, tendo sido necessária a criação de outros espaços, como as reuniões periódicas com as psicólogas, com os gestores, e as discussões ampliadas com o grupo de lideranças. Além disso, a intervenção não foi encerrada com o término do estágio. No momento atual, supervisora e estagiária estão elaborando um texto, para discussão aberta com a equipe e com os gestores, o qual apresenta a síntese das principais problemáticas diagnosticadas durante os encontros e algumas das sugestões de mudança oferecidas pelas participantes dos grupos e/ou percebidas pelas profissionais que conduziram o trabalho. Evidencia-se assim um compromisso com os desdobramentos que podem surgir com o desenrolar da atividade, ainda que esses não estivessem previstos ou contemplados em um primeiro momento.

Para concluir, trataremos brevemente da não replicação, usando um exemplo decorrente dessa experiência. Embora os grupos tenham sido conduzidos pela mesma estagiária e com trabalhadoras da mesma equipe, a configuração de cada grupo e o desenvolvimento dos encontros foram sempre diferentes. Aspectos que marcavam as reflexões em um grupo, como, por exemplo, o fato de não terem um

espaço para a elaboração coletiva da morte de pacientes e os impactos acarretados pelos óbitos na equipe, sequer apareceram em outros grupos. Tais constatações reforçam a noção de que as intervenções de cunho psicossocial, ainda que promovam reflexões sobre aspectos gerais que incidem sobre a coletividade de trabalhadores, são também singulares e únicas.

Referências

- Amado, G. (2013). Implication. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Lévy (Orgs.), *Vocabulaire de Psychosociologie Références et positions* (pp. 384-391). Toulouse: Eres.
- Amado, G. & Lhuilier, D. (2012). L'activité au coeur de l'intervention psychosociologique. *Bulletin de Psychologie*, 65(3), 263-276.
- Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. (Orgs.). (2011). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Blanch, J. M. & Cantera, L. M. (2008). Subjectivación del trabajo en el capitalismo flexible. In A. M. Mendes (Org.), *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão* (pp. 89-101). Curitiba: Juruá.
- Carreiro, T. C. O. & Barros, V. A. (2014). Intervenção psicossociológica. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Sobol (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho* (pp. 101-128). São Paulo: Atlas.
- Guienne-Bossavit, V. (1994). *Être consultant d'orientation psychosociologique*. Paris: L'harmattan.
- Hulsman, L. H. C & Bernart Celis, J. (1997). *Penas perdidas: o sistema penal em questão* (2ª ed.). Niterói, RJ: Luam.
- Lévy, A. (2001). A psicossociologia: crise ou renovação? In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo, & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia. Análise social e intervenção* (2ª ed., pp. 109-120). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Toulouse: Érès.
- Lima, M. E. A., Araújo, J. N., & Lima, F. P. A. (1998). *L.E.R.: dimensões ergonômicas e psicossociais*. São Paulo: Health.

Oddone, I., Re, A., & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor.

Oddone, I. & Re, A. (1994). Le istruzioni al sosia. In P. Tranchina (Ed.), *Portolano di psicologia* (pp. 277-280). Pistoia, ITA: Cooperativa Centro di Documentazione.

Silva, A. P., Barros C. R., Almeida D. T., & Barros, V. A. (2016). Ergologia e direitos humanos: relato de experiência com agentes penitenciários de Minas Gerais. In J. B. M. Pinto & C. R. Barros (Orgs.), *Desafios contemporâneos para os Direitos Humanos e socioambientais: análises multidisciplinares* (pp. 27-38). Belo Horizonte: Instituto DH.

Seção III

Psicologia e direitos humanos

CONFABULAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Claudia Mayorga

Cláudia Natividade

Dalcira Ferrão

Márcia Mansur Saadallah

Neste texto¹, apresentamos confabulações sobre nosso trabalho e militância no campo dos direitos humanos. Com trajetórias e ênfases diversas, nós – Claudia Mayorga, Cláudia Natividade, Dalcira Ferrão e Márcia Mansur Saadallah – apresentamos nossas reflexões sobre a relação entre psicologia social, direitos humanos e política, explicitamos nossas orientações teóricas e metodológicas para abordar a temática e refletimos sobre os desafios da pauta dos direitos humanos no Brasil hoje.

1 Parte das *confabulações* aqui apresentadas ocorreu durante o XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas, na mesa sobre Psicologia Social e Direitos Humanos.

De lugares de fala distintos, confabulamos: Claudia Mayorga é feminista, doutora em psicologia social, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e vem se dedicando ao estudo da desigualdade social brasileira por meio da perspectiva do feminismo e das relações raciais. Busca atuar participando e em diálogo com movimentos sociais, sujeitos e coletivos historicamente subalternizados. É, atualmente, pró-reitora adjunta de extensão da UFMG (2014-2018); Cláudia Natividade é psicóloga, mestre e doutora em Linguística do Texto e do Discurso e, desde 2012, é professora de psicologia social, políticas públicas e psicologia jurídica. O principal tema do seu trabalho são as relações de gênero com estudos sobre saúde das mulheres, masculinidade e violência. É uma das fundadoras do Instituto Albam e, atualmente, é conselheira-presidenta do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), compondo o XV plenário (2016–2019); Dalcira Ferrão é feminista, negra, psicóloga e especialista em administração pública com enfoque em gestão social. Está como conselheira e coordenadora da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do CRP-MG. É militante LGBT, de mulheres e de direitos humanos; Márcia Mansur Saadallah é psicóloga, mestre em Ciências Sociais, professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas, vice-presidenta e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP. Trabalha há 25 anos a partir da psicologia social, tanto no ensino e extensão universitária como em comunidades, políticas sociais, conselhos e movimentos sociais.

Claudia Mayorga: o campo dos direitos humanos é bastante heterogêneo e, embora muitas vezes possamos pensar que o termo e seus significados e usos sejam compartilhados ou consensuados, nos deparamos com posições muito distintas. Algumas que até mesmo se recusam a trabalhar desde essa perspectiva devido ao viés liberal que historicamente marcou a configuração desse campo. Há ainda aquelas perspectivas que vão relacionar os direitos humanos a um aspecto assistencialista e de vitimização de determinados grupos sociais e que se posicionam contra os direitos humanos. Parece-me inegável

que tais controvérsias têm constituído uma arena intensa e tensa em nosso país, onde perspectivas de sociedade, concepções de humanidade e concepções e práticas sobre sujeitos historicamente excluídos como mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e pobres estão em disputa. Penso que temos que fazer uma profunda reflexão sobre a pauta dos direitos humanos no Brasil, hoje. Como vocês analisam essa questão?

Márcia Mansur Saadallah: o momento atual em que se encontra a política institucional brasileira nos coloca grandes desafios de trabalho na perspectiva dos direitos humanos. Estamos saindo de um momento de esforço de investimentos em políticas sociais - intervenções dirigidas à superação da desigualdade social, a partir do reconhecimento e da garantia de direitos - para um momento de precarização e perdas de direitos. Momento em que a pressão de setores econômicos, sociais e políticos para a promoção de reformas na direção do “Estado mínimo” ganha força, e no qual assistimos ao fortalecimento do conservadorismo. As desigualdades de gênero explicitadas através do machismo, patriarcado, misoginia; as desigualdades raciais expressas no racismo; as desigualdades sexuais presentes na homofobia, transfobia, lesbofobia; as desigualdades étnicas assistidas no genocídio indígena, no não reconhecimento de direitos de propriedade; e as desigualdades geracionais presentes no genocídio da juventude negra e pobre são exemplos dos desafios que enfrentamos. A intolerância à diferença é cada vez mais forte, levando as maiorias populares (Martín-Baró, 1996) e minorias sociais à exclusão e desrespeito em seus direitos básicos e fundamentais. A Psicologia não pode se calar diante desse contexto.

Dalcira Ferrão: concordo com a Márcia. A pauta em que mais trabalho tem sido de gênero e diversidade sexual e esta tem sido atacada diretamente quando pensamos em direitos humanos. Compreender tais pautas enquanto urgências para as políticas públicas é entender que não podemos mais fechar os olhos para os sujeitos em sua dimensão biopsicossocial. Temos enfrentado tempos em que os

poucos direitos conquistados nesse campo têm sido perdidos e não temos conseguido espaço para avançar em novos direitos. Direito ao corpo (valendo tanto para as mulheres, quando pensamos no direito ao aborto, para a população LGBT, no que se refere à sua sexualidade, como para as pessoas trans, pelo direito a iniciar a transição sem serem consideradas doentes), à manifestação de afetos, pelo direito de existir e de amar quem quiser. Temos visto um extermínio da população LGBT no Brasil, principalmente da população travesti e trans, sem ainda que o poder público atente para essa demanda enquanto uma pauta prioritária, que seja revertida em políticas públicas para essa população. Há tempos a discussão da sexualidade rompeu os muros de “isso você pode viver dentro de quatro paredes”, passando a se tornar assunto da esfera pública, na medida em que não garante direitos iguais para todas e todos, sem distinção. E é esse o incômodo que os direitos humanos trazem – de pensar em todas e todos, de lutar por um mundo pautado em princípios como universalidade, igualdade, equidade, justiça... É pensar um mundo onde as desigualdades de poder e econômicas não se expressem de maneira tão violenta. É não perder o ser humano como foco principal!

Cláudia Natividade: é mesmo muito complexo. No Brasil de 2017, estamos vivendo uma polarização de grupos de interesses e uma guerra discursiva desigual fomentada pela mídia tradicional. Digo desigual porque a manipulação discursiva não é novidade na nossa história e, mesmo hoje, com vários outros canais de comunicação de massa como as redes sociais, que alcançam uma quantidade imensa de pessoas, estamos vivendo distorções de valores e moralidades. Com este cenário, é claro que o que se entende por direitos humanos está sendo relativizado de forma perigosa, pois há interesses hegemônicos ligados especialmente ao capital que enfraquecem as lutas, representando, por exemplo, os direitos adquiridos como privilégios, numa clara lógica neoliberal. Numa sociedade desigual como a nossa, discursos liberais são extremamente perigosos, pois nossas relações não foram e não são minimamente construídas com

base no reconhecimento das diversas posições dos sujeitos e seus potenciais de ação de construção de uma sociedade. Somos ainda uma sociedade machista, racista e classista, e esses sistemas colocam como “autorizados” somente alguns sujeitos, que são homens, brancos e ricos. A Psicologia vai na contramão dessa forma de significação dos sujeitos e suas posições, pois entende que todo humano deve ser integrado no sistema de relações sociais de forma equitativa, garantindo, sobretudo, as diferenças e corrigindo as desigualdades.

Claudia Mayorga: fico pensando como é um grande desafio falar sobre os direitos humanos no Brasil hoje sem sublinhar que somos um país marcado por uma história de muito autoritarismo. Quando olhamos para a nossa história colonial, nos deparamos com um país que vem se organizando e se estruturando em eixos de violência e violação muito complexos e que marcam diversas dimensões de nossas vidas. Complexos porque estão imbrincados e naturalizados nas práticas institucionais, na cultura brasileira, na compreensão que historicamente construímos sobre nós mesmos. A ideologia de que somos um povo cordial, amável e alegre mascara que nos constituímos como país por meio de muita violência, estupro, extermínio e, por que não explicitar, práticas genocidas. Pensemos no mito da democracia racial. Com toda a crítica que ativistas e intelectuais negros e negras e atuantes na luta antirracista fizeram e seguem fazendo a essa ideia de que fomos e somos o país da convivência pacífica entre as diversas culturas e raças, mascarando e invisibilizando o racismo constitutivo do Brasil, a atuação sistemática das elites e do Estado brasileiro segue sendo marcada por práticas segregacionistas, de exclusão, subalternização e desqualificação de diversas experiências. Negros e negras, LGBTQs, mulheres, indígenas são, quotidianamente, abordados e produzidos como não humanos. Gosto muito de lembrar de uma reflexão que Hamilton Borges, do *Movimento Reaja ou será morto; Reaja ou será morta*, faz sobre o que o Estado brasileiro fez após a abolição da escravidão. Ao invés de produzir um código de direitos, produziu um código penal, no qual a caracterização da

criminalidade e marginalidade se associa quase que naturalmente à raça negra. Tais lógicas de desumanização não são coisas do passado, mas do presente! De fato, precisamos pensar qual nosso papel na reprodução, mas sobretudo na transformação dessa realidade. Como vocês analisam essa relação entre psicologia social, direitos humanos e política?

Dalcira Ferrão: percebo que há uma relação indissociável entre psicologia social, política e direitos humanos. A psicologia social vem para se aproximar ainda mais da realidade social e pensar as inter-relações entre os sujeitos e suas coletividades. Ela busca construir uma *práxis* que comunica com a realidade social, na medida em que se aproxima do contexto em que se propõe intervir, dando vez e voz para aqueles/aquelas que muitas vezes estão à margem de espaços de poder e de escuta. Pensar a interface da psicologia social e os aspectos sociológicos da humanidade é abordar a dimensão política dos grupos, e, claro, comprometer-se socialmente com tais problemáticas. E, nesse sentido, o olhar dos direitos humanos e seu compromisso social vêm ao encontro da garantia de direitos e de cidadania de grupos ditos minoritários. A psicologia social implica-se em questões e dimensões psicossociológicas e suas relações, contextualizando-as sócio-historicamente, ao invés de buscar explicações dos fenômenos sociais.

Cláudia Natividade: sim! Seguindo a inspiração de Martín-Baró (1983, 1989), acredito que a psicologia social deve conduzir a uma psicologia política no seu sentido mais visceral. Nesse sentido, a luta pelos direitos humanos é a base de nossas práticas, pois sabemos como processos de reconhecimento, participação e representação sociais são fundamentais para as coletividades e os sujeitos. São extremamente danosos para as subjetividades os sistemas de opressão, humilhação, violência, intolerância e outros conteúdos que não reconhecem os potenciais dos sujeitos como livres e ativos. Assim, psicologia e a luta pelos direitos humanos se ligam de forma peculiar e, segundo Martín-Baró (1989), sempre há um perigo nessa mescla

entre ciência e ativismo, mas é melhor errar para mais do que para menos, pois fazemos uma psicologia contextualizada, ligada com os problemas sociais de nosso povo latino-americano que, obviamente, é muito singular e atravessado por questões sociais tão tocantes. O mais importante aqui, para desmistificar todo esse núcleo conceitual, e é o que percebo que confunde muito as/os profissionais de psicologia, é entender que falar de sociedade e luta por direitos humanos não é se afastar das questões dos sujeitos. Essa leitura errônea parte ainda de uma visão de cisão entre sujeito e sociedade de forma que um pudesse viver e existir independentemente do outro. Quando a psicologia social se afirma como direcionada pelos direitos humanos, ela busca uma fórmula integrativa do fazer profissional, ou seja, considerando o sistema diverso e cambiante de relações e subjetividades.

Márcia Mansur Saadallah: essa pergunta é muito importante. Partimos do pressuposto de que política está relacionada às questões públicas, que envolvem interesses coletivos que são construídos a partir da interação do sujeito no espaço público e de sua relação com o contexto social. Nessa convivência no espaço público se encontram múltiplos aspectos da vida, permeada por condições objetivas, sociais e políticas e, ao mesmo tempo, por subjetividades construídas na relação com essas condições. A Psicologia social se interessa pela compreensão dessas dimensões envolvidas nas questões políticas. Ela compreende as demandas da realidade social a partir de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais. Dessa forma, a Psicologia social latino-americana se debruça nas questões contemporâneas que atravessam o contexto da América Latina, como minorias sociais, exclusão, desigualdade, violências e preconceitos diversos. Ela acredita na construção de um saber psicológico historicamente construído que se mostre capaz de compreender e contribuir para sanar os problemas que atingem as maiorias populares e oprimidas. Para Martín-Baró, a construção teórica em psicologia social deve emergir dos problemas e conflitos vivenciados pelo povo latino-americano, de forma contextualizada com sua

história (Martín-Baró, 1996). Assim, a produção do conhecimento deve ser contextualizada, participante e co-construída por pesquisadores e atores sociais, como forma de contribuir para a solução dos problemas sociais que vivenciam, transformando sua realidade social. Para isso, acredita na participação social e política, tanto das/os psicólogas/os quanto de outros atores sociais; na construção da emancipação e autonomia dos sujeitos; nos posicionamentos políticos e ideológicos a favor dos direitos sociais e humanos.

Claudia Mayorga: penso que uma posição que defenda e busque atuar em prol dos direitos humanos deve ser orientada para desenvolver ferramentas teóricas, metodológicas, epistemológicas e políticas para atuar e transformar tanta desigualdade. Uma grande desconstrução teórico-prática. Essa desconstrução começa por nós mesmas: é preciso identificar e reconhecer que somos socializadas e educadas para reproduzir essas desigualdades, que também aprendemos a compreendê-las como naturais e que em vários momentos nos silenciemos diante de tanta violência – a que sofremos e a que presenciamos. Esse reconhecimento não quer dizer ficarmos fixas em sentimentos de culpa ou em pseudossolidariedades, mas agir concretamente sobre nós mesmas. Um outro sentido dessa reflexividade refere-se ao exercício crítico dentro da psicologia e também da psicologia social. Historicamente esses foram campos do conhecimento que se constituíram como saberes da vida privada ou que buscaram privatizar e individualizar a compreensão sobre as desigualdades em suas diversas faces. Não, o racismo não é problema de quem sofre o racismo; a violência sexual não é culpa da mulher que possui inclinações ao masoquismo (*sic*), mas são problemas que operam na articulação indivíduo-sociedade e que não podem ser reduzidos a explicações exclusivamente psicologizantes ou focados exclusivamente na análise da estrutura ou sistema social. Assim, vejo que a construção dessa posição crítica vai muito além de um compromisso social, mas exige uma autocrítica continuada: de nós mesmas, das nossas teorias e ferramentas. Como vocês têm trabalhado com essas

questões? Quais têm sido suas referências teóricas e metodológicas para o trabalho com direitos humanos?

Cláudia Natividade: em 1998 ajudei a fundar o Instituto Albam, aprofundando, assim, minha trajetória na psicologia social com intervenções em grupos e comunidades, sempre articulada à lógica dos direitos humanos e, especialmente, direitos das mulheres. No Instituto Albam tive a oportunidade de criar e organizar uma metodologia de intervenção em grupo de homens autores de violência contra as mulheres. Esse trabalho é referência em Minas Gerais e foi embasado por lógicas e técnicas feministas e de gênero. Para mim, uma das metodologias mais desafiadoras dentro da psicologia social é o manejo de grupos. Tenho trabalhado com esse método em comunidades, dentro de políticas públicas e em meus campos de estágio, incentivando profissionais e gestores dos serviços a implantarem e/ou potencializarem as intervenções por meio de práticas de grupos. E eles são uma potência incontestável nos serviços de políticas públicas. Muitas vezes me deparo com profissionais dos campos de trabalho e também com minhas/eus alunas/os receosos em manejar grupos; no entanto, quando se expõem à experiência, voltam a mim maravilhadas/os. Um grupo é um microcosmo. Tudo acontece ali, e a possibilidade de conversar abertamente, em sigilo e confiança, sobre um tópico de discussão, produzir uma ou várias sínteses em um encontro de grupo é algo que potencializa o espaço da intersubjetividade. Então, sejam os grupos em formatos permanentes e fechados ou intermitentes e abertos; operativos, reflexivos ou em forma de roda de conversa; focados em uma tarefa ou com discussões múltiplas, eles representam um grande potencial a ser explorado e ideais para se trabalhar com a dimensão dos direitos humanos. Digo isso porque o exercício do grupo supõe aprender a ouvir meu semelhante, tão diferente de mim, mas não desigual; concordar, discordar e continuar a conversa. O manejo profissional dos grupos se relaciona com um “trazer à tona” todos esses elementos, lidos enquanto relações de poder. Assim, os conceitos de poder e ideologia são essenciais

no manejo das práticas de grupo e tomam centralidade nas intervenções pautadas por uma psicologia social crítica.

Dalcira Ferrão: trabalho com a perspectiva dos direitos humanos há cerca de 12 anos, atuando ativamente com movimentos sociais, principalmente os que dizem respeito à luta LGBT, de mulheres e enfrentamento às violências. A Psicologia Social, por ser de natureza interdisciplinar, propicia que em minha prática profissional eu busque a interlocução entre as reflexões feministas, os teóricos da pauta LGBT e a intervenção psicossocial. Através da minha atuação, venho percebendo a construção de conhecimento a partir de uma perspectiva psicossocial na clínica, na medida em que considero a autogestão das coletividades; a emancipação e autonomia dos sujeitos; a participação e envolvimento dos mesmos em seus processos psicoterápicos, buscando ainda articular as redes de políticas públicas e sociais. Busco também fazer um diálogo com a psicologia comunitária e com as políticas públicas, em parceria com os movimentos sociais.

Márcia Mansur Saadallah: inicialmente, gostaria de marcar de que lugar estou falando. Falo como conselheira do CRP: instituição que regulamenta a atuação de psicólogos, lugar de representação da categoria, que assume identidades, bandeiras, ideologias, posições e modos de atuação distintos, a partir das pessoas que lá estão, das ideologias que norteiam a direção política dada pela instituição. Falo também como participante da ABRAPSO, associação política importante na construção de uma psicologia social crítica que, como toda instituição, traz em si ideologias, posições, concepção de sociedade e sujeito, a partir de sua história, mas que também assume características distintas a partir dos grupos políticos, posicionamentos e experiências pessoais presentes nela. Pensando na Psicologia Social, essas duas instituições, apesar de suas especificidades, têm muito em comum. As ações, pensamentos, diretrizes, crenças políticas e ideológicas se encontram em muitos momentos. As concepções, fundamentos, princípios e diretrizes que estão presentes na psicologia

social e que embasam e permeiam as ações do CRP passam pela defesa intransigente dos direitos humanos e luta por sua garantia. Defendemos formas inclusivas de convivência em sociedade. Posicionamos-nos de forma contrária às práticas segregadoras e punitivas e às ações higienistas e privativas de liberdade. Para isso, nossas ações são pautadas na visibilidade, defesa dos direitos, ações de reconhecimento e de participação de grupos minoritários em nossa sociedade, a partir de temáticas variadas: gênero, raça e etnia, diversidade sexual, idosos, juventude, minorias religiosas, entre outras. As ações acontecem de diversas formas: posicionamentos políticos e denúncias de situações de violações de direitos; mobilizações da sociedade; envolvimento político das/os psicólogas/os; participação em instâncias de controle social; participação na construção das políticas públicas/articulação com o Estado (saúde, assistência social, criança e adolescente, mulher); investimento na participação social e nos processos coletivos (participação em conselhos, fóruns e outras instâncias de controle); emancipação e autonomia dos atores sociais, minorias sociais, articulação com movimentos sociais diversos, fortalecimento dos usuários nas instâncias de controle social, militância em vários setores (usuários de saúde mental, egressos do sistema penitenciários, índios, população de rua).

Claudia Mayorga: no meu trabalho, a psicologia comunitária, a pesquisa-intervenção e o feminismo descolonial têm sido orientações centrais. No Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes que tenho coordenado na UFMG, temos discutido muito sobre nossas posições ético-políticas nos trabalhos desenvolvidos. Um primeiro aspecto é que, nos últimos 10 anos, temos buscado implementar políticas de ação afirmativa. Os/as pesquisadores/as no núcleo são mulheres negras, LGBTQs, de trajetórias populares que têm nos feito pensar profundamente sobre a importância da democratização do acesso à universidade: aqueles/as sujeitos que historicamente foram abordados como objetos pela ciência e conhecimento acadêmico se encontram agora na posição de sujeitos e autores do

conhecimento. Esse não é um deslocamento simples, mas ele é de uma forte potência com efeitos epistemológicos e políticos muito importantes. Segundo, a insistência em produzir conhecimento em diálogo com os sujeitos dos movimentos sociais ou com aqueles que vivenciam diretamente os problemas que pretendemos analisar e enfrentar tem nos feito viver situações, dilemas e tem nos mobilizado para uma posição inventiva. Inventar a psicologia, a ciência, a sociedade e a nós mesmas. Isso tem toda a relação com os direitos humanos.

Dalcira Ferrão: é um grande desafio para a psicologia social, mas não podemos perder nem a alegria, nem a esperança!

Referências

- Martín-Baró, I. (1983). *Acción y ideología: psicología social desde Centroamérica*. Colección Textos Universitarios, Série Psicología, Vol.1. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: Psicología Social desde Centroamérica*. Colección Textos Universitarios, Série Psicología, Vol.10. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 12(1), 7-27.

OS CUIDADOS À SAÚDE DOS USUÁRIOS DE DROGAS EM PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL: CONQUISTAS E DESAFIOS DEZ ANOS APÓS A NOVA LEI DE DROGAS

Marcelo Dalla Vecchia

Telmo Mota Ronzani

Bruno Logan Azevedo

Recentemente, a discussão do tema ‘drogas’ tem voltado à agenda pública, capitaneada principalmente pela chamada ‘epidemia do *crack*’. Sabemos também que não é novidade a utilização de recursos discursivos para produzir controle, opressão e exploração de grupos específicos no campo das drogas. Exemplos históricos são a Guerra do ópio, quando foram assassinadas milhares de pessoas com fins econômicos, revestida de um discurso de controle de saúde pública

(Carneiro, 2010). Outro exemplo claro é de como o tema entra nas questões geopolíticas da América Latina. Dentro da perspectiva de guerra às drogas, regiões foram classificadas como produtoras e consumidoras. Assim, era necessário combater a produção das drogas e territórios foram invadidos, ocupados e milhares de pessoas na região foram e ainda são assassinadas em nome dessa guerra, que sempre teve o objetivo de dominar e controlar belicamente sobre países periféricos (Boiteux, Chernicharo, & Alves, no prelo)¹.

Portanto, a repressão e o combate às drogas, bem como a produção do medo entre a população, apresentam fortes conotações de exploração, eliminação de grupos sociais específicos, além da geração de lucro, seja pelo tráfico, seja pelo comércio legal de drogas (Ronzani, 2014). Neste sentido, o cultivo, a comercialização e o consumo e todas as suas significações apresentam um importante substrato social.

Primeiramente, podemos considerar que houve uma transposição da função da droga na sociedade, de um fim ritualístico/medicinal/religioso para um contexto de recreação (Carneiro, 2010; Ronzani, 2014). Com essa transposição de finalidade, foi verificada uma produção em larga escala e maior diversidade de drogas, cenas de uso e formas de consumo. Sendo assim, as drogas se tornaram um importante produto dentro da sociedade de consumo. Como resultado, temos ainda o mercado das drogas (legais e ilegais) como um dos mais lucrativos do mundo (Ronzani, 2014).

Atrelados ao mercado do consumo em si, acrescentam-se outros 'consumos' como, por exemplo, a exploração de imagens femininas como corpos a serem usufruídos nas propagandas de cerveja ou mesmo da imagem de 'masculinidade' fortemente associada ao ma-

1 Boiteux, L., Chernicharo, L. P., & Alves, C. S. Direitos humanos e convenções internacionais de drogas: em busca de uma razão humanitária nas leis de drogas. In M. Dalla Vecchia, T. M. Ronzani, F. S. Paiva, C. B. Batista, & P. H. A. Costa (Orgs.), *Drogas e direitos humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. Porto Alegre: Rede Unida. (no prelo)

chismo (Noto, Opaleye, Locatelli, & Ronzani, 2013). É importante ressaltar que o mercado das drogas faz parte de um processo muito mais amplo de constituição social, baseada na produção de necessidades voltadas para um prazer descartável e superficial. Sendo assim, o consumismo de drogas é mais uma mercadoria, dentre várias outras estimuladas dentro de nossa sociedade.

As políticas de drogas como legitimadoras de processos de exclusão

O consumo e os problemas relacionados ao uso de drogas não são privilégio de grupos ou classes sociais específicas (Carlini & Galduroz, 2007). Por outro lado, sabemos que entre as populações vulneradas as cenas e os impactos desse consumo são diferenciados (Ronzani, Costa, Paiva, Cruvinel, Formagini, & Medeiros, 2016).

Não é coincidência, por exemplo, que o consumo de bebidas alcoólicas em determinados contextos seja altamente estimulado e socialmente aprovado. Além disso, cada vez mais temos drogas que são colocadas como a solução de problemas como depressão, estresse, irritabilidade e fadiga² as quais são comercializadas por grandes conglomerados farmacêuticos. Em outra direção, observamos a percepção do uso e dos usuários de *crack* como aberrações e causas de mazelas sociais, dando ao usuário o *status* de subumano, ligado à pobreza, ao contexto de rua e ao fracasso individual (Silveira, Casela, Monteiro, Freitas, & Machado, 2016).

Um dos impactos mais claros dessa situação é o resultado direto da atual Lei sobre Drogas, a Lei n. 11.343/2006 sobre o nosso sistema carcerário. Dados do Levantamento Nacional de Informações

2 Para além dos benefícios terapêuticos de alguns psicofármacos, que podem ser de grande valia no tratamento de alguns transtornos mentais, a crítica aqui está muito mais numa leitura automática e superficial de alguns sintomas, sem considerar que são resultados de uma resposta a um sistema social altamente opressor, injusto e produtor de doenças de diversas ordens.

Penitenciárias (Ministério da Justiça, 2016) demonstram que o Brasil vem aumentando a cada ano sua população carcerária, sendo hoje a quarta maior do mundo e que 46% dessa população são provenientes da aplicação da referida Lei. Ao analisarmos a população encarcerada pela Lei, fica claro o recorte de classe e raça. Sabemos que há previsão de diferenciação entre usuário e traficante, com penas de reclusão para o traficante e de penas alternativas para o usuário. Sabe-se, porém, que a qualificação desse crime passa por critérios altamente subjetivos.

A pesquisa de Luciana Boiteux (Rodrigues, 2006), que realizou a caracterização de pessoas presas por crime de tráfico de drogas, demonstrou que a grande maioria é negra e de classe socioeconômica baixa. Trata-se de pequenos traficantes que não apresentavam antecedentes criminais e não tinham posse de arma no momento do flagrante. A punição vinculada ao uso de drogas com forte recorte de classe e raça é algo historicamente presente em nosso país, desde o tempo da escravidão, onde negros tinham punições diferenciadas dos brancos (Petuco, 2016) mesmo na pós-abolição, quando foi escrito o Código Penal com previsões de punições específicas para os ‘ébrios, vagabundos e capoeiras’ (Pontes, 2017).

Qual é a tendência mundial?

Vários países e até mesmo organismos internacionais que historicamente defendiam a repressão como ‘solução’ para o problema têm questionado a estratégia de Guerra às Drogas, afirmando que esta abordagem falhou e gerou uma série de impactos negativos para pessoas, grupos e até países United Nations for Drugs and Crimes (UNODC, 2016). Apesar de termos ainda vários países resistentes à mudança e com sério desrespeito aos tratados internacionais de Direitos Humanos, a tendência mundial é a implementação de ações e políticas públicas baseadas na descriminalização do uso e do comércio de drogas. Essa mudança se baseia principalmente no fato

de que, embora a maior repressão e a criminalização do uso, houve um movimento no que diz respeito ao aumento de consumo de drogas em todo o mundo e às consequências negativas do consumo, sobretudo a criminalização, tais como o aumento de mortes vinculadas ao tráfico e a população carcerária no mundo (UNODC, 2014).

Vários países vêm discutindo a proposta da regulação ou legalização do comércio ou consumo de drogas. A regulação se difere de maneira importante da liberação, muito mais relacionada ao descontrole e desregulamentação das regras de cultivo, produção, comercialização e consumo de determinadas substâncias, fato que muitas vezes acontece em países ou regiões que proíbem de uma forma desregulada toda essa cadeia e deixam por conta do mercado lícito ou ilícito definir suas próprias regras ou sanções.

Desta maneira, é importante esclarecer que a defesa de descriminalização e da regulação de todo processo está muito mais vinculada a uma concepção racional e equilibrada para lidar com tal questão e atrelada às possibilidades de uma abordagem e formulação de políticas inclusivas. Estas, por sua vez, têm como base os direitos humanos e estão relacionadas a um olhar das questões macrossociais que pode repercutir na micropolítica e no dia a dia de toda a cadeia de produção/consumo.

Os cuidados à saúde dos usuários de drogas: conquistas e desafios

As crescentes críticas ao fracasso do paradigma de ‘guerra às drogas’ não impedem que os marcos do proibicionismo internacionais, dos quais o Brasil também é signatário, permaneçam vigentes. Historicamente, isso tem levado os países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) a dedicar parte substancial de seu orçamento no campo de álcool e outras drogas para as ações de segurança pública (Passos & Souza, 2011).

Pessoas com problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, foram clientela cativa dos hospitais psiquiátricos instalados no país desde meados do século XIX. O Código Penal Republicano de 1890 previa penas para quem comercializasse ou fizesse uso de substâncias tidas como ‘venenosas’, sendo o ‘tratamento compulsório’ um dos mais corriqueiros para a ‘dipsomania’ (Santos & Oliveira, 2012). O tipo de serviço em que este tratamento deveria ocorrer vai sofrer mudanças com o surgimento, no início do século XX, dos sistemas de previdência social para determinadas categorias de trabalhadores: os trabalhadores com carteira assinada que têm problemas devido ao uso de álcool e outras drogas acessam hospitais psiquiátricos conveniados e clínicas de recuperação privadas; aos trabalhadores sem carteira assinada, desempregados ou sem condições de arcar com o pagamento do serviço restam casas de recuperação e comunidades terapêuticas beneficentes ou filantrópicas, frequentemente de cunho religioso (Delgado et al., 2007).

O processo da Assembleia Nacional Constituinte, que logrou constar no Art. 196 da Constituição Federal de 1988 o direito à saúde com acesso universal e igualitário a todos os cidadãos, levou à unificação dos sistemas de saúde e previdência social no provimento de programas e ações de saúde, sem distinções do público a ser atendido (Paim, 2009). Ainda que notabilizado como uma das mais generosas e abrangentes políticas sociais da história dos Estados modernos, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um processo em construção, eivado de interesses contraditórios, tais como a predominância do caráter estatal ou privado/filantrópico da oferta assistencial.

Na defesa do caráter público do SUS engajaram-se também movimentos sociais, dentre eles a Luta Antimanicomial, que agregou não somente técnicos e profissionais como também os próprios usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares na defesa dos direitos humanos e da cidadania das pessoas em sofrimento mental (Lüchmann & Rodrigues, 2007). Este processo, cuja expressão em termos das políticas de Estado consiste no que vem sendo denominada

Reforma Psiquiátrica Brasileira, teve conquistas inegáveis: redução do número de leitos psiquiátricos em instituições com características asilares, crescimento do número de serviços extra-hospitalares substitutivos ao hospital psiquiátrico, constituição de equipamentos voltados para a oferta de alternativas de moradia e de geração de trabalho, renda, etc (Pitta, 2011).

A inclusão das demandas das pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas nas bandeiras da Luta Antimanicomial, bem como no cotidiano dos serviços substitutivos de saúde mental, ocorreu tardiamente (Vasconcelos, 2010). É preciso reconhecer, porém, avanços e conquistas decorrentes das lutas de atores sociais envolvidos no campo, levando à garantia de financiamento público para: (a) realização de levantamentos de dados acerca do consumo de álcool e outras drogas de base populacional com diversos públicos e abrangência nacional; (b) ampliação da oferta de cursos de formação continuada no campo de álcool e outras drogas, presenciais e à distância, voltados para trabalhadores das políticas públicas, lideranças comunitárias, monitores de comunidades terapêuticas, operadores do Direito e comunidade escolar; (c) implantação de novos tipos de serviços no âmbito das políticas públicas de saúde (consultórios de rua, unidades de acolhimento etc.) e assistência social (serviço de abordagem social na rua, centro pop etc.) para promover o acesso de pessoas historicamente alijadas dos cuidados em saúde, inclusive usuárias de álcool e outras drogas.

No entanto, persistem várias contradições que consistem em obstáculos para avanços mais significativos na atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas. Por um lado, conforme exposto anteriormente, a persistência de uma abordagem fatalista acerca do consumo de álcool e outras drogas, como se o consumo de tais substâncias inertes fosse inerentemente perigoso, caudatário sociocultural da vigência do paradigma proibicionista. Por outro, a hegemonia de uma cultura assistencial calcada na abstinência como condição, meio e finalidade do tratamento e da reinserção social (Queiroz, 2001).

Acerca da hegemonia do paradigma da abstinência, existe um contraste entre as ações pautadas pela redução de danos e aquelas voltadas à prevenção da recaída e do controle da abstinência nas esferas do tratamento e da reinserção social. Vale registrar, nesse sentido, que a perspectiva de redução de danos não nega que, para algumas pessoas, a abstinência do uso de álcool e outras drogas possa vir a ser desejável. Não obstante, é levado em conta o fato de que programas de tratamento de alta exigência, ou seja, que demandam a cessação imediata do uso como critério para a inclusão no tratamento, podem não ser apropriados para todas as pessoas. Há pessoas que desejam cessar o uso de suas drogas de preferência mas não querem fazê-lo imediatamente, que almejam cessar mas ainda não conseguem, e que não querem cessar; podem, porém, alcançar uma melhor qualidade de vida mantendo um padrão de uso menos arriscado (Santos, Soares, & Campos, 2010).

No caso brasileiro, nota-se dificuldades para a incorporação da perspectiva da redução de danos nos serviços que executam políticas públicas no campo de álcool e outras drogas, ao passo que organizações não governamentais e outras iniciativas da sociedade civil, como o ResPire, têm desenvolvido experiências dignas de nota (Carvalho & Pellegrino, 2015).

ResPire: redução de danos em contexto de festa

O objetivo do ResPire é auxiliar no gerenciamento de riscos e redução de danos, estimulando o conhecimento em torno do uso de drogas psicoativas, autocuidado e reflexão sobre este uso, executando ações de campo em festas universitárias, bailes *funk* etc.; contudo, suas ações ocorrem predominantemente em festas *rave*. O projeto executa também debates, palestras, formações e oficinas em congressos.

O ResPire foi desenvolvido pelo Centro de Convivência É de Lei e suas ações tiveram início em abril de 2011. O projeto foi financia-

do por um edital do Ministério da Saúde até junho de 2012. Após este período, o projeto vem se mantendo através de contrato direto com organizadores que possuem interesse em ter este serviço em suas festas.

O projeto conta com uma equipe de redutores de danos multiprofissional, composta por psicólogas(os), enfermeiras(os), biólogas(os) entre outros. Boa parte da equipe faz parte da cena da música eletrônica, o que facilita bastante a aproximação com os usuários no sentido de que o grupo conhece a linguagem do contexto em que trabalha. Os símbolos e seus significados fazem parte da linguagem comum, partilhada pela equipe e pelo público atendido pelo projeto. Por se tratarem de ações, público e substâncias muito específicas, é importante que o redutor de danos passe por uma boa capacitação antes de ser inserido no projeto. Além disso, constantes capacitações e momentos de reflexão são propostos para atualizar e alinhar a equipe sobre a atuação e novas estratégias, novas drogas e tecnologias a serem utilizadas neste contexto de práticas de redução de danos.

As festas duram, geralmente, de 12 a 24 horas, exigindo que a equipe se divida em 3 a 4 redutores por turno, dependendo muito da quantidade de pessoas presente na festa. Levantamentos anedóticos pelos redutores mostram que dentre as substâncias mais utilizadas estão o álcool, a maconha, o LSD, o MDMA e cogumelos. Devido à proibição da maioria das drogas utilizadas neste contexto, os usuários acabam se encontrando em uma situação de vulnerabilidade ainda maior, que vai para além do risco que as substâncias podem trazer, por não saberem a composição das drogas, sua pureza e possíveis aditivos e adulterantes.

A preparação das ações de intervenção em eventos é bastante importante e requer atenção e planejamento. É preciso estipular antecipadamente diversas questões com o organizador como, por exemplo, a previsão de público, pois isso direcionará a quantidade necessária de redutores para a ação e por plantão. É igualmente fundamental a determinação do local onde ficará o *stand* e a garantia do forneci-

mento de eletricidade e água, que é necessário tanto para a equipe de redutores quanto para os usuários. Além da infraestrutura para o *stand* e a equipe, a ação prevê palestras, debates e oficinas.

Outro ponto importante, que deve ocorrer antes do início da ação, é o alinhamento com a equipe do posto médico. Nesta pac-tuação deve ficar clara a função e a atuação do ResPire. É preciso explicar que se trata do acompanhamento terapêutico de pessoas em sofrimento subjetivo decorrente do uso de substâncias psicoativas e que, se necessário, podem ocorrer intervenções em conjunto.

Considera-se que, dentre as estratégias de intervenção, o *infostand* é central, pois é nele que são distribuídos os materiais informativos sobre as substâncias e é feita a maioria dos atendimentos e trocas com os usuários. Os materiais informativos são produzidos com linguagem simples e possuem especificações sobre cada droga, seus efeitos, possíveis efeitos indesejados, além dos riscos e estratégias que os usuários podem adotar para diminuir os riscos e os danos associados ao seu uso. É também neste espaço que acontecem as conversas entre os redutores e os usuários. Ali, os redutores podem conversar com os usuários de maneira bastante informal sobre as substâncias, interações entre as substâncias, de forma aberta e livre de julgamentos e moralismo. Este material e o espaço físico do *stand* são propositalmente coloridos para que dialoguem com os símbolos e façam sentido no contexto.

Considerações finais

Vimos então que, apesar de avanços e retrocessos e do Brasil ainda não definir claramente o que quer sobre as políticas sobre drogas, há uma tendência à implementação internacional de uma perspectiva liberal sobre as drogas. Mas será que a mera adoção do liberalismo é a solução? Quais as implicações da adoção automática de um 'liberalismo progressista' no campo das drogas? Como a Psicologia Social pode contribuir com essa discussão?

Conforme exposto anteriormente, o tema drogas está imerso em questões sociais mais amplas, com implicações diretas no cotidiano dos indivíduos e de grupos sociais. Considerando o histórico e a ênfase repressiva, os ideários liberais de liberdades individuais e decisões pautadas nas necessidades e desejos das pessoas já são um grande avanço na área. Porém, precisamos ir além dessa perspectiva se estamos preocupados com a quebra de barreiras e de injustiças sociais. Não se trata aqui de uma crítica opositora a tal forma de discutir a questão das drogas, mas de um alerta para a necessidade de ampliarmos nossos horizontes para não cairmos em algumas armadilhas. A primeira é o perigo da visão individualista e descolada das relações sociais, que pode gerar ação sem articulação e não promover as mudanças na forma como grupos e pessoas de determinados contextos são tratadas. A segunda seria o atrelamento automático ao liberalismo econômico, onde o mercado passa ser o regulador da comercialização das drogas e indicador de acesso aos direitos sociais – como a ideia do cidadão-consumidor.

Ainda há muito que avançar para conquistar uma discussão mais consistente no campo social em relação às drogas. É preciso discutir de maneira mais clara as consequências, as mudanças necessárias e o impacto que as perspectivas sobre o tema têm sobre grupos específicos, em especial pessoas que vivem nas periferias do país e da população negra, cotidianamente afetada pela violência, encarceramento em massa e desassistência em saúde. É preciso entender o processo de profunda vulnerabilização dessas pessoas, que traz carga social e de saúde muito séria para essa posição. É preciso também quebrarmos os círculos viciosos de uma abordagem moral, filantropizada e individualizada da assistência aos usuários.

Por isso, a inclusão de uma agenda com visão social e baseada em evidências científicas é urgentemente necessária para profissionais, gestores, acadêmicos e população geral interessada no tema. Para além do 'liberalismo progressista' é preciso compreender que o discurso de guerra às drogas e toda sua consequente resposta

ao problema é inerente a uma organização social que naturaliza a pobreza e a desigualdade social e que legitima o encarceramento, morte e punição de milhares de pessoas em nosso país. Se não atermos a isso, continuaremos realizando ações que mantêm o *status quo* sem questionar as relações individualistas, baseadas no consumo e desconectadas da vida da maior parte da população.

Vimos que ainda há muito que progredir no cuidado aos usuários no SUS, mas que muitos avanços e conquistas foram alcançadas, especialmente pela defesa dos direitos à saúde e cuidado integral aos usuários, que atendam às suas reais necessidades e realidade. Nesse sentido, a organização de uma rede humanizada, bem estabelecida e baseada minimamente nos direitos humanos e em evidências torna-se necessária e urgente. Como apresentamos, a abordagem de Redução de Danos é uma das alternativas possíveis de cuidado contextualizado, humanizado e acessível à população. Temos ainda um longo caminho pela frente e nos parece que a visão social e de direitos humanos é um horizonte imperativo.

Referências

- Carlini, E. A. & Galduroz, J. C. (2007). *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país*. Brasília, DF: Secretaria Nacional Antidrogas.
- Carneiro, H. (2010). Breve histórico do uso de drogas. In S. D. Seibel (Org.), *Dependência de drogas* (pp. 11-26). São Paulo: Atheneu.
- Carvalho, I. S. & Pellegrino, A. P. (Coord. e Ed.). (2015). *Política de drogas no Brasil: a mudança já começou* (Artigo Estratégico n. 16). São Paulo: Instituto Igarapé. Recuperado de https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16_CADERNO-DE-EXPERI%C3%8ANCIAS_24-03w.pdf
- Delgado, P. G. G., Schechtman, A., Weber, R., Amstalden, A. F., Bonavigo, E., & Cordeiro, F. et al. (2007). Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In M. F. Mello, A. A. F. Mello, & R. Kohn (Orgs.), *Epidemiologia da saúde mental no Brasil* (pp. 39-79). Porto Alegre: Artmed.

Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lüchmann, L. H. H. & Rodrigues, J. (2007). O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 399-407.

Ministério da Justiça. (2016). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN*. Brasília, DF: Autor.

Noto, A. R., Opaleye, E. S., Locatelli, D. P., & Ronzani T. M. (2013). Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção. In T. M. Ronzan (Org.), *Ações integradas sobre drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas* (pp. 52-67). Juiz de Fora, SP: Editora UFJF.

Paim, J. (2009). *O que é o SUS?* Rio de Janeiro: Fiocruz.

Passos, E. H. & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162.

Petuco, D. R. S. (2016). *O pomo da discórdia? A constituição de um campo de lutas em torno das políticas públicas e das técnicas de cuidado em saúde dirigidas a pessoas que usam álcool e outras drogas no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, SP.

Pitta, A. M. F. (2011). Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12), 4579-4589.

Pontes, A. K. (2017). *Subjetividades desviantes e políticas de internação: ébrios habituais e alcoolistas no Rio de Janeiro durante a Primeira República (1899-1920)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Queiroz, I. S. (2001). Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 21(4), 2-15.

Rodrigues, L. B. F. (2006). *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ronzani, T. M. (2014). Quem lucra com a guerra às drogas? *Revista A3*, 7, 52-55.

Ronzani, T. M., Costa, P. H. A., Paiva, F. S., Cruvinel, E., Formagini, T. D. B., & Medeiros, A. X. (2016). A interface da vulnerabilidade abordada pela atenção básica na saúde e na assistência. In F. Garcia, M. R. Costa, L. P. Guimarães, & M. C. L. Neves (Orgs.), *Vulnerabilidade e uso de drogas* (pp. 245-262). Belo Horizonte: 3i. Recuperado de [http://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Garcia%20et%20al_%20Vulnerabilidade%20e%20o%20uso%20de%20drogas%20\(2016\).pdf](http://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Garcia%20et%20al_%20Vulnerabilidade%20e%20o%20uso%20de%20drogas%20(2016).pdf)

Santos, J. A. T. & Oliveira, M. L. F. (2012). Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. *Journal of Nursing and Health*, 2(1), 82-93.

Santos, V. E., Soares, C. B., & Campos, C. M. S. (2010). Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 995-1015.

Silveira, P. S., Casela, A. L. M., Monteiro, E. P., Freitas, J. V. T., & Machado, N. M. (2016). Vulnerabilidade, estigma e uso de drogas. In F. Garcia, M. R. Costa, L. P. Guimarães, & M. C. L. Neves (Orgs.), *Vulnerabilidade e uso de drogas* (pp. 37-48). Belo Horizonte: 3i. Recuperado de [http://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Garcia%20et%20al_%20Vulnerabilidade%20e%20o%20uso%20de%20drogas%20\(2016\).pdf](http://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Garcia%20et%20al_%20Vulnerabilidade%20e%20o%20uso%20de%20drogas%20(2016).pdf)

United Nations for Drugs and Crimes [UNODC]. (2014). *World Drug Report*. Vienna: Autor.

United Nations for Drugs and Crimes [UNODC]. (2016). *Outcome Document of the 2016 United Nations General Assembly Special Session on The World Drug Problem*. Our Joint Commitment to Effectively Addressing and Countering the World Drug Problem. New York: Autor.

Vasconcelos, E. M. (Org.). (2010). *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Hucitec.

PODER, SABER E SEXUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE HOMOFOBIA E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vera Lucia Mendes Trabbold

Aline Aparecida Rabelo

Este texto apresenta uma discussão da relação entre poder, saber e sexualidade nos dias atuais e tem como base duas pesquisas que abordaram a violação de direitos humanos. Para isso, em um primeiro momento, expõe o embasamento teórico utilizado pelas autoras; em seguida, discorre sobre duas pesquisas que exemplificam a condição de controle sobre a sexualidade nos dias atuais e seu impacto no cotidiano. Por último, é estabelecida uma correlação entre as pesquisas apresentadas e as possibilidades de luta em prol dos Direitos Humanos.

Poder, saber e sexualidade: um breve histórico

Até o século XII “tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade” (Foucault, 1977/1991, p. 9), contudo, a partir do capitalismo e sob a influência do Cristianismo, houve uma interdição do sexo, restringindo-o à casa e à função reprodutiva. Isso porque o sexo sempre serviu e serve, ainda hoje, como nos mostra Foucault (1977/1991), aos mecanismos do poder e controle social por organizar-se em torno da gestão da vida (biopoder). Para ele, “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie (Foucault, 1990, p. 137).

Assim, uma série de discursos/saberes vem modelar as formas como pensamos e conhecemos o corpo (Weeks, 2001) e, conseqüentemente, a sexualidade. Ao invés de uma repressão discursiva do sexo, presente até o século XVIII, toma lugar nas sociedades modernas a incitação ao discurso da sexualidade como forma de controle e poder sobre os indivíduos (Foucault, 1990). A razão disso está no fato de o poder ser produtivo, não só repressivo; ele incita, cria, “produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade” (Foucault, 1977/1991, p. 172). Para o mesmo autor, o poder é caracterizado por estratégias complexas de uma determinada sociedade e percorre todo o tecido social (micropoderes) através de uma multiplicidade de correlações de força, não havendo por isso um foco de centralização do poder. Essas correlações de força se dão pela desigualdade e induzem a estados de poder sempre localizados e instáveis, que se produzem a cada instante e a partir de todos os lugares.

Para Foucault (1977/1991), o poder disciplinar impera na sociedade moderna. É um tipo de poder que não opera mais por meio de restrições externas e violência espetacular, mas sim por meio da internalização de um olhar discreto e vigilante. Ele passa a fazer parte do projeto e da construção das mais variadas instituições e espaços da sociedade moderna, como escolas, hospitais, fábricas,

prisões, que são verdadeiras instituições disciplinares, sendo a família a principal delas (Foucault, 1977/1991).

Novas ferramentas são criadas de forma que se possa moldar “os comportamentos, os desejos, os objetivos e as experiências ..., punindo e recompensando ..., transformando cada sujeito num “caso” que pode ser descrito, medido, comparado com outros, mas também corrigido, excluído e normalizado” (Oksala, 2011, p. 74). Essa moldagem dos indivíduos pelo poder disciplinar se faz por três instrumentos: pelo olhar hierárquico ou a vigilância hierarquizada, que é uma “vigilância múltipla e entrecruzada dos olhares que devem ver sem ser vistos” (Foucault, 1977/1991, p. 156); pela sanção normalizadora que – ao invés de castigos e punições – aparece na sociedade moderna através do poder na Norma, ou grau de normalidade dos sujeitos, que “permite[m] medir desvios, determinar os níveis, fixar especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Foucault, 1977/1991, p. 165); e pelo exame, “... esse pequeno esquema operatório que tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico de doenças à contratação de mão de obra) ... que põe em funcionamento, dentro de um mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir um saber” (Foucault, 1977/1991, p. 165). Com isso, institui um sistema de registro e acumulação documentária, produz uma série de códigos dos sintomas, dos comportamentos, como também a classificação, a formação de categorias, médias e fixação de normas. Esses códigos coexistem com o poder disciplinar que atua nos corpos dos indivíduos, moldando-os (Foucault, 1977/1991). Assim, em nome da “uniformidade moral, da prosperidade econômica, da segurança nacional, higiene e saúde – [a sociedade] se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos” (Weeks, 2001, p. 51).

Como a “sexualidade é modelada na junção da subjetividade humana e dos padrões societários e culturais (como saúde, prosperidade, crescimento e bem-estar da população)” (Weeks, 2001, p.

52), podemos ver sua constante redefinição no decorrer das épocas. Dessa forma, a partir do século XIX, a sexualidade vai ser esquadrihada minuciosamente, conforme Foucault (1977/1991, p. 137), tornando-se “tema de operações políticas, de intervenções econômicas ... de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização”.

Em função disso, de acordo com Weeks (2001), a obsessão pela sexualidade continua no século XIX em diante. A influência da eugenia para a procriação de indivíduos foi modelando políticas de bem-estar social em alguns países e fomentando o racismo, nos anos entre guerras, pelo medo do predomínio das “*raças inferiores*”. Nos anos de 1940, século XX, predominava a preocupação com o controle da natalidade (planejamento familiar), bem como os lugares apropriados para homens e mulheres na família da sociedade democrática. Nos anos de 1950, eram os “degenerados” sexuais, principalmente os homossexuais, o foco das perseguições, por não procriarem. Ao redor dos anos 60, um novo liberalismo (permissividade) aparece em cena, dividido entre velhos códigos sociais, uma nova regulamentação social e uma redefinição do público/privado que, na visão de Bauman (1998, pp. 183-184), não foi “equivalente à emancipação sexual”, [mas sim uma] “redistribuição do sexo a serviço de um novo padrão de integração social e reprodução”. A sexualidade, que antes era relacionada com a “confissão e a preservação das obrigações”, passa para “o reino da coleção de experiências”, promovendo o “divórcio entre sexo e a família”, uma vez que “as práticas sexuais ficam unidas pelo prazer e não mais pelo dever” (Bauman, 1998, pp. 183-184).

De acordo com Weeks (2001), nos anos 70 a sexualidade se tornou uma verdadeira questão política a partir do “declínio da família”, do feminismo e da militância homossexual como potentes símbolos do declínio nacional. Nesse cenário, conforme o mesmo autor, o debate sobre a moralidade e o comportamento sexual vai se situar nas “relações entre homens e mulheres; [n]o problema do

desvio sexual, [n]a questão da família e outros relacionamentos, [n] as relações entre adultos e crianças, e [n]a questão da diferença seja de gênero, classe ou raça” (Weeks, 2001, p. 54). Acrescido a isto, o surgimento do HIV e da AIDS “serviu para cristalizar um conjunto de ansiedades sobre mudanças do comportamento sexual” (Weeks, 2001, p. 79) que vinha acontecendo desde 1960 nas sociedades ocidentais, relacionado à crescente diversidade sexual.

Decorrentes de tais mudanças ficaram garantidos os direitos das minorias na legislação brasileira, como o das crianças e adolescentes e dos homoafetivos. O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos), dispõe, em seu artigo 1º, que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos e, em seu artigo 2º, assevera que todos seres humanos estão aptos a exercerem os seus direitos sem distinção de tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, orientação política etc. Entretanto, tais direitos estão ainda longe de se efetivarem em pleno século XXI.

Uma das formas de luta/resistência e de denúncia da não efetivação dos Direitos Humanos se dá através da realização e divulgação de pesquisas científicas por instituições de Ensino Superior do país. Nesse sentido, o presente estudo está embasado em duas pesquisas que abordaram a violação de tais direitos: uma referente à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes e outra sobre vivência do preconceito por sujeitos homoafetivos

Crianças e adolescentes em situação e violência sexual: do “olhar-vigiar” em direção ao acolhimento do caso

A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes entra em cena relacionada às questões de gênero, aos debates políticos e científicos por volta dos anos 60. Os movimentos sociais emergentes

no final dos anos 80 e início dos 90, assim como a criação de ONGs no Brasil, atuantes na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, passam a tratar a violência sexual infantojuvenil de forma relevante, constituindo-se em uma agenda política com prioridade para a questão, prevista na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 (Lei n. 8069/1990) e pela Lei 12.015 que altera parte do Código Penal sobre os “crimes contra dignidade sexual” (Lei n. 12.015/2009).

A violência sexual é definida pela Organização Mundial de Saúde [OMS] como “todo ato, com assimetria de poder, onde uma pessoa obriga a outra a realizar práticas sexuais contra a sua vontade, por meio de força física, influência psicológica ou ameaça ou pelo uso de armas ou drogas” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). Pode envolver contato físico direto ou indireto através de: penetração oral, anal, digital ou genital, atos libidinosos, produção ou exposição a materiais pornográficos, *Voyeurismo*, exibicionismo, uso de linguagem erotizada (com ou sem mediação de internet) e situações que envolvam exploração sexual comercial (situação de prostituição, pornografia e tráfico de pessoas) (Lei n. 11.829/2008; Lei n. 12.015/2009).

Como o momento histórico determina o que pode ser dito ou o que deve ser calado, de acordo com Foucault (1969/2010), a partir do momento que a questão da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes torna-se, na atualidade, um problema de saúde pública, há um incentivo à censura do silêncio que permeia o tema.

O rompimento do silêncio expõe os inúmeros casos subnotificados. Com isso, é possível ampliar a proteção e os cuidados às crianças e adolescentes. Contudo, deve-se ter o cuidado para o fato de que o nível de gravidade da situação abusiva está relacionado ao “aspecto subjetivo do funcionamento psíquico do indivíduo, em função das situações, dos valores socioculturais, do contexto familiar e de outros elementos”, de forma que “não há uma proporcionalidade entre o

grau da violência e as consequências psicoafetivas” para o sujeito, como afirmam Bouhet, Pérard, e Zorman (1997, p. 34). Esse alerta traz atenção para a naturalização e conseqüente minimização de situações danosas para a criança e o adolescente, as quais se constituem como uma violência sexual, como, por exemplo, os atos libidinosos, submissão da criança e adolescente a cenas de voyeurismo, exibicionismo e pornografia, com ou sem uso da internet.

O Ministério da Saúde (1997) entende que a Atenção Primária à Saúde (APS), representada pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), é o melhor cenário para o primeiro atendimento nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso, os profissionais precisam estar preparados, com um olhar ampliado, pois os sinais de violência sexual não são sempre físicos ou evidentes, podendo aparecer apenas no relato das vítimas ou de algum informante (Schaefer, Rossetto, & Kristensen, 2012).

Em 2013 foi realizada uma pesquisa transversal de abordagem quantitativa, coordenada por Trabbold (Guimarães, Trabbold, Silveira, Ribeiro, & Batista, 2016), vinculada à Universidade Estadual de Montes Claros [Unimontes], com 151 profissionais pertencentes a 40 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) da cidade de Montes Claros, MG, com objetivo de conhecer como os profissionais de saúde que atuam nas ESFs notificam os casos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual e qual capacitação tiveram para isso. Os resultados indicaram que a maioria dos profissionais (em torno de 98%) considerou ser uma violência sexual contra crianças e adolescentes tanto os atos libidinosos (toques e carícias eróticas) como os atos sexuais com penetração e sexo oral, demonstrando um deslocamento e uma ampliação do conceito de violência sexual que outrora eram entendidos apenas pela consumação do coito sexual. Entretanto, tal entendimento dos profissionais não se estende para a prática, dado constatado pelo fato de uma maioria (66%) de profissionais afirmarem nunca ter tido um caso de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes na ESF.

No Brasil, dentre as várias leis, portarias e dispositivos que amparam as vítimas de violência, destaca-se aqui a notificação compulsória (Portaria n. 104/ 2011) como uma das medidas protetivas nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, fundamental para a vigilância epidemiológica e para a estruturação de políticas públicas para o enfrentamento da situação. Esse dever consta também nos Códigos de Ética de alguns profissionais da saúde que citam “a responsabilidade em promover a saúde e a qualidade de vida, respeitando os direitos humanos”, estando assim sujeitos a “sanções de natureza jurídica e ético-disciplinar” (Moreira; Vasconcelos; Marques, & Vieira, 2013, p. 1884). Todavia, a pesquisa indicou que apenas 38% de um total de 151 respondentes afirmaram notificar quando suspeitam ou confirmam casos de violência sexual, contrariando o estabelecido pelo Ministério da Saúde, Lei 10.778/ 2003 (Lei n. 10.778, 2003).

A não notificação pelos profissionais está relacionada, também, com a falta de capacitação da maioria dos profissionais. Apenas 21% deles relataram ter feito cursos sobre o assunto e 60% afirmam que necessitam de capacitação por não terem informações suficientes, demonstrando falta de respaldo institucional em capacitar os profissionais de saúde, fato que, por sua vez, gera subnotificação de casos de violência sexual, uma vez que a violência sexual de crianças e adolescentes é uma tarefa difícil dada a sua complexidade.

Entretanto, a capacitação deve ir para além de um treinamento protocolar (Trabbold, 2012), de forma a não reforçar “uma dimensão policial, de vigilância administrativa, deixando de lado a implicação subjetiva de cada um” (Brandão & Ramos, 2010, p. 82). A capacitação deve propiciar conhecimento para o acolhimento das vítimas e suas famílias através do desenvolvimento de uma “escuta” sensível, o que requer que cada caso seja tomado em sua singularidade, sem julgamento ou desqualificação das vítimas, ponto inicial decisivo para o devido encaminhamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A vivência do preconceito por homens homoafetivos – o poder normativo sentido “na pele”

A não efetivação dos Direitos Humanos ainda persiste em nosso país apesar das grandes transformações e dos avanços tecnológicos e sociais observados na atualidade. Atitudes preconceituosas frequentes e toleradas são observadas especialmente quando se trata do preconceito contra pessoas que se relacionam afetiva-sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

A homoafetividade ainda é vista, por muitas pessoas, como uma escolha baseada na falta de caráter e pudor, além de que é comum encontrarmos a associação entre homoafetividade masculina e promiscuidade. Segundo Madureira e Branco (2007), a promiscuidade associada à homoafetividade pode estar relacionada às normas tradicionais que recriminam a sexualidade fora do casamento por não ser direcionada pelos limites ditados pela sociedade. Esse argumento perde sua significância quando se verifica que, em se tratando de homens, esses limites sociais não são tão rígidos.

A associação de promiscuidade à homoafetividade também é reforçada pela divisão nítida, crença do senso comum, entre heterossexualidade/normalidade e homossexualidade/anormalidade. O sexo e a sexualidade estão intimamente relacionados à moralidade. O relacionamento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo fere um discurso naturalista e biologizante existente nos dias atuais que considera esse tipo de relação algo anormal. O que se percebe é que a sexualidade toca em algo pouco resolvido, que faz com que essa minoria – os homoafetivos – seja massacrada pelo preconceito aberto e “legitimado”.

A partir das concepções apresentadas por Kimmel (1998), entende-se que os homoafetivos, bem como as mulheres, sofrem diariamente um processo de inferiorização em função da versão de masculinidade que se tornou hegemônica no século XX. Segundo o autor, a atual concepção de masculinidade se caracteriza pela instabilidade,

ansiedade e pela constante exigência de autoafirmação por parte dos homens. Surge, então, uma necessidade compulsiva de provar e demonstrar a virilidade masculina. Desta forma, para manter sua identidade positiva e dominante, a “masculinidade hegemônica” utiliza-se, como uma de suas estratégias, da inferiorização e desvalorização das mulheres e das pessoas homoafetivas.

Nessa perspectiva, Rabelo (2009), em pesquisa realizada no Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, identificou, entre os homens homoafetivos entrevistados, a prevalência da mesma concepção de masculinidade discriminada por Kimmel (1998).

A diferenciação entre revelação *versus* ocultamento foi destaque entre as angústias vivenciadas pelos entrevistados, sendo possível perceber que a questão do ocultamento é vista como a estratégia mais eficaz e de menor prejuízo social. Conforme dito por eles, o sucesso profissional, a autonomia financeira e a postura ativa estão presentes de forma significativa nos homoafetivos, contudo, a revelação da orientação sexual pode colocá-los em risco. Observa-se também que ao procurarem desconsiderar a prática sexual como critério válido de comparação, eles sobrevalorizam justamente atributos considerados tradicionalmente masculinos como atividade, poder e autonomia (Rabelo, 2009).

Esse jogo de esconde-esconde resulta em perdas significativas na socialização dos entrevistados. Conforme descrito por Rabelo (2009), percebeu-se a ocorrência, em todos os casos, do afastamento do núcleo familiar. Nesse contexto o assunto homoafetividade é evitado. Nas relações sociais de amizade foi relatada a dificuldade em manter amizades com heterossexuais e com *gays* afeminados, sendo o mais comum a convivência com homoafetivos que adotam o mesmo estilo de vida, mantendo o ocultamento e a discrição.

Avalia-se que os homoafetivos sentem “na pele” – de maneira efetiva – a força do poder normativo no dia a dia e as consequências

profundas dessa imposição em várias esferas da vida: emocional, sexual, social, profissional, familiar etc., conforme nos alerta Foucault (1977/1991). O poder disciplinar, como descrito pelo mesmo autor, aparece na vida dos entrevistados de forma sutil. A internalização de uma concepção de masculinidade é observada em dois momentos principais: (a) quando ocorre a diferenciação entre *gays* discretos e *gays* afeminados. Os entrevistados avaliam que grande parte do preconceito contra homoafetivos é da responsabilidade daqueles homens que ousam imitar comportamentos femininos em diversas situações, são descritos como barraqueiros e promíscuos pelos próprios entrevistados – que os denominam de afeminados –, ao passo que eles se colocam a favor daqueles homoafetivos que possuem maior discrição com relação à orientação sexual; (b) quando eles se comparam aos homens heterossexuais. Isso ocorre no momento em que os entrevistados afirmam que, geralmente, o *gay* se destaca no ambiente de trabalho, pois possui maior iniciativa e capacidade cognitiva na resolução de problemas, sendo, muitas vezes, mais bem-sucedidos que os próprios heterossexuais.

Existe, em todos os casos, uma vigilância constante sobre o seu próprio comportamento: vigiam desde gestos e comentários a comportamentos mais elaborados que possam denunciar a orientação sexual. Isso não ocorre sem ansiedade, pois eles sentem medo, pressão e precisam falsear a realidade constantemente. Foi possível identificar o medo da revelação em todos os relatos. Os homoafetivos falam do medo e da insegurança vividas em função da possibilidade de serem flagrados como homoafetivos e sofrerem, por isso, alguma forma de discriminação. Como resultado dessa estratégia de ocultamento, eles identificam a dificuldade em manter relacionamentos duradouros, a frieza na expressão de sentimentos, o afastamento físico e emocional do núcleo familiar, a exigência exacerbada no desempenho profissional e intelectual e o policiamento na expressão de gestos e pensamentos nas relações cotidianas. Nesse sentido, há a existência de um processo contínuo de avaliação por parte dos en-

trevistados, entre os custos pessoais do ocultamento e da revelação (Rabelo, 2009).

Uma pesquisa coordenada por Sell (2009) com homossexuais masculinos retrata, de forma ainda atual, alguns problemas e conflitos vividos pelos homossexuais desde a infância, quando começam a aparecer os primeiros sinais de diferença com relação aos seus colegas. Conforme suas análises, os homossexuais dizem perceber a diferença desde pequenos e logo começam as recriminações. Segue-se um período de latência, onde procuram negar seus desejos. Nesse período, costuma ocorrer uma tentativa de relacionamentos com pessoas do sexo oposto, acontecem muitos casamentos, mas, com o tempo, muitos desses relacionamentos fracassam. Eles relatam que, nessa fase, acabam entendendo que ser homossexual não depende da própria escolha. A mesma autora identifica também uma necessidade de ocultamento dos mesmos, entendendo que:

O homossexual assim vive dupla vida: com um grupo pode extravasar a homossexualidade ou atitudes que a demonstrem, com outro precisa desempenhar outro tipo de papel. Isso gera conflitos e angústia, porque deixa sempre a possibilidade de ser flagrado, de ser identificado. (Sell, 2009, p. 202)

Constata-se assim que a homofobia constitui um relevante problema social com dimensões individuais e sociais significativas e, por isso, deve ser objeto de estudo e de intervenção multidisciplinar.

Considerações finais

O jogo de ocultamento frequente entre os homoafetivos e o não acolhimento devido à violência sexual infantojuvenil resulta na manutenção, consolidação e naturalização da violação de Direitos Humanos. Assim, pode-se inferir que os aspectos socioculturais envolvidos nesses fenômenos devem ser prioridade pois é a partir das relações sociais que tais estratégias são reforçadas. Entender a sexua-

lidade humana como “modelada na junção da subjetividade humana e dos padrões societários e culturais” (Weeks, 2001, p. 52) nos levará a questionar as estratégias de poder/saber das diferentes instâncias sociais e culturais que normatizam e regulam as sexualidades, abrindo a possibilidade de construção de relações humanas mais éticas e democráticas no que se refere às práticas sexuais.

Referências

- Assembléia Nacional Constituinte. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bouhet, B., Pérard, D., & Zorman, M. (1997). In, M. Gabel (Org.), *A importância dos abusos sexuais na França* (pp. 29-42). São Paulo: Summus.
- Brandão, P. M. C. & Ramos, P. L. (2010). Abuso sexual: do que se trata? Contribuições da psicanálise à escuta do sujeito. *Psicologia Clínica*, 22(1), 71-84.
- Dall’Agnol, R. & Giovelli, G. R. (2005). O preconceito entre homossexuais: realidade vivenciada na Psicoterapia. *Barbarói*, 22(23), 129-142.
- Foucault, M. (1990). *História da Sexualidade I – Vontade de Saber* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1977/1991). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1977)
- Foucault, M. (1969/2010). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1969)
- Guimaraes, C. T. F., Trabbold, V. L. M., Silveira, M., Ribeiro, C. R., & Batista, L. M. (2016). Identificação, encaminhamentos e notificação por profissionais da Estratégia Saúde da Família de Montes Claros, MG, dos casos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual [Resumo expandido]. In *10º Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão*, Anais, Universidade Estadual de Montes Claros [Unimontes]. Montes Claros, MG: FEPEG.

Kimmel, M. (1998). A produção de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103-117.

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial de violência e saúde*. Genebra: WHO.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. (2003). Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 11.829, de 25 de novembro de 2008. (2008). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n.12.015, de 07 de agosto de 2009. (2009). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, revoga a Lei nº 2.252, e dá outras atribuições. Brasília, DF: Presidência da República.

Madureira, A. F. A & Branco, A. C. U. A. (2007). Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90.

Ministério da Saúde. (1997). *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília, DF: Autor.

Moreira, G. A. R., Vasconcelos, A. A., Marques, L. A., & Vieira, L. J. E. S. (2013). Instrumentação e conhecimento dos profissionais da equipe saúde da família sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 223-230.

Oksala, J. (2011). *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.

Portaria n. 104, de 25 de janeiro de 2011. (2011). Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário

Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Rabelo, A. A. (2009). *Sendo o que se pode ser: vivência do preconceito, ocultamento e construção da identidade para homens homoafetivos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 227-234.

Sell, T. (2009). *Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida* (2ª ed.). Florianópolis: Editora da UFSC.

Trabbold, V. L. M. (2012). *Impasses no acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual por profissionais da Estratégia Saúde da Família*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Weeks, J. (2001). O corpo e a sexualidade. In, G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.

DO LEGÍTIMO DAS EXPERIÊNCIAS, DA PRECARIEDADE DOS SABERES: CORPOS, GÊNERO E SEXUALIDADES EM DISPUTA

Juliana Perucchi

Marco Aurélio Máximo Prado

Paula Sandrine Machado

Nos últimos anos, grupos de pesquisa e pesquisadoras/es no campo *psi* têm publicado resultados de pesquisas que abordam temas relacionados às transexualidades (Perucchi, Brandão, & Silva, 2015; Perucchi, Rodrigues, Brandão, Berto, & Silva, 2014; Tenório & Prado, 2016), às intersexualidades (Lima, 2007; Machado, 2008, 2014) e às travestilidades (Torres & Prado, 2014), a partir de perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas que se propõem críticas às práticas de patologização dos corpos e das experiências trans e travestis, ou, de maneira mais ampla, de pessoas que não estão

em conformidade com o sexo que lhes foi designado no nascimento, sendo essa atribuição hegemonicamente pautada, em nossa cultura, por definições biomédicas acerca do corpo sexuado.

Tais trabalhos partem, ainda, dos debates no campo dos direitos humanos que incidem na luta pela despatologização, entendendo que os processos de patologização, dos quais estamos tratando no presente artigo, podem ser analisados, na contemporaneidade, em pelo menos três dimensões: na prática clínica (seja ela médica, psicológica ou outra: aqui se situam as práticas/saberes diagnósticos, por exemplo), no que se refere às posições epistemológicas (que abarcam disputas e tensões no campo da produção do conhecimento para compreensão dos gêneros/sexualidades/corpos/práticas sexuais) e em relação às instituições e normativas que regulam os corpos e o cuidado à saúde (essa dimensão abarca as formas regulatórias tanto traduzidas em formas de leis, resoluções e determinações sociojurídicas até as convenções sociais institucionalizadas e representadas em determinados fazeres científico-profissionais). Ainda que nosso objetivo, no presente texto, não seja o de descortinar as múltiplas dimensões dos processos patologizadores das experiências trans, travestis e intersex, posicionaremos nossos argumentos na crítica à patologização, de modo a reiterar práticas de cuidado à saúde que em determinadas circunstâncias e concepções implicam-se em formas de agências múltiplas e potência dos sujeitos em questão, e não de uma subcidadania regulatória (Tenório & Prado, 2016).

Saberes e Corpos: as hierarquias na deslegitimação das experiências

No âmbito da produção de saberes, este texto inscreve-se em um campo híbrido que envolve, entre outros, a psicologia social, os estudos da ciência e da tecnologia e o feminismo interseccional. Toma-se a psicologia, portanto, como localizada em um complexo

campo de forças, que constituem e são reiteradamente produzidas por sistemas e tecnologias de poder específicos, que regulam práticas sociais, acesso a recursos em saúde e economias hierarquizantes de reconhecimento.

Assim, este texto parte da reflexão crítica sobre um determinado sistema de inteligibilidade, pautado pelos saberes biomédicos, os quais são posicionados como saber hegemônico e compostos de significados articulados em torno de pares binários tidos como essenciais, ainda que amplamente produzidos, cuidadosa e cotidianamente, desde a díade “original” que lhe confere sentido: o par natureza X cultura. Nesse sentido, Donna Haraway (2004), em sua crítica ao construcionismo social de muitos feminismos que não se propuseram a tomar a suposta natureza do corpo como objeto de análise e lugar de disputa político-material, afirma que:

“Biologia” tendia a denotar o corpo em si mesmo, e não um discurso social aberto à intervenção. Assim, as feministas argumentaram contra o “determinismo biológico” e a favor do “construcionismo social” e, no processo, tornaram-se menos capazes de desconstruir como os corpos, incluindo corpos sexuados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e lugares de intervenção na biologia. Alternativamente, as feministas, às vezes, afirmaram as categorias natureza e corpo como sítios de resistência às dominações da história, mas a afirmativa tendeu a obscurecer o aspecto de categoria e sobre determinado de “natureza” ou de “corpo feminino” como um recurso ideológico oposicional... O discurso da identidade de gênero é também intrínseco ao racismo feminista, que insiste na não redutibilidade e na relação antagonica entre homens e mulheres coerentes. A tarefa é “desqualificar” as categorias analíticas, como sexo ou natureza, que levam à univocidade. (Haraway, 2004, pp. 218-219)

Entre as práticas que ganham espaço nesse sistema de inteligibilidade normativo de gênero/sexo, podem ser mencionadas, a título de ilustração e posterior análise, as cirurgias desnecessárias e não

consentidas realizadas em crianças que nasceram com corpos cujos padrões de normalidade biomédicos classificam como “ambíguos” ou “incompletos” (Machado, 2008) ou, ainda, os diagnósticos e os procedimentos terapêuticos obrigatórios para as pessoas transexuais e travestis. Essas e outras intervenções que se dedicam a normatizar o corpo sexuado e a regular concretamente não apenas a diversidade corporal, mas também aquela referente às expressões do gênero e da sexualidade, colocam-nos frente aos modos pelos quais saberes como medicina, psicologia, biologia, fisiologia, mas também sociologia, economia, entre outros, fabricam e acionam práticas, definições, técnicas e biotecnologias bastante sofisticadas envolvendo a gestão de corpos na contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as experiências das pessoas são diversas e os modos como as mesmas se articulam com os discursos normativos são múltiplos, na medida em que remetem a uma heterogeneidade de sujeitos e que tais articulações se materializam de formas diferentes. Portanto, não se deve tomar a ciência e as definições que a ela se filiam como abstrações, mas como operadores conceituais que produzem efetivamente materialidades e moralidades.

Conforme já referido, as reflexões aqui empreendidas situam-se no campo de debates sobre a despatologização das intersexualidades, das transexualidades e das travestilidades. Mais especificamente, a discussão gira em torno de como as pessoas travestis, transexuais e intersexuais se relacionam com os serviços de saúde, considerando como o acesso à saúde pública de parcela da população brasileira é tutelado por algum diagnóstico de transtorno mental ou do corpo sexuado. Tais reflexões tomam em análise determinados processos de medicalização e patologização das pessoas trans e intersex, entendendo que tais processos, ainda que muitas vezes associados, devem ser diferenciados para que se possa complexificar e avançar no debate sobre o que se está chamando, justamente, de medicalização e patologização.

Ambiguidades no acesso aos direitos e ao cuidado à saúde: dos diagnósticos à compulsoriedade

Historicamente, as ciências médicas trabalham com alguma visão nosográfica, ou seja, individual e intrapsíquica, das identidades de gênero, que é também compartilhada pela psiquiatria e por segmentos mais tradicionais da psicanálise e da psicologia, vinculando as transexualidades à disforia de gênero. No Brasil, essa visão ainda constitui as portarias do Ministério da Saúde e das resoluções do Conselho Federal de Medicina no que se refere ao processo transexualizador gerido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O processo, como é previsto na normativa, visa à cirurgia de transgenitalização e à “readequação sexual”, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução nº 1.955, de 03 de setembro de 2010 do Conselho Federal de Medicina, que prevê em seu percurso o acompanhamento clínico, pré e pós-operatório, hormonioterapia e a cirurgia de transgenitalização¹. A porta de entrada para o processo no SUS ainda é através do diagnóstico de “desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio”, concedido por psicólogos ou psiquiatras que compõem a equipe multidisciplinar designada para realizar o acompanhamento clínico obrigatório na etapa pré-operatória, pelo tempo mínimo de dois anos e pelo período de um ano no pós-operatório (Teixeira, 2016)².

Esse diagnóstico diferencial vem sendo feito a partir da noção de cuidado à saúde das pessoas e de conhecimento especializado das

1 Embora saibamos que exista um esforço do Conselho Federal de Medicina e de várias estâncias do Estado brasileiro em rever a Resolução sobre transexualidades com uma possível perspectiva menos patologizadora, até o presente momento o que está disponível e válido é exatamente essa formulação da resolução citada, a qual patologiza e cria várias compulsoriedades no acesso à saúde.

2 Para uma análise crítica e minuciosa das portarias e documentos oficiais do processo transexualizador no SUS, ver Teixeira, 2016.

ciências. No entanto, paradoxalmente, apoiado em uma lógica da patologização, esse tipo de diagnóstico tem sido causa de uma série de problemas de saúde dessa população, em nome de uma máxima de *evitar arrependimentos* frente a intervenções corporais tidas como muito *profundas* ou *sérias* na visão do discurso biomédico. O que se vê, portanto, é que o processo diagnóstico é um processo de iatrogenia, já que ele em si é produtor de um não cuidado à saúde. Além disso, ele supõe um conhecimento especializado sobre experiências nada específicas, uma vez que as experiências transexuais são da ordem de uma diversidade de gênero, de orientação sexual ou mesmo corporal. As transidentidades (Tenório & Prado, 2016) são muito mais idiossincráticas do que o conhecimento biomédico supõe; portanto, a ideia de profissionais especializados apenas sugere uma narrativa médica patologizadora ou mercadológica.

Destarte que o processo diagnóstico é um processo iatrogênico, importante ainda frisar que, em nome do cuidado à saúde, vem sendo considerado que o diagnóstico diferencial é fundamental. No entanto, não há base mínima de precisão, uma vez que as definições sobre transexualidades perpassam um campo de disputa discursiva sem nenhum tipo de rigor científico, como já vimos na própria história do conceito (Santos, 2010; Teixeira, 2009). Portanto, esse tipo de diagnóstico está cercado por uma série de mitos imprecisos que consolidam mais uma vez uma patologização dos corpos, do gênero e das sexualidades (Amaral, 2011), além de que, da forma como ele vindo sendo produzido no Brasil, tem significado um retrocesso do ponto de vista da política de saúde mental, uma vez que o adjetivo “diferencial” busca, antes de tudo, “diferenciar” uma suposta patologia de outra, negando os princípios de cuidado, acesso e cidadania que a luta antimanicomial produziu na política nacional.

Vale destacar que, no caso do Brasil, é parte da construção diagnóstica a psicoterapia compulsória, o que tem colocado muitos impasses à própria atividade profissional da psicologia que, em uma perspectiva crítica no âmbito da clínica psicológica, declara que não

há nada mais antiterapêutico que uma terapia compulsória, imposta ao sujeito como condição de sua própria existência enquanto sujeito de direitos. Além disso, a avaliação psicodiagnóstica atual viola a autonomia do sujeito ao considerá-lo não autônomo nos processos identificatórios e articulatórios das experiências e possibilidades corpóreas e existenciais implicadas nas relações entre gênero, corpo e sexualidades.

Já no que tange às intersexualidades, é pertinente problematizar como se processa também um determinado gerenciamento socio-médico, que engloba práticas, definições, técnicas e biotecnologias de gestão médica e psicológica de corpos que não se enquadram no padrão de corpos sexuados femininos e masculinos, estabelecido socioculturalmente em um contexto em que as definições biomédicas ocupam um lugar particularmente importante. Esse processo aciona as definições biomédicas, mas também aquelas que, de modo geral e cotidiano, estabelecem que a dicotomia sexual será tida enquanto norma e enquanto verdade e que articulam linearmente a norma da dicotomia sexual e a norma da dicotomia de gênero. Tais definições operam como dispositivos de poder no que se refere ao acesso (ou ao não acesso) à saúde como sinônimo de garantia (ou de violação) do direito a ter um corpo inscrito nessa mesma norma e nessa mesma verdade. Frente à prerrogativa de inscrição no sistema de inteligibilidade normativo binário de gênero/sexo, diferentes dispositivos de regulação do corpo sexuado e das expressões de gênero procederão, justamente, à patologização das pessoas e dos corpos que não respondem a tal inteligibilidade.

Para ilustrar esse debate no campo das intersexualidades, vale lançar mão da análise de um breve fragmento do filme *XXY*, lançado no ano de 2007, e dirigido pela cineasta argentina Lúcia Puenzo. O filme conta a história de Alex, jovem intersexual de quinze anos. Na época de seu nascimento, seus pais decidem que não irão submeter Alex a procedimentos cirúrgicos de “correção” da sua genitália, considerada, dentro de determinados padrões de corpo sexuado, “distin-

ta”. A família resolve, então, mudar-se para outra cidade, onde Alex cresceria guardando esse segredo. O filme inicia com a chegada de um casal de amigos e de seu filho adolescente à casa de Alex. Um deles é um cirurgião e, a convite da mãe de Alex, fora chamado para “olhar” e “opinar” sobre o corpo de Alex. Em meio a esse contexto, acontece o seguinte diálogo entre Alex e seu pai: Alex está deitada, e o pai, sentado ao lado da cama, a observa. Alex pergunta-lhe: “O que fazes?” Ao que Kraken, pai de Alex, responde: “te cuido”. Alex, então, dispara: “Não poderás me cuidar sempre”. Kraken rebate que poderá cuidar: “Até que possas escolher”. “Escolher o quê?”, pergunta Alex. “O que queiras” é a resposta de Kraken. Ao que Alex reage: “E se não houver nada que escolher?”.

O diálogo do filme compõe uma cena paradigmática em vários aspectos, posto que lança diversas questões, no entrelaçamento das quais se pode vislumbrar algumas das dimensões envolvidas no debate contemporâneo em relação à intersexualidade. Questões referentes à “decisão”, à “escolha”, à “autonomia”, ao “cuidado” ou à “tutela” de certos corpos-sujeitos, aos “pensáveis” e “impensáveis” corporais na inteligibilidade humana. A questão “E se não há nada que escolher?” é, sobretudo, uma pergunta acerca do que pode ser escolhido quando falamos de corpo, de sexo, de gênero e de desejo. É também uma suspensão de sentido que interroga a inevitabilidade dessa decisão: é preciso escolher um entre dois (e apenas dois) sexos, uma entre duas naturezas do corpo previamente sexuado. A pergunta parece ainda interrogar a possibilidade concreta da existência de determinados corpos, sexos, gêneros e desejos sem que sejam submetidos a uma intervenção “corretora” (Machado, 2008). No filme, a vinda do cirurgião ao encontro de Alex pode ser pensada como uma metáfora de como não há esconderijo seguro para um corpo que não se encaixa no binarismo, ao mesmo tempo em que se produz nas suas fissuras. Nesse sentido, torna-se importante destacar que os corpos que não se inscrevem em um determinado *standard* de corporalidade não estão “fora da norma” no sentido

de se relacionarem com ela na forma de exterioridade, de exclusão. Eles se relacionam, ao contrário, de um modo muito singular com a mesma.

No que se refere ao chamado processo transexualizador, voltado a pessoas transexuais que desejam acesso à saúde via SUS, ele também se caracteriza por impor regulamentações e regras que desconsideram a singularidade e a diversidade das experiências das pessoas às quais se destina. Tais regulamentações e regras estão pautadas em literaturas médicas patologizantes, que excluem do processo aquelas pessoas que não se adéquam ao perfil de “transexual verdadeira/o”, submetendo, assim, toda a população transexual a tais normativas, como exigência para a obtenção de acesso aos procedimentos médicos institucionalizados (Santos, 2013). Nesse sentido, já é sabido que um dos principais desafios para implantação dessa modalidade de assistência é a capacitação profissional da equipe interdisciplinar e medidas de humanização, para que se possa garantir um atendimento de qualidade e livre de discriminação (Arán & Murta, 2009, p. 17).

Estudos apontam também que muitas pessoas trans e travestis têm dificuldades em acessar acompanhamentos médicos adequados visto que ainda são poucos os serviços de saúde pública – de básica, média e alta complexidade de cuidados em saúde – que atuam com as intervenções hormonais e com a cirurgia, sendo que a assistência às pessoas transexuais e travestis é deficitária no âmbito da integralidade do Sistema Único de Saúde brasileiro (Perucchi et al., 2014). Tais dificuldades podem ser consideradas vulnerabilidades programáticas dos sistemas públicos que contemplam processos complexos de exclusão no âmbito da saúde.

Portanto, quando analisamos esses aspectos relacionados às transexualidades, travestilidades e intersexualidades, percebemos que os temas em saúde são inexoravelmente dirigidos a corpos que vão sendo situados cada vez mais ao largo dos limites das fronteiras por processos e tecnologias muitas vezes introduzidos pelo próprio apa-

rato biomédico. Ainda, pode-se perceber que a precarização desses corpos, conforme conceito utilizado por Butler (2006), acaba sendo intrinsecamente relacionada aos seus processos de alteração e modificação corporais. Considerando, entretanto, que um indivíduo, ainda que único, nunca é um, mas a expressão das múltiplas relações interpessoais que o constituem, as vidas de travestis, transexuais e intersexuais demonstram como o corpo sexuado e as identidades de gênero constituem-se como operadores de diferenças muito concretos que estabelecem hierarquias sociais produtoras e reiteradoras de corpos e vidas com alguma ou nenhuma legitimidade.

Do precário e do legítimo

Judith Butler (2006), ao discutir o conceito de vidas precárias, lançou uma questão: que vida será marcada como vida? Que morte será contada como morte? No limite, que corpo será contado como corpo e o que o Estado permite ou obriga que seja feito nesse corpo para que ele siga sendo reconhecidamente um corpo, e como um corpo sexuado? No balanço entre mortos e vivos, entram em jogo economias morais sobre a legitimidade e reconhecimento dos corpos: a forma como alguém conta ou pode deixar de contar ou pode contar diferencialmente está intrinsecamente atravessada pelas normas ou conjunto de normas que seu corpo reitera ou repete. Essas normas, por sua vez, estão articuladas a marcadores sociais que produzem diferenças e desigualdades, tais como gênero, sexualidade, classe, raça, diversidade do corpo sexuado. Tais normas são cotidianamente repetidas pelas pessoas e também pelo sistema médico e jurídico-estatal, por exemplo, que, ao repeti-las continuamente através de seus aparatos, ocultam o fato de que essas normas, desde sempre, são fruto de determinadas convenções, e não de alguma natureza ou substância. Assim sendo, a força ou estabilidade da norma não depende de alguma natureza ou substância, mas, justamente, dessa repetição que é sustentada individualmente e também pelos diversos aparatos institucionais.

A partir da leitura de Giorgio Agamben (2002), podemos apontar que determinadas corporalidades relacionam-se com a norma na forma de “exceção” e é como tal que estão nela incluídas. A inclusão enquanto exceção aponta para um paradoxo crucial: o de que, para preservar determinadas “ordens” – como aquela do binário sexual ou do binário de gênero –, o direito de alguns é colocado em suspenso. Aquilo que não se aplicaria de forma alguma a determinados corpos, como submeter compulsoriamente crianças intersex a práticas cirúrgicas ditas “reparadoras”, sem necessidade do ponto de vista da saúde ou que a sua não realização coloque em risco a vida, por exemplo, torna-se possível de ser aplicado a outros corpos porque é como se sobre estes últimos recaísse também uma outra lógica, uma outra ética ou, mais precisamente, uma suspensão da ética e do direito.

O governo dos corpos e o poder sobre a vida não elimina, portanto, a soberania (Agamben, 2002). Ao contrário, funciona com ela, ou seja, atrelado ao poder de fazer morrer. Existem situações nas quais o Estado, concretamente, faz morrer, assim como existem situações em que o Estado, explicitamente, autoriza ou negligencia a violação da integridade corporal. Não é difícil perceber que toda essa engrenagem é posta em funcionamento pela própria lógica da patologização das transexualidades, travestilidades, transgeneridades, intersexualidades, e também pelas diferentes estratégias de medicalização em torno delas. Nessa lógica, alguns corpos são tomados como possíveis apenas, ou mais largamente, em suas versões biomédicas: no caso de pessoas intersexuais, como corporalidade incompleta ou em excesso a ser “corrigida”, e, no caso de pessoas transexuais, como corporalidade inadequada, na qual precisa ser feita uma adequação pautada em um diagnóstico de doença mental, especificamente uma “disforia de gênero”. Identifica-se uma lógica comum acionada pelos médicos tanto ao patologizar as transexualidades, as travestilidades, quanto as intersexualidades. Para a medicina, é preciso haver um alinhamento entre corpo e identidade. Caso contrário, emerge a ideia de desvio, e esse desvio

precisa se tornar um diagnóstico de algo a ser idealmente tratado. O diagnóstico encontra-se no cruzamento crucial entre saber/poder médico, psi, etc. e modos de reconhecimento de indivíduos, no qual o diagnóstico não é apenas um ritual, mas é também um modo de comunicação e, portanto, necessariamente, um mecanismo que estrutura as interações burocráticas que os indivíduos estabelecem. O diagnóstico rotula, define e prediz e, ao fazê-lo, ajuda a constituir e legitimar a realidade que discerne (Rosenberg, 2002).

Ao analisar o campo das políticas de saúde e os debates em torno da despatologização das transexualidades e das intersexualidades, parece-nos pertinente diferenciar medicalização de patologização, entendendo que a patologização remete ao sentido mais específico de definir determinadas identidades de gênero como uma doença e inscrevê-la em processos que visam a conduzir à sua eliminação enquanto corporalidade possível, vislumbrando a sua normatização como horizonte ético. Nesse sentido, toda patologização envolveria diferentes graus de medicalização, mas nem toda medicalização ou nem todo uso de medicamentos ou de diferentes acessos a recursos em saúde implicaria, necessariamente, uma patologização, ou, ao menos, uma patologização em todos os níveis da vida de uma pessoa (Machado, 2015³).

Um dos desdobramentos desse debate refere-se às questões acerca dos efeitos do dispositivo médico no modo como as pessoas constroem possibilidades subjetivas, ou seja, as maneiras através das quais os sujeitos se relacionam com a norma e se inscrevem em determinados jogos de verdade. Diferenças de classe, de raça/etnia, de gênero, de geração, historicamente produzidas, tendem a ser percebidas e vivenciadas como naturais e espontâneas, mas, ao serem constatadas nas estéticas das existências como corporalmente vivíveis e visíveis,

3 Paper apresentado na Mesa Redonda “Transexualidades e Intersexualidades: identidades e políticas públicas”, na X Reunião de Antropologia do MERCOSUL, em Montevidéu, sob o título *Intersexualidades e processos de medicalização e patologização*.

também constituem elementos passíveis de serem modificáveis através de técnicas de si.

Desse modo, diferenças materiais são simultaneamente significadas e produzidas por práticas discursivas (Prins & Meijer, 2002). Lembrando, ainda, que as leituras foucaultianas permitem retomar a discussão de que os jogos de verdade são conjuntos de regras de produção de verdade, de procedimentos que conduzem a um determinado resultado, que pode ser considerado – em função de seus princípios e de suas regras de enunciação – como válido ou não. A verdade está, portanto, entrelaçada na rede de práticas discursivas e de instituições coercitivas que operam sobre os corpos, sobre as vidas, produzindo modos de subjetivação. Mas se onde há poder há também resistência, torna-se possível operar deslocamentos, ainda que de maneira limitada, contra os efeitos de dominação ligados às estruturas de verdade e às instituições encarregadas de enunciar a verdade (Foucault, 2006, p. 280).

Sendo assim, parece fundamental tentar compreender de que forma a produção e a reiteração dos corpos por meio de práticas e narrativas biomédico-científicas funcionam como uma matriz de subjetivação. Um eixo importante desta análise é, justamente, o das discussões em torno do que diversos autores e autoras chamarão de medicalização da sociedade moderna, termo que remete, de forma geral, a processos através dos quais problemas da vida cotidiana são definidos e tratados enquanto problemas médicos (Conrad, 1992; Conrad & Schneider, 1980).

Para Nikolas Rose (2007), a medicalização produz parte do que as pessoas são através de três dimensões distintas: (a) por imprimir formas de vida medicalizadas, o que significa não apenas definir, diagnosticar e tratar doenças, mas efetivamente constituir uma ética da vida e uma forma particular de se relacionar no mundo, atravessada pela medicina e suas tecnologias; (b) por concorrer na produção de significados atribuídos para o mundo; e (c) por instalar um governo da vida que passa pela expertise médica. Rose (2007) adverte, contu-

do, que o conceito de medicalização deve funcionar como um ponto de partida, e não de chegada. A medicalização, nessa perspectiva, torna-se um terreno complexo, de múltiplas facetas, e que não supõe, necessariamente, sujeitos passivos, exigindo, assim, que se analise de que modo as pessoas tomam parte desse processo, como se inserem e dialogam com as regulações biomédicas (Machado, 2015).

De modo geral, as reflexões feitas no presente capítulo fazem pensar sobre como as narrativas de pessoas transexuais, travestis e intersexuais são compostas por fissuras e descontinuidades no contato com a biomedicina e com o campo psi. Uma vez realizado o debate entre as autoras e o autor deste texto, no encontro regional da Abrapso Minas que originou o livro que este capítulo compõe, sob a encomenda de discutirmos psicologia social e diversidade de gênero, partimos para a articulação em torno do debate da despatologização.

Nesse sentido, os estudos empreendidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por Paula Sandrine Machado e equipe têm constatado que pessoas intersexuais fazem questionamentos em relação às decisões tomadas pelas equipes médicas acerca do sexo atribuído no nascimento e sobre a necessidade das intervenções, particularmente as cirúrgicas, nesses casos, assinalando pontos de ruptura em relação às regulações sociomédicas e ao discurso patologizante. Percebe-se que existem linhas por vezes tênues, e que se traçam a partir de dinâmicas complexas, entre estar dentro ou fora da patologização, ainda que se experiencie histórias de medicalização que são atravessadas por pressupostos patologizadores.

Já no contexto mineiro, Juliana Perucchi e equipe, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), constataram lacunas na integralidade em saúde quando o atendimento é voltado para travestis e transexuais, desde a atenção primária até a alta complexidade. Um dos aspectos a ser destacado é o despreparo dos profissionais que atuam em diferentes equipamentos, no Sistema Único de Saúde brasileiro, no que se refere ao atendimento a essa população, ainda que tal realidade já veja alguns avanços quando considerados os atendi-

mentos realizados por alguns ambulatórios brasileiros voltados especificamente ao atendimento de transexuais e travestis (ambulatórios *trans*).

Finalmente, nesse mesmo contorno de reflexões, Marco Aurélio Máximo Prado e equipe, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), têm pesquisado aspectos do processo transexualizador no que concerne ao condicionante do laudo psicopatológico e da terapia compulsória que o precede, como dispositivos que colocam psiquiatria e psicologia em posições indiscriminadas de poder frente aos sujeitos, embora discriminadas do ponto de vista hierárquico no sistema médico e jurídico.

De modo geral, as reflexões aqui empreendidas permitem afirmar pontos de convergência dos resultados das pesquisas desenvolvidas acerca das travestilidades, das transexualidades e das intersexualidades: o peso dos laudos no mercado de serviços de saúde nas diferentes linhas de cuidados e seu caráter de dispositivo de poder, que se sustentam na patologização dessas pessoas; e os entraves para a regulamentação jurídica da mudança de documentação no que concerne ao registro civil e seus desdobramentos no âmbito do acesso aos serviços públicos e privados de saúde, de educação, de habitação e de segurança.

Em suma, o “diagnóstico”, bem como as práticas biomédicas, aparecem de formas bastante diferenciadas ao longo das vidas das pessoas, podendo operar como dispositivo que as faz ingressar em uma história de práticas violentas e violadoras da integridade corporal, mas que também é o elemento que pode marcar, nessas histórias, o ingresso no ativismo político, por exemplo. Nesse sentido, um desdobramento importante no que concerne ao debate sobre medicalização/patologização empreendido neste texto é o de fomentar um debate, dentro e fora da Psicologia Social, que permita considerar as travestilidades, as transexualidades e as intersexualidades como produzidas a partir de múltiplas formas, de diferentes relações de saber-poder e de posições de sujeito diferenciadas. Isso significa atentar

para os diversos elementos envolvidos, análise que sugere que nem a medicina, nem a psicologia, nem a experiência das pessoas trans, travestis e intersex se produzam de maneira unitária, coesa, fixa e homogênea.

Como afirma Mol (2002), a própria medicina não é um sistema coeso, ainda que acione uma série de mecanismos e ferramentas que visam a coordenar a multiplicidade que a compõe para estabilizá-la enquanto tal. Através da noção de “corpo múltiplo”, a autora nos convida a pensar a respeito da diversidade de ontologias corporais, que podem, ainda que coexistentes em uma mesma situação, apresentar-se como contraditórias ou mesmo excludentes (Machado, 2012). A análise sobre os processos que produzem o corpo múltiplo como unificado e constante permite refletir sobre a patologização dos corpos e das identidades não como o efeito de um discurso normativo coeso, mas como um espaço onde a natureza e seus desdobramentos estão em disputa. Trata-se, como afirmaria Mol (2008), de uma política ontológica.

Ao encerrar este capítulo, parece pertinente retomar os princípios de Yogyakarta, formulados em 2006, que são princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, da qual o Brasil é signatário. Esses princípios defendem não apenas a despatologização das transexualidades, mas também a despatologização das intersexualidades, sendo que, nesse aspecto, no Princípio 18, referente à “Proteção contra abusos médicos”, o item “b” reconhece explicitamente que os Estados deverão: “Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar que nenhuma criança tenha seu corpo alterado de forma irreversível por procedimentos médicos, numa tentativa de impor uma identidade de gênero, sem o pleno e livre consentimento da criança que esteja baseado em informações confiáveis, de acordo com a idade e maturidade da criança e guiado pelo princípio de que em todas as ações relacionadas a crianças, tem primazia o melhor interesse da criança”.

Enfim, no que concerne às pessoas travestis, transexuais e intersex, cabe-nos ouvi-las e aprender com elas, apoiando-as na produção teórica delas sobre elas próprias, como resistência à precariedade social à qual, em muitas circunstâncias, estão expostas. Nesse sentido, esperamos que estudos futuros analisem outros aspectos importantes do debate proposto neste capítulo, como o reconhecimento de direitos para alteração de nome, prenome e sexo no registro civil, sem que esse direito esteja condicionado a cirurgias ou a laudos médicos, *psi*, enfim, ancorados em diagnósticos. Essas e outras questões estão na pauta do debate, e ele é incontornável, uma vez que a precariedade de políticas públicas voltadas para a garantia da cidadania das pessoas travestis, trans e intersex tem sido cada vez mais criticada e denunciada como um entrave à justiça social e à cidadania.

Referências

Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

Amaral, D. M. (2011). *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Arán, M. & Murta, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescobertas da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>.

Butler, J. (2006). *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.

Conrad, P. (1992). Medicalization and Social Control. *Annual Review of Sociology*, 18, 209-232.

Conrad, P. & Schneider, J. W. (1980). Looking at levels of medicalization: a comment of strong's critique of the thesis of medical imperialism. *Social Science and Medicine*, 14A, 75-79.

Foucault, M. (2006). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.). *Ética, sexualidade, política* (pp. 264-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos e Escritos, V)

Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>

Lima, S. A. M. (2007) Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Machado, P. S. (2008). *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Machado, P. S. (2012). Intersexualidade, intersexualidades: notas sobre alguns desafios teóricos, metodológicos e políticos contemporâneos. In R. Miskolci & L. Pelúcio (Eds.), *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos* (pp. 179-196). São Paulo: Annablume.

Machado, P. S. (2014). (Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. *Cadernos Pagu*, 14, 141-158.

Mol, A. (2002). *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press.

Mol, A. (2008). Política Ontológica. Algumas idéias e várias perguntas. In J. Nunes & R. Roque (Eds.), *Objetos impuros: experiências em estudos sobre a Ciência* (pp. 63-77). Porto: Edições Afrontamento.

Perucchi, J., Brandão, B. C., & Silva, J. A. (2015). Gênero, sexo e corpos trans: um relato de experiência de extensão universitária a partir da construção de um grupo de apoio e militância com travestis e transexuais. *Revista Feminismos*, 1, 43-51.

Perucchi, J., Rodrigues, F. D., Brandão, B. C., Berto, C. M., & Silva, J. A. (2014). Brazil's Unified Health System (SUS) and its treatment for transgender people. *PSYCH*, 5(9), 1090-1094.

Prins, B. & Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

Rose, N. (2007). Beyond medicalisation. *The Lancet*, 369, 700-702.

Rosenberg, C. E. (2002). The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Quarterly*, 80(2), 237-260.

Santos, A. R. T. (2013). *A experiência da hormonioterapia das transexuais em Maceió/AL*. *Latitude*, 7(1), 129-147.

Santos, M. F. L. (2010). *A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Teixeira, F. B. (2009). *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

Teixeira, F. B. (2016). (Des)engano: revisitando as portarias do processo transexualizador do SUS. In A. P. Uziel & F. Guilhon (Eds.), *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos* (313-353.), Rio de Janeiro: Editora UERJ.

Tenório, L. & Prado, M. A. M. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5) 41-55.

Torres, M. A. & Prado, M. A. M. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, 39(1), 201-220.